
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Ana Beatriz Herminio

**Os conflitos escolares na Escola Estadual Joaquim Ribeiro
entre os anos de 1968 e 1999**



Rio Claro
2011

ANA BEATRIZ HERMINIO

**Os conflitos escolares na Escola Estadual Joaquim Ribeiro entre os anos
de 1968 e 1999**

Orientador: Profa. Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Rio Claro
2011

371.5 Herminio, Ana Beatriz
H554c Os conflitos escolares na Escola Estadual Joaquim Ribeiro
entre os anos de 1968 e 1999 / Ana Beatriz Herminio. - Rio
Claro : [s.n.], 2011
91 f. : il., gráfs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura -
Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Joyce Mary Adam de Paula e Silva

1. Disciplina escolar. 2. Violência escolar. 3. Escola. 4.
Conflito. I. Título.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Marcos e Abigail, por todo apoio, investimento, tempo empregado, correções, caronas, sacrifícios e broncas que fizeram com que chegasse até esse momento. Sou muito grata a eles, pois em tudo foram meu alicerce, minha rede de segurança, sinceramente acreditando em mim e em meus sonhos, durante toda minha vida e nos anos de faculdade. Obrigada por estarem presentes sempre! Eu amo vocês do fundo do coração!

Agradeço também aos meus avôs, tios, irmãos (Paulo e Silvia), primos e sobrinhos que a todo o momento me fizeram feliz, me apoiaram com suas orações, suas palavras e ações, mostrando-me a força de uma família unida e o carinho e amor que fazem parte dela, desde que eu “me conheço por gente”. Obrigada por tudo, eu amo vocês.

Agradeço aos meus amigos, os antigos (Camila e Rodrigo) e novos (Suelen, Patrícia, Ana Paula, Michele, Ana Cláudia), por sempre estarem presentes durante esses anos de graduação, por cada momento bom e ruim, ensino médio, cursinho, pelo apoio no vestibular, nas provas, nos trabalhos, pelas festas, passeios no shopping, pelas ciladas, congressos, loucuras universitárias e aventuras no “Preserve o Planeta Terra” (Thammy, Carol, Léo, Euler e etc) com as crianças, fazendo parte da minha caminhada até a formatura. E por fim, nunca me deixarem ser atropelada, pois conhecem meu péssimo senso de direção.

Um agradecimento especial aos pais dos meus amigos (Seu Vanderlei e Dona Solange/ Seu Abdalla e Dona Lourdes), que em muitos momentos me hospedaram em suas casas, cuidando de mim como filha.

Agradeço a minha orientadora Joyce Mary Adam de Paula e Silva que durante os últimos anos de graduação esteve presente me orientando e me ajudando em minha caminhada acadêmica. Também aos demais professores por dividirem seus conhecimentos e enriquecerem minha formação, em especial ao grupo de Pesquisa PROCESSOS DE INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: POLITICAS SOCIAIS, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO e também a Professora Dejanira Francheschi de Angelis pela orientação e amizade no Projeto Preserve o Planeta Terra.

Por fim, agradeço aos meus colegas da turma da Pedagogia UNESP Rio Claro 2008, pela convivência durante esses quatro anos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPITULO 1- SOBRE VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	7
CAPÍTULO 2- A ESCOLA JOAQUIM RIBEIRO (1926- 2010).....	32
CAPÍTULO 3- OS LIVROS DE OCORRÊNCIA.....	40
<i>As ocorrências (1968-1999).....</i>	<i>50</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

Resumo

A preocupação com a problemática da violência no âmbito escolar e as relações entre seus sujeitos, despertou a necessidade de debater sua produção e reprodução. Esse projeto visa discorrer sobre os conflitos ocorridos dentro da escola pesquisada durante um determinado período histórico (1968-1999) e tem por objetivo apresentar uma síntese das discussões sobre este tema, revelando o conceito de violência e indisciplina para essa instituição de ensino e como a legislação vigente (LDB e regimentos comuns) influenciava no cotidiano de seus principais atores. Para isso, foram utilizados documentos (atas, cadernos e outros) do período de 1968 a 1999, da E.E “Joaquim Ribeiro”, no Município de Rio Claro, São Paulo. Foi empregada a metodologia qualitativa, através da análise documental e análise de conteúdo.

Palavras chave: violência escolar, escola, conflito.

Introdução

O fenômeno da violência escolar tem se intensificado cada dia mais dentro das instituições de ensino e a discussão deste tem se mostrado urgente para os pesquisadores em educação e demais sujeitos que atuam e influenciam na educação brasileira. As relações existentes nas instituições de ensino são essenciais para o debate sobre a produção e reprodução da violência escolar.

Tem se visto na mídia, muitos casos de violência dentro da escola. Ocorrências entre alunos e seus pares e também entre estes e os profissionais que atuam na instituição (funcionários e professores), além de depredações de patrimônio e outros. Mas estes fatos tem sido supervalorizados e acabam por “esconder” episódios, não tão aparentes, mas igualmente prejudiciais, de violência escolar.

A escola é um ambiente que recebe os mais variados tipos de sujeitos com diferentes valores, culturas e visões de mundo, sendo um ambiente muito propício a situações de conflito.

Como a instituição de ensino insiste num procedimento padrão, para alunos padrões, ela gera dentro de si o agravamento dos conflitos “naturais” existentes em decorrência da grande diversidade de perfis presentes na comunidade escolar e que acabam por se transformar em manifestações violentas contra os pares e profissionais da educação. Além disso, outros fatores como a perda da autoridade escolar, falta de política pública em educação, desigualdades sociais e outros acabam por agravar e influenciar a violência.

Surge a seguinte dúvida nesse momento, como a escola via e lidava com o conflito durante o período proposto? Quem eram seus principais atores? Quais mudanças ocorreram nas relações entre os sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar entre os anos de 1968 e 1999?

A metodologia utilizada nesse trabalho de conclusão de curso foi a pesquisa documental. Foram analisados cinco cadernos de ocorrência, três decretos estaduais de São Paulo e duas LDB's.

Os objetivos gerais desse trabalho foram: apresentar uma síntese das discussões sobre violência e violência escolar; revelar como as leis de diretrizes e bases e os regimentos comuns desse período tratavam o tema, qualificavam os comportamentos violentos e influenciavam no cotidiano escolar; discutir qual o conceito de violência e indisciplina escolar para essa instituição de ensino no período histórico determinado e as medidas institucionais tomadas; Conhecer os principais atores envolvidos com os conflitos escolares.

Os objetivos Específicos foram: fazer um levantamento histórico sobre violência escolar na Escola Estadual Joaquim Ribeiro no município de Rio Claro-SP através da análise de cadernos de ocorrência da escola e outros documentos (jornais, cadernos, imagens e outros) entre as décadas de 1968 e 1999; fazer um levantamento histórico sobre a Escola Estadual Joaquim Ribeiro identificando ocorrências ligadas a conflitos escolares e indisciplina e principais medidas tomadas pela escola para saná-las; Identificar como se dava a relação entre violência escola e gênero durante o período analisado.

Segundo Pino (2007) o termo violência é impreciso e acaba sendo usado de diversas maneiras, produzindo impacto emocional nos sujeitos por razões objetivas e consistentes. Além das dificuldades na percepção de seu caráter racional. Para evitar problemas, é preciso compreender qual o *sentido* e o *significado* da palavra violência.

Debarbieux (2002) explica que o termo aceita uma ampla definição que inclui desde atos causadores de estresse até agressão física, afirmando que não é possível limitar o mesmo apenas ao código penal ou ao uso de violência física, pois existem situações que se encaixam no tema e que fogem a essa definição. Segundo ele, a definição restrita do tema ao texto legal, é incabível, pois essa é marcada pela temporalidade de uma sociedade e vai mudando de acordo com os desejos e lutas dessa.

Sobre a violência no Brasil, Pino (2007) diz que ela tem ligação forte com a história econômica e social do país, não podendo ser atribuída a falta de consciência de alguns indivíduos e nem a mudança repentina na nação. A relação entre o narcotráfico, consumo e tráfico de drogas, contrabando tem razão econômica e está ligada ao capitalismo, a renda fácil sem qualquer respeito a valores.

Zaluar (2001) cita que, para alguns pesquisadores, o poder do narcotráfico influencia os jovens e suas relações. Porém, esse fator não traduz o fenômeno já que é necessário levar em conta a fraca presença do Estado nos bairros pobres, a pouca democracia, a expansão do ensino em condições precárias, a formação docente, a crise econômica e a mudança das relações de trabalho. A escola já não é mais vista como ferramenta segura de ascensão social para as classes menos privilegiadas.

Para Velho (2000) a vida em sociedade não está livre da violência, compreendida como o uso agressivo da força, não se limitando apenas a isso, mas a possibilidade e/ou a ameaça de seu uso. Essa idéia de poder está associada a tentativa e/ou imposição de uma vontade sobre outra

pessoa. Para ele, a violência pode ser vista como uma ferramenta e não como fim, não sendo necessário uso de linguagem para caracterizar relações, mas baseadas na persuasão, influência e legitimidade. Também ela pode ser vista como o não reconhecimento do outro como pessoa humana, ausência de compaixão, excesso de poder. A sua manifestação principal na contemporaneidade se daria tanto no nível micro (entre os sujeitos), quanto no macro (nível das instituições). Nessa última visão, não haveria um limite entre violência física e simbólica.

A crise da eficiência da escola, também tem relação com a insatisfação dos educandos diante de sua experiência educacional e com a dificuldade em gerenciar os conflitos incentivar a convivência democrática por parte dos discentes e funcionários das U.E's.

Após todos esses apontamentos considera-se de fundamental importância um estudo que desenvolva melhor compreensão da maneira como as escolas tem lidado com as situações de conflito existentes em seu espaço através dos anos e sua visão a respeito de violência e indisciplina, caracterizar as principais queixas apresentadas, as medidas tomadas e sua repercussão nos alunos e sociedade.

Desse modo, essa pesquisa visa tratar o tema da violência escolar através da análise dos registros de cadernos de ocorrência entre os anos de 1968 e 1999, percebendo quais as bases legais que regem os comportamentos dentro da escola, as principais ocorrências, as penalizações, as séries que se envolviam e os gêneros se apresentavam nos registros. Através desse estudo foi possível perceber os cadernos de ocorrência como fonte importante de dados a respeito do desenvolvimento da violência escolar, indisciplina e incivilidade. (MORO, 2002).

O trabalho foi dividido em três capítulos: No primeiro está presente o referencial teórico sobre violência, violência escolar e violência no Brasil, que foram base para as análises dos dados.

No segundo capítulo está presente a caracterização da escola e as mudanças que ocorreram durante os anos estudados.

O terceiro capítulo a legislação que dava base para os regimentos das escolas e os registros dos cadernos de ocorrências e análise dos próprios registros entre os anos de 1968 a 1999.

Capítulo 1- Sobre violência e violência escolar

A violência é um fenômeno que vem ocorrendo no país e no Mundo de modo cada vez mais preocupante na sociedade. É necessário um questionamento a respeito do conceito violência e como ela se apresenta hoje.

O tema violência passou a ser muito visado nas últimas décadas no Brasil, com a grande exposição na mídia e gerando um sentimento na população de que a violência na sociedade não tem limites, não pode ser controlada e que as medidas tomadas pelos poderes públicos são ineficientes e insuficientes. A verdade, é que o comportamento violento sempre existiu na sociedade, mas nos últimos anos ele vem se apresentando de modo mais distinto e em certos momentos imprevisível.

Segundo Pino (2007) é preciso perceber que o termo violência é impreciso e acaba por ser usado de diversas maneiras, pois ele produz impacto emocional nos sujeitos por razões objetivas e consistentes. Além do fato de que é difícil perceber o caráter racional para explicar essas ações violentas, que fazem com que os indivíduos que as praticam sejam vistos como animais, ou sujeitos sem razão. Para evitar problemas, é preciso compreender qual o *sentido* e o *significado* da palavra violência.

O sentido se alimenta da experiência coletiva da humanidade, extremamente rica em fatos violentos, em que o imaginário de certos indivíduos encontra farto material para alimentar seus devaneios destrutivos. Já o significado está delimitado pela própria história da língua registrada, em parte, nos dicionários. (PINO, 2007, p. 765)

Violência pode significar qualidade de violento, algo como uma entidade que alimenta o imaginário coletivo ou pode ter significado como ímpeto, exercício de força bruta, tumulto, irascibilidade e intensidade. O sentido comum a todas essas expressões é o excesso: que se traduz na intensidade extrema de algumas ações tomadas, mas principalmente é a violação de limites estabelecidos pela lei ou sociedade. Também pode significar o que é contra o direito e a justiça, dando ênfase a relação entre estes e os valores sociais, visto que o direito define o justo (auxiliando na criação de leis) e a justiça define o que é respeito e desrespeito a determinado direito.

Para o autor, também é preciso diferenciar crime e agressão. Crime é a transgressão da lei penal, não subentende necessariamente alguma violência física, social e moral. O crime também, pode ser compreendido de acordo com as circunstância em que foi cometido, pois a sociedade

varia seu julgamento e o grau de responsabilidade do autor, por exemplo, nos casos em que há ausência de intenção, deficiência mental, legítima defesa, menoridade (o ECA coloca menores de 18 anos como não responsáveis judicialmente, aplicando outras penas para os mesmos). Já a agressão é entendida como uma ação natural de defesa e ataque, quando alguma situação é identificada como ameaça a sobrevivência. Porém, ao contrário de outros animais, os seres humanos são dirigidos por preceitos históricos e sociais que influenciam em suas decisões e na capacidade de significar acontecimentos e ações (inclusive as agressivas), sendo assim, ainda que aconteçam situações de ameaça, ele tem a capacidade de interpretar e decidir a partir desses fatores, não sendo justificável a agressividade como comportamento animal. Portanto, os termos crime e agressão são diferentes entre si, ambos podem ser violentos ou não, dessa forma pode existir agressão sem crime sem crime e crime sem agressão.

Quanto a racionalidade, o autor diz que apesar dos atos violentos serem vistos como irracionais e como parte da maldade natural humana, por grande parte da sociedades. Para ele os atos violentos estão relacionados a uma razão perigosamente racional, que se manifestam na simplificação (reduz tudo a uma única explicação) ou polarização (realidade vista como dual, antagônica sem possibilidade de harmonia ente ambas). Essa racionalidade é marcada pela incapacidade de lidar com o diferente, antagônico e diverso. A violência está fortemente ligada a questão das relações sociais, a idéia de que a existência do outro se mostra como ameaça autêntica ou fantasiosa a sua própria.

Portanto, o problema que leva a violência, é muito menos o da irracionalidade do que o de uma racionalidade repleta de “razão” para não se deter diante de limites e de regras estabelecidas pela própria razão humana. É a razão que, amplificando os conflitos e reduzindo as alternativas ao impasse, superdimensionando os defeitos dos outros e profetizando catástrofes com a mobilização das simbologias mais eficazes, cria os cenários onde florescem as ideologias legitimadoras da violência. (PINO, 2007, p. 769)

Uma questão interessante é a mudança de status da violência, pois ela deixa de ser vista como irracional quando o autor é inimigo do sujeito violentado, ou no caso da tortura em que a sociedade não entende o porque desse ato, ao contrário dos torturadores que tem uma razão para executá-lo. Outro fator é que só os seres racionais é que podem cometer atos violentos, portanto a violência está ligada a razão.

A partir dos século XVIII a loucura deixa de ser uma manifestação ligada a razão e passa a ser um erro, um problema moral ou uma patologia social. O fenômeno da violência se manifesta de diversa forma, embora a física seja a mais visada ainda existem as simbólicas que

também são perversas por atingir o homem em seu interior, como a exclusão social ou a violência nas relações sociais como a submissão e a perda dos direitos sociais. Ainda existe a violência simbólica e institucional. Também existe a violência expressiva, cujo objetivo é fazer mal e é considerada ilegal, não aceita pela sociedade; e a instrumental que é vista como o meio natural para se conseguir um fim social como status, estima e etc., considerada como aceitável.

Debarbieux (2002) também fala sobre o termo violência. O autor, explica que o termo aceita uma ampla definição que inclui desde atos causadores de estresse a te agressão física. Apesar de alguns autores se mostrarem contra essa ampla definição, por tornar o termo impensável e acabar gerando o uso do termo para diferentes situações, ele afirma que não é possível limitar o mesmo apenas ao código penal ou ao uso de violência física, pois existem situações que se encaixam no tema e que fogem a essa definição. Para ele, a definição restrita do tema ao texto legal, é incabível, pois esse é marcado pela temporalidade de uma sociedade e vai mudando de acordo com os desejos e lutas dessa. Também, a respeito do vocabulário diz que o importante não é a aproximação da palavra ao seu significado histórico ou de um conceito absoluto sobre o tema, o importante não é o conceito, mas sim o caminho percorrido pela pesquisa, seus argumentos, métodos e dados.

Os pesquisadores deveriam, simplesmente, explicar seus pontos de vista e suas escolhas, e demonstrar como seus resultados tornam mais legível essa realidade. Essa é a vantagem de acumular pontos de vista fragmentados, que giram em torno do assunto⁷, construindo um conhecimento que é sempre temporário e que será substituído assim que surgirem novos indicadores e novas operações de pesquisa. (DEBARBIEUX, 2002, p. 65)

A violência deve ser pensada de diversas maneiras, por isso a definição restrita não é uma boa pedida, visto que ela não dá espaço para que os sujeitos da pesquisa dêem sua opinião a respeito do tema. Para ele o campo semântico é um campo de poder e a definição fechada, é uma maneira de controlar esse espaço, principalmente se o código penal for o referencial para o assunto, pois trataria a violência sempre em termos judiciais. Essa é uma maneira de não ouvir o que as vítimas do fenômeno dizem e sejam esquecidos, em espacial, casos de intimidação e enfrentamento de gangues. Dessa forma, dando espaço para esses sujeitos, é que as ações de violência vão diminuindo e o assunto ganha legitimidade.

Sobre a definição do tema, o autor explica que o fenômeno está ligado ao modo como a sociedade significa esses eventos e que o papel do pesquisador não é negar a existência de

vítimas e sim abrir espaço para que elas se expressem, além de encorajar a conscientização, diminuindo a violência simbólica existentes na ação de não ouvir tais sujeitos.

O autor coloca que existe perigo em colocar atos de incivilidade como crime, pois poderia ser uma desculpa para políticas altamente repressivas que iriam contra tudo que é proposto pela democracia e que acabaria por criminalizar a pobreza. Também afirma que a ampla definição do termo não pode ser usada como desculpa para controle e supervisão extremos. Ele afirma também que o tema está relacionado a questão econômica, pois criminaliza a pobreza e gera um sentimento de insegurança na sociedade, manipuladas tanto pela mídia quanto pelo poder público.

Criminalizar os comportamentos de recusa é uma forma de fazer com que as pessoas aceitem trabalhar por pouco, e aceitem também o enfraquecimento do papel redistribuidor do Estado – em outras palavras, o fim da proteção social. (DEBARBIEUX, 2002, p. 69)

O mesmo ocorre com a violência na escola, um fenômeno que está cada dia mais no foco da mídia, mostrando justificativas para o comportamento repressor proposto por muitos pesquisadores.

O autor também fala que a violência era muito mais presente no passado, as famílias se utilizavam muito da violência em suas relações. Com a ascensão da burguesia, as famílias passaram a se utilizar de chantagem emocional e aprisionamento, tornando essas ações a nova norma de conduta. Dessa forma, há uma grande mudança nas relações que acabam por ser mais repressivas, com proibições e manipulação dos sentimentos, expressas através do surgimento da escola e da pedagogia.

Fala das grandes campanhas publicitárias a respeito do temas nas escolas, dando ênfase a casos extremos, que são muito raros, dando como explicação as famílias de pais solteiros, a televisão, o videogame e a imigração, que acabam por ganhar muito com essas idéias. Por esse motivo, o pesquisador deve desconstruir a imagem alarmista que existe hoje, por outra mais condizente com a realidade atual.

Seria interessante trabalhar com a questão além do grupo de risco, visado ultimamente, pois assim as pesquisas iriam além dos episódios geradores de estresse como divórcio, para dar ênfase a outros fatores que em conjunto podem gerar comportamentos violentos. Desse modo, um único fator não pode ser visto como marcante para comportamentos violentos e que os casos considerados como geradores (pais separados, pobreza e outros) sejam indicativos de risco real, pois as famílias na maior parte dos casos têm vida harmoniosa e conseguem superar dificuldades. Outro fator interessante é que as escolas em que os casos de violência são mais freqüentes, são aquelas que não conseguem manter o clima escolar harmonioso.

Não é recomendável uma visão determinista da violência, mas sim uma visão que perceba que não só a família deve ser analisada, mas o contexto social, os aspectos pessoais, condições institucionais e que a junção de todos esses fatores é que podem produzir risco. Para o autor, a maneira como vem sendo abordado o tema da intimidação acaba por se extremar nos termos psicológicos, sendo mais efetivo a análise dos sistemas educacionais e políticos. Como entender as características das escolas que tem mais probabilidade de ter atos violentos.

Os fatores internos, ligados à organização das escolas, são variáveis importantes no que se refere à amplitude da delinquência, nessas escolas. Os conflitos internos das equipes de adultos nos pareceram uma explicação possível para os efeitos escolares negativos e, por outro lado, a mobilização de outras equipes parece explicar os efeitos escolares preponderantemente positivos. (DEBARBIEUX, 2002, p. 73)

Debarbieux, diz que apesar das avaliações mostrarem que as classes trabalhadoras apresentam-se mais envolvidas com a chamada delinquência de exclusão e com atos mais intensos, assim como a incivilidade e agressões contra a escola, é preciso compreender que esse fato tem relação com a estabilidade de professores, a grande rotatividade dos mesmos e os cortes de funcionários. Esses fatores interferem mais diretamente na frequência de casos de violência e geralmente afetam mais as classes menos abastadas. Ele afirma que é importante a mobilização nessa área e a implementação de políticas que diminuam as desigualdades sociais. Porém, não se pode colocar a responsabilidade apenas no Estado, por sua ineficiência em ações, desacreditando o papel do mesmo ou basear o trato com o tema apenas numa ação repressiva como a retirada dos sujeitos da escola. A violência tem tanto causas internas como externas, que estão relacionadas ao bairro, economia, família, políticas públicas, organização da escola, dos seus sujeitos e sua ação.

A importância de definir a violência de maneira ampla está na possibilidade de não limitá-la a repressão. Ele afirma que esse posicionamento não é contra a repressão e a favor somente das medidas preventivas, mas que geralmente os casos de repressão são sempre visto de modo trágico pela vítima e também que a ação de reprimir acontece depois que ao ato violento já foi cometido, não sendo possível impossibilitá-lo.

Algumas críticas, relacionadas a pesquisa sobre violência apontam que a partir do momento em que o tema começa a ser estudado, ele passa a existir e surge o exagero da mídia e outros. Sobre essa afirmação, o autor diz que maior parte dos estudos oficiais mostra que a quantidade de crimes e casos graves de violência nas escolas é pequena. Também que a preocupação exagerada com segurança a qual alarma a sociedade não é fundamentada, por esse

motivo pesquisas sobre armas nas escolas, apenas mostram a tendência de aplicar a jovens penas adultas.

O autor dá como exemplo a França e os Estados Unidos. Em ambos os países a opinião pública acaba sendo manipulada pela mídia com relação a violência escolar, como casos de morte em massa e crimes de sangue que acabam por naturalizar a violência urbana, colocando os adolescentes como selvagens, não sendo possível inseri-los nas normas das sociedades. Assim, a questão da violência social é associada não só ao fato, mas a desigualdade social.

Também, ao ver as pesquisas oficiais, o número de casos é pequeno. Ele afirmam que entre 1998-1999, houveram 240.00 casos, o que equivale a 4% do numero de alunos matriculados na rede. As violências que ultrapassaram o verbal foram 0,02% desse valor (DEBARBIEUX, 2002). Portanto, não se pode falar em barbarismo ou selvageria.

Essa fascinação pelos crimes sangrentos e violência extrema é, muitas vezes, uma atitude que mascara uma violência rotineira . do tipo que estamos prestes a relatar e que forma a base da destruição de muitas vidas. Porque, ao colocarmos o grau de violência muito em perspectiva, corremos o risco de aprisionar as vítimas em sua própria culpa e em seu silêncio. Apesar de as vítimas serem raras, nem por isso é menor o dever social de conhecê-las melhor e de assegurar que elas sejam bem-cuidadas após o trauma sofrido por elas. Além disso, a “cifra negra” da vitimização (ou seja, o número das vítimas desconhecidas, em razão de elas não terem dado parte da ocorrência) está ligado à própria produção de dados estatísticos oficiais diretos ou indiretos. (DEBARBIEUX, 2002, p.79)

Para prevenir casos de violência, é preciso se atentar para as vitimas desses atos, permitindo que a transgressão e delitos sejam entendidos a partir das impressões desses sujeitos. O autor afirma que apesar do número de casos de violência ter se mantido, a gravidade dos mesmos aumentou.

A respeito da violência na história, ele afirma que a violência já é esperada e que é construída socialmente. Existem no cotidiano da escola microviolências diárias que geram estresse, desestabilizam os sujeitos. Essas violências são traumáticas e muitas vezes não percebidas pelos adultos e que geram um sentimento de impunidade nas vítimas. Por esse motivo a prevenção tem mais, eficácia que a repressão.

A violência se constrói de maneira lenta e irregular, ocorrendo em qualquer classe social. Porém o que se vem percebendo é que com a diminuição dos crimes de sangue, começam a surgir mais ataques pessoais. A exclusão social também tem relação com o tema, os grupos minoritários geralmente apresentam mais vítimas ou comportamentos reativos. Muitos autores vêem a violência adolescente como um reflexo da agressão que esse grupo sofre cotidianamente. Eles

colocam que os sujeitos que cometem esses atos geralmente o fazem com vítimas da sua mesma classe social, aumentando as desigualdades sociais dentro da mesma classe.

Para o autor, as políticas de combate a violência atuais contribuem para a manutenção da desigualdade, pois a violência apresenta um desafio a democracia, a exclusão e a desigualdade social. Por esse motivo, é que a ação de prevenção deve começar cedo, em atividades cotidianas, com ajuda de muitos profissionais, família e comunidade; e não só através de grandes campanhas.

Sobre a violência no Brasil, Pino (2007) diz que ela tem ligação forte com a história econômica e social do país, não podendo ser atribuída a falta de consciência de alguns indivíduos e nem a mudança repentina na nação. A relação entre o narcotráfico, consumo e tráfico de drogas, contrabando tem razão econômica e está ligada ao capitalismo, a renda fácil sem qualquer respeito a valores.

Não existe sociedade humana sem possibilidade de violência. Existem duas vertentes que pretendem falar sobre organização social, a primeira diz que no mundo animal existe uma certa sociabilidade para melhor adaptar-se a natureza a fim de aumentar suas chances de sobrevivência e que esta sociabilidade é o fundamento para qualquer organização social; já outra vertente crê que apenas os homens tem organização social, sendo regidas não pela natureza mas pelo caráter histórico que determinam a maneira como será feita cada organização, através das regras, valores e leis que tornam possível a convivência das diferenças, pois regulam comportamentos e dão significado as experiências dos indivíduos.

A violência, para nossa sociedade, evoca a falta de ordem, o caos. Esse ultimo escapa a nossa compreensão, é visto como irracional, sem controle, desordenado e ilegal. Porém, nem todos os indivíduos tem aplicada essa idéia, mas principalmente, aqueles que são de classes populares que são vistos como causa e origem da violência e que precisam ser separados dela.

Se a violência é um fator desestabilizador da ordem social, ela é também um fator de crítica e questionamento dessa ordem. Na medida em que toda ordem social constitui um determinado modo de ordenamento das relações econômicas, sociais e políticas de uma dada sociedade, a violência social, enquanto violação dos limites definidos por essa ordem, representa efetivamente um fator de desestabilização. Mas, por essa mesma razão, ela coloca a questão da legitimidade dessa ordem, pois se a legitimidade de uma determinada ordem social retira a razão à violência, a sua ilegitimidade – seja por causa da negação do estado de direito, seja pelo não cumprimento de suas exigências – dá-lhe razão. (PINO, 2007, p. 774)

Os atos de violência sempre tem uma repercussão social, alguns mais do que outros, porém alguns atingem o social mais fortemente que outros, e dão origem a reações igualmente violentas, como confrontos de grupos (sociais, religiosos e etc.), sendo vistos como violência social, pois põe em discussão a ordem social..

Outra questão está relacionada a sua origem, vista por uns como instintiva e pulsional e por outros como comportamento adquirido em sociedade, e a sua natureza, fenômeno normal ou expressão de fato anormal (falha, disfunção, etc.). Outra idéia, se relaciona a questão da natureza má do homem, muito difundida pela religião cristã e judaica.

O autor, também afirma que o crime é um fato normal da sociedade, sendo inevitável. Ele diz que quando uma sociedade cria regras, seus sujeitos tem o poder para transgredi-las, não que isso seja desejável. Para que exista crime é preciso que exista a lei e esses se relacionam também com os valores que regem o sistema penal da sociedade. Dessa forma, para acabar com crimes a medida mais eficiente seria intensificar os sentimentos contrários a tal ação, para que a aversão a essa atitude seja mais forte que o desejo de cometê-lo. Sendo assim, quando mais alto os valores a serem violados pelo crime, mais intensos os sentimentos contrários devem ser. O crime, portanto, é inerente a sociedade, mas é possível uma sociedade sem violência.

Para erradicar a violência, é preciso mais que repressão e reclusão, mas é preciso que esses tenham consciência de seus atos e sintam repulsa pelos atos violentos. Porém, o que se vê nos últimos tempos é a banalização da violência, o recuo da consciência e do sentimento de repulsa, além do uso da violência por instâncias como arma contra a mesma.

Sobre a relação entre educação e violência, o autor diz que a educação tem relação com a constituição humana, através das experiências sociais e culturais que o homem está inserido. Quanto a violência, é fundamental que ele tenha experiências de viver relações que favoreçam a não-violência, não no sentido de praticar o bem e evitar o mal, pois esses não são efetivos na mudança de comportamentos violentos. Percebe-se casos de violência dentro da escola, contra seus integrantes e a presença de agentes externos a ela, essas ocorrências acabam por influenciar a vida na escola. Seria necessário o trato com valores humanos que fornecessem ferramentas para o não uso da violência.

Para Velho (2000) a vida em sociedade não está livre da violência, compreendida como o uso agressivo da força, não se limitando apenas a isso, mas a possibilidade e/ou a ameaça de seu uso. Essa idéia de poder está associada a tentativa e/ou imposição de uma vontade sobre outra

pessoa. O autor também fala sobre o termo *outro*, afirmando que a vida social se faz na diferença vista nas relações sociais e é a base da existência em coletividade e motivo da permanente tensão e conflito nela existentes.

A necessidade do homem em se relacionar com os outros possibilita que ele troque diversas experiências, porém nem sempre essas trocas são recíprocas, o que gera impasses e casos violentos. Desse modo, a vida em sociedade se constitui através da negociação e de relações heterogêneas e conflitivas.

A interação apenas existe com o reconhecimento do outro, mesmo nos modelos de sistemas que parecem ser harmoniosos e estáveis existem conflitos, apesar da idéia equivocada de que os grupos primitivos teriam um posicionamento contrário ao que gera tantos problemas em nossa sociedade. Porém, a sociedade atual tem enfrentado problemas por não ter os limites bem estabelecidos, tanto em aspectos sociopolíticos quanto simbólicos e culturais. A construção das relações é um aspecto histórico, resultado de muitos conflitos, negociações, intervenções e intercâmbios. Seu processo é o mesmo em todas as sociedades, através de conflitos e mudanças que permitem a perpetuação de valores e idéias, a partir das ponderações de acordo com seus sujeitos e confrontos.

Desse modo, é possível perceber os diferentes tipos de relações que os sujeitos podem vivenciar de acordo com sua formação, interesses e realidade, também que a noção de diferença é ampla, mas se relaciona em alguns aspectos. Quando se fala em diferença é preciso pensar em sujeitos que podem ser vistos como aliados, competidores ou adversários, visto que a sociedade atual coloca como núcleo mínimo o indivíduo, mesmo nas coletividades, o indivíduo não pode ser dissolvido. Ao contrário de outras sociedades mais tradicionais e hierárquicas que vem o núcleo como o clã e linhagens que juntam sujeitos. Assim, essas diferentes maneiras de se ver a unidade tem razões políticas e expressa as relações de poder presentes na modernidade e no desenvolvimento da vida social. Essas diferentes formas de predomínio mostram e incutem valores que são permeados pela negociação, ainda que apresentados como inegociáveis e naturais.

Durante a vida em sociedade, a violência física pode estar presente, pois está relacionada a dominação e apresenta níveis variados de legitimação, que constantemente são disputados e rebatidos, pois até mesmo nas sociedades mais homogêneas sempre existiram condutas divergentes da dominante e conflitos. Na sociedade ocidental o processo de diferenciação se

tornou agudo, principalmente com a divisão do trabalho e outros processos que se tornaram conseqüência e produtora dessa realidade.

A desigualdade social é uma das grandes causadoras de conflitos e tensão. Sua interpretação pode variar de acordo com o significado que uma cultura dá a ela, como algumas sociedades, ancoradas na hierarquia, justificam o uso das castas. Essa desigualdade baseada em valores e crenças comuns, estabelece modos de vida, direitos e deveres e não é compreendida, por essa sociedade específica, como dominação e exploração, apresentando um universo ideológico diferente. O autor então afirma que a cultura é uma rede de significados que são interpretados de formas diferentes e podem ser modificados durante a negociação de interesses e pontos de vista. Também que a existência de tantos modelos de realidade acaba por gerar conflitos entre as idéias de individualismo e outras ideologias.

O individualismo é compreendido como uma pluralidade pelo autor. Com a forte presença dos temas da igualdade e singularidade na sociedade ocidental, ele é formada por diversos tipos de indivíduos que tem valores e idéias particulares. Porém, essa ênfase no sujeito acaba por ser contra as ideologias que valorizam categorias.

O Estado Moderno desenvolveu-se, justamente, em meio ao confronto entre valores holistas e individualistas. As relações entre grandes casas da aristocracia européia com poder central nascente caracterizam, de modo exemplar, uma forte oscilação entre esses dois pólos. É aí também que se elabora, progressivamente, a noção da cidadania imbricada à consolidação de um espaço público onde indivíduos interagem e negociam politicamente. (VELHO, 2001, p.15)

A violência no Brasil, segundo o autor, é uma situação decorrente da não implementação na sociedade da democracia e cidadania, impossibilitando melhores condições sociais para grande parte da população. Mesmo que em toda a sociedade exista o conflito, com a democracia e a idéia de representatividade tem-se a possibilidade da discussão de diferentes idéias e vontades. Assim a função do poder público seria encaminhar/ordenar a negociação entre os indivíduos para que o bem estar social fosse atingido. Juntamente com esse posicionamento, persiste também a idéia de que os indivíduos são iguais e importantes, mesmo que exista a diferenciação nos processos de socialização. Surge um espaço diferenciado para o sujeito, pois o direito vincula-se ao bem estar individual e não mais a comunidade. Além da relação ambígua entre individualismo e hierarquia existente na sociedade moderna.

Para Velho (2000) no Brasil sempre houve uma permanente tensão entre hierarquia e individualismo e a ação ambígua do Estado com o tema. Para que exista a possibilidade de

negociação em qualquer sistema é preciso alguma noção do que seja justiça (entendida como conjunto de crenças que falam a respeito do bem estar individual e social), sem isso ocorre a anomia social. Mesmo ocorrendo desacordos com relação ao assunto, deve existir algum valor que una tantos pontos de vista para que a sociedade tenha continuidade.

Porém, a violência não está relacionada apenas a desigualdade social, mas a perda de conteúdos culturais e éticos nas relações sociais que a acompanha. Não se pode

Analisar a pobreza como responsável por essa perda, que se manifesta nas grandes cidades através do sentimento de iniquidade gerada pelo contraste visível de estilos de vida.

Na sociedade tradicional brasileira, as desigualdades existiam, mas havia um princípio de reciprocidade, como a relação entre empregado-patrão que possibilitava a o compartilhamento de expectativas culturais, sendo possíveis mostras de classificação como “bom” ou “mau” patrão, visto também como aquele que protegia e cuidava de seus empregados. A questão do apadrinhamento, vista como uma aliança de lealdade e solidariedade entre patrão e empregado. Essas relações se mostravam mais nos tempos de crise ou excessos, pois nessa época era legítima a reclamação sobre patrões, rompendo a reciprocidade.

Com a modernização, essas relações foram afetadas, graças ao crescimento econômico, migrações, industrialização e a ascensão da cultura de massa, também o individualismo foi ganhando espaço e novas maneiras de se viver as relações sociais. As minorias e categorias oprimidas passaram a ter mais visibilidade, mesmo que com algumas dificuldades e as formas tradicionais de dominação foram enfraquecendo.

Essas mudanças afetaram a questão da reciprocidade. As relações categorias hierárquicas diferentes eram mais amistosas, mesmo com a tensão social e casos de violência, os acordos e negociação geralmente predominavam não ocorrendo tantos confrontos físicos. Porém, com o crescimento do individualismo, as relações se tornaram impessoais e a violência física passou a fazer parte da rotina não sendo visto como algo excepcional.

Esse fenômeno assumiu formas assustadoras nas classes populares, principalmente devido a novas formas de criminalidade e ao tráfico de drogas, que traz graves repercussões para a sociedade brasileira. Houve um aumento de quadrilhas, geralmente composta por jovens, que acabaram por ter controle de partes das cidades, também com o tráfico de drogas surgiu o acesso a armas de fogo e a ocorrência de grandes conflitos armados entre grupos opostos ou a polícia.

Valores tradicionais vão se desfazendo assim como tipos de vida muito difundidos, pela força desses grupos.

A valorização do individual não acabou com a hierarquia, mas ambas coexistem em certos aspectos sociais.

Pelo que sabemos, no próprio mundo do crime registram-se atitudes e comportamentos que podem estar reproduzindo mecanismos de patronagem, ao lado de manifestações de individualismo frenético. No caso do jogo do bicho, sua estrutura, em linhas gerais baseava-se em um sistema de trocas e reciprocidade tradicional-hierárquico. Porém, o mais recente tráfico de drogas parece estimular um tipo de empreendedor individualista que rompe com a ordem anterior. (VELHO, 2001, p. 19)

Percebe-se que a hierarquia já não tem tanto poder quanto anteriormente, mesmo que a sociedade brasileira nunca tenha sido tão hierarquizada, esse modelo foi usado por muitos anos. A ausência da reciprocidade acaba se expressando em desigualdades que estão associadas ao uso da violência, junto a ela vem o não acesso das camadas populares a bens de consumo, muito difundidos pela mídia, gerando ódio e tensão sociais, pois muitos sujeitos não tem como obter legitimamente essas aspirações.

Nesse momento vê-se que os valores tradicionais, em alguns casos legitimam as desigualdades. Apesar da existência de alguns modos de mobilidade social esses ainda estão ligados ao individualismo e não estão atreladas a idéia de reciprocidade e justiça. Dessa forma, a sociedade se torna espaço aberto para o capitalismo, deixando as questões de igualdade social e mudanças de lado.

Também, o autor cita o poder público que não consegue atender as necessidades da população pobre, principalmente sobre a participação da polícia em atos criminosos e também a adesão de muitos jovens a atos transgressores, que prometem gratificações e tem atração diferente do para as outras gerações. Desse modo, a população fica a mercê de vários tipos de banditismo. O estilo de vida desses jovens tem base no uso de drogas e armas e na possibilidade de acesso a bens de consumo e prestígio, também rejeitam o tipo de vida de gerações passadas, a vida modesta de trabalhadores com muitas dificuldades e frustrações e é vista como algo a ser evitado, predominando a vida breve e intensa e cheia de gratificações, além da satisfação em estar na mídia pelas atividades criminosas cometidas.

Sabe-se que nem todo jovem pobre é criminoso, mas a ligação entre comunidades pobres e traficantes se mantém, mesmo que conflituosa, mas como algumas lealdades e temor. A carreira de bandido coloca-se como alternativa viável, mesmo para os sujeitos que se mantêm no legal

pensam na possibilidade, não havendo mais o controle social que era exercido pela questão da patronagem entre classes.

Como a sociedade brasileira é muito variada, a cultura de massa não é homogênea, mas é generalizada, o incentivo ao consumo alcança muitas pessoas inclusive os que não tem meios pra conseguir tais bens. Os jovens transgressores não se conformam com esse contraste entre consumo e riqueza e os excessos da atual sociedade. Essa crise de valores fica visível com os casos de extrema violência, porém a repressão da polícia também se apresenta exagerado e não justo. Esse fato tem relação com o crescimento da segurança particular que tem ligação tanto com policiais quanto com o crime, aliviando ameaças imediatas, mas que ameaçam a vida pública e a cidadania.

Esse clima de insegurança gera na população um forte de sentimento de injustiça e impunidade, principalmente com relação a grandes crimes cometidos pela parcela mais rica da população. , gerado fortes conseqüências no comportamento de grupos de jovens que, com a mídia, tem acesso a essas afirmações.

O autor cita também, a ineficiência do judiciário e as experiências constantes com a polícia, a dificuldade de acesso a saúde e hospitais, que produzem um sentimento de impotência e revolta na população.

Trata-se de um caso-limite de um cotidiano em que a desigualdade e a ausência da cidadania são sempre confirmadas. A falta de política social efetiva, o desinteresse das elites e a falência do poder público, somados, são fatores fundamentais para esse quadro maior de desesperança. Ou seja, não se identifica um sistema de trocas entre as categorias sociais que sustente, minimamente, as noções de equidade e justiça. Assim, sem os benefícios, mesmo que limitados da sociedade tradicional hierárquica e sem direitos de cidadania de uma sociedade democrática e moderna, fica-se no pior dos mundos. (VELHO, 2002, p. 23)

Segundo o autor, a situação pode ser mudada através da conscientização, criatividade e mobilização. A participação da sociedade civil e confiança no poder público precisam ser fortalecido, além de uma proposta de cidadania cujo Estado deveria dar condições materiais, o fim da impunidade e demonstração da integridade do mesmo.

Zaluar (2001) apresenta alguns dados sobre a relação entre desenvolvimento humano, educação e violência. Ela afirma que o Brasil teve uma pequena redução no analfabetismo, aumento nas matrículas e na permanência dos alunos na escola e também expectativa de vida no país se manteve na base dos 67 anos; porém é visível o aumento de mortes violentas entre os jovens. A partir dos anos 80 houve um acréscimo dessas mortes nas regiões metropolitanas em

jovens entre 20 a 29 anos, o número de assassinatos aumentou significativamente nas capitais brasileiras como casos que se podem comprovar, pois boa parte dos fatos não pode ser comprovado por exames legistas graças a falta de equipamentos médicos e comprometimentos judiciais decorrentes dessa análise, assim alguns casos acabam sendo dados como morte indeterminada.

Houve aumento também nas mortes por armas de fogo, principalmente na região sudeste e entre jovens do sexo masculino, passando de 10 para 38 para cada 100 mil habitantes. Essas mortes estão relacionadas a diversos aspectos como o funcionamento do sistema judicial, desigualdade, economia “subterrânea” e a vulnerabilidade desses jovens. A mudança educacional no país não influenciou as taxas de mortes e crimes na nação. A autora dá ênfase ao recrutamento do crime organizado em bairros pobres e favelas.

Para a autora, a escola não consegue reter as crianças e tem dificuldades para transmitir conhecimentos, valores morais, éticos que auxiliem na sua formação autônoma evitando riscos de relações com o crime e a violência, para favorecer assim seu envolvimento com a sociedade contemporânea.

Sobre o assunto, a autora começa falando sobre a caracterização do tema. A violência pode ser vista como uma ferramenta e não como fim, não sendo necessário uso de linguagem para caracterizar relações, mas baseadas na persuasão, influência e legitimidade. Também ela pode ser vista como o não reconhecimento do outro como pessoa humana, ausência de compaixão, excesso de poder. Ela também pode ser entendida como uma forma de sociabilidade, que se apresenta através da afirmação de poderes, determinação de normas e controle sociais, contínuos. A sua manifestação principal na contemporaneidade se daria tanto no nível micro (entre os sujeitos), quanto no macro (nível das instituições). Nessa última visão, não haveria um limite entre violência física e simbólica.

Ela passa a tratar do assunto da violência simbólica. Ela afirma que hoje casos de violência apresentam duas dimensões: a primeira que é realizada por traficantes em bairros de periferia ou a ação violenta da polícia para manutenção da ordem (violência simbólica legítima); a segunda corresponde ao uso da linguagem que nega, oprime e destrói o outro. Tanto a polícia como os professores tem poder simbólico e não necessitam de regras para o uso de linguagem agressiva. Para a autora a violência simbólica seria o poder de construir a realidade, dar sentido homogêneo ao mundo social. O símbolo seria um instrumento de integração social, que traria o

consenso, estruturando a comunicação, o conhecimento e o exercício da dominação, através da legitimação ou imposição.

Outro conceito tratado pela autora é o *habitus*, que é caracterizado como a reprodução de práticas e símbolos que mantenham a continuidade da sociedade. Ele é um conjunto de padrões e pensamentos que liga a estrutura com a prática social, uma relação entre condições objetivas e histórias incorporadas, que geram disposições duradouras nos grupos.

O conceito oferece uma base possível para uma aproximação cultural da desigualdade estrutural e permite um foco sobre as agências de socialização. Desse modo, pode sugerir a indistinção entre os mecanismos de dominação (ou de negação do outro como sujeito) e qualquer processo de reprodução cultural ou de socialização em relações sociais ordenadas. Ficaria, portanto, difícil distinguir sociedades democráticas das ditatoriais ou totalitárias. (ZALUAR & LEAL, 2001, p. 149)

Para a autora, as agências de socialização que devem incluir a família e a escola, também incluem as quadrilhas e a galera da rua. A escola que seria considerada como aquela que reforça o *habitus* da socialização familiar, mantendo a ordem social acaba por ter uma “concorrente” nas classes menos favorecidas que se depara nas quadrilhas, torcidas organizadas e outros que apresentam um novo *habitus*, chamado *etos*, que modifica a maneira dos destinados a ocupar as classes subalternas, diminuindo a expectativa de vida dos jovens, aumentando o medo e a insegurança na vizinhança e cidade. Segundo a autora existe uma certa confusão entre o termo conflito e violência que dificulta que o fenômeno seja bem compreendido. O termo violência, instrumento, geralmente está associado a um estado social permanente e excessivo das classes menos abastadas.

Para ela, o conflito faz parte das relações humanas, visto que o consenso nunca é total e permanente. Desse modo é preciso garantir os espaços para manifestação saudável sem intenção de calar ou destruir o outro sujeito. A violência física sempre foi utilizada no Brasil, como modo manter a ordem, unidade e totalidade, sendo assim o conflito era negado, não havendo espaço para negociação e nem exercício da autonomia do sujeito.

Zaluar (2001) define o conflito como uma forma de sociabilidade que é criada através da interação entre contrários. Durante o conflito, eles desenvolvem regras de conduta e meios de expressão de interesses diversos, instituindo a socialização e limite para violência. Sendo assim, o conflito auxilia na criação de normas, leis que se baseiam no respeito mútuo e idéias partilhadas.

Porém, as manifestações extremas baseadas na destruição moral e psicológica dos outros sujeitos não fazem parte desse processo. Nesse caso, a violência estaria na intenção de destruir fisicamente o adversário ou na perda da linguagem, impossibilitando a manutenção do conflito por não existir mais força em uma das partes que perde sua certeza na luta e na possibilidade de regras justas e não atinge a toda a sociedade da mesma forma.

Com relação ao *habitus*, existem algumas divergências que dão maior precisão para o conceito da violência. Ela descreve o *etos* guerreiro, que é o local que valoriza a liberdade e alegria de vencer os adversários e destruí-lo. Para autora, esse *etos* já deveria ter sido ultrapassado com o processo civilizatório, mas que pode ser reavivado quando ligado ao orgulho de não seguir nenhum compromisso exterior ou interior. Se o Estado se mostra fraco, os papéis militares passam a ser mais valorizados nas classes dominantes e as ligações próximas (família, vizinhos e outros) passam a ser mais fortes em bairros pobres que tem forte sentimento de pertencimento e acabam por diminuir a pressão social com relação ao controle das emoções e violência física, resultando na diminuição do sentimento de culpa e uso sem culpa da violência nas relações. Em países que tem a forte presença do Estado, esse *etos* foi substituído pela tensão do *agontos* grego nos esportes e jogos que exteriorizam emoções conflituosas, sem intenção de prejudicar oponentes. Os jogos institucionalizam o conflito, o que acaba por desestimular a violência.

A relação entre violência física ou simbólica (também chamada psicológica) e os riscos que surgem quando a escola passa a ser dominada pelo crime organizado, ameaça a função da escola em manter o mínimo de ordem e faz com que os conflitos percam sua institucionalização. Segundo a autora, a violência física passou a se mostrar extrema dentro das escolas, também a violência psicológica presente na atividade pedagógica precisa ser melhor demarcada para não ser confundida com a socialização necessária para a vida em sociedade. Sobre evasão e fracasso escolar, Zaluar (2011) crê que as teorias já propostas deveriam levar em consideração os mecanismos escolares que geram dificuldades no aprendizado. Outro ponto de vista diz que as crianças de classe pobre geralmente antes de entrarem na escola têm uma visão positiva da mesma e depois de começar a frequentá-la se sentem incapazes de assimilar conhecimentos, além de excluído e taxados como malcomportados e problemáticos, vistos como ataques a auto-estima e que tornam o ambiente escolar hostil. Com relação a percepção da violência urbana e escolar, os alunos acreditam que as pessoas copiam programas de televisão que, em muitos casos,

determinam padrões de comportamentos. Também foram apresentadas a internet, os jornais televisivos e outros programas como violentos. Por isso, a importância de se entender as representações que a população tem de educação e violência.

A relação entre população pobre e escolarização pode se caracterizar como transmissão de cultura cívica, mercado de trabalho e outros, nota-se a tensão entre a família e a escola como inibidora de expectativas de ascensão social, sem falar no crime organizado que disputa espaço como agente socializador com essas duas instituições, mostrando-se uma instância de poder que baseia suas relações na coerção, violência física e medo.

A autora passa a apresentar sua pesquisa a respeito do modo como os sujeitos da escola avaliavam a qualidade da educação da escola pública, que foi realizada em três bairros de periferia da cidade do Rio de Janeiro. Foram escolhidas escolas públicas e CIEPS, com alunos entre 11 e 17 anos (maioria freqüentando os cinco primeiros anos do ensino fundamental), professores, diretores e pais.

Sobre as escolas, ambos os tipos apresentaram a aprovação automática, dificuldades nas relações entre professores e alunos, falta de formação continuada e formação precária dos professores, avaliação exterior e problemas com pais e responsáveis pela presença constante armas de fogo na escola e comunidade.

A escola e a família são colocadas como principais agentes formadoras e ambas dão significados parecidos para a educação, como ter estudo, respeito aos mais velhos e outras pessoas, formação de hábitos, caráter, honestidade, higiene, controle e vigilância por parte de todos os ramos entrevistados.

A violência no bairro, as ruas, bailes, colegas e quadrilhas são colocadas como colaboradores que atraem jovens para uma vida intensa, com poder e prestígio, mas curta. As experiências com relação a violência são trágicas e fazem referência a coerção, discriminação e medo. As famílias tem medo que seus filhos entrem para o tráfico, pois já conhecem casos de jovens que trilharam esse caminho. Os bailes funk e a polícia são citados como violentos, além da forte presença do tráfico (movimento) que mudou as características dos bairros.

A pesquisa também mostra as maneiras como a violência das ruas se liga a escola, com a falta de vigilância e ausência de delação, sem falar no uso de drogas, ameaças, medo e presença de armas nas instituições, trazidos por alunos que causam acidentes e brigas.

Os depoimentos e os dados apresentados ressaltam o confronto entre a violência física extramuros (na rua) e a violência intramuros, praticada na escola,

demonstrando que as formas tradicionais de educação moral, até então presentes nas escolas públicas, não têm sido suficientes para impedir a invasão da escola pelos códigos e práticas que dominam as ruas das áreas pobres. O saldo desse confronto, que pode ser identificado nas estatísticas oficiais de mortalidade e nas violências as mais diversas cometidas contra a população jovem dessas áreas, sem registro, tem sido favorável aos responsáveis pela destruição de laços de civilidade e de vidas. (ZALUAR & LEAL, 2001, p. 157)

Também na relação entre violência e fracasso escolar, a escola é importante para a formação de hábitos e da socialização dos sujeitos, além da aprendizagem de regras morais e exercício da cidadania. Os CIEPS são polêmicos e considerados como “escolas de ricos para pobres”, pois essas escolas são assistencialistas e reforçam a discriminação, sem falar nas atividades extraclasses e a aprovação automática. O fracasso escolar envolve a evasão, repetência, carga horária e promoção automática. Os estudantes apresentam razões para esse fato como mudança de residência, violência na escola e necessidade de trabalhar, além de discriminação e bairros violentos. As famílias desses alunos geralmente trabalham em empregos formais ou informais, trabalho doméstico e autônomo.

A violência de fora acaba por afastar os sujeitos da escola, os tiroteios, o uso de armas e a presença de traficantes nas instituições diminui o rendimento dos jovens e seu afastamento da escola. Quanto aos motivos familiares, apresentam-se dificuldades financeiras, desemprego, conflitos familiares, separações, violência, tarefas domésticas, ausência do pai e etc. A repetência estaria ligada a deficiências do aluno como frequência insuficiente, desinteresse, apatia, preguiça e dificuldades em acompanhar a turma e são citadas pela maior parte dos entrevistados. Também mostram a tendência da repetência nos primeiros anos do ensino fundamental. Essas falas também fazem críticas a instituição escolar com relação a reprovação, as classes heterogêneas (faixas etárias diversas), professores que ressaltam apenas as dificuldades dos alunos, interação com alunos. A interação entre professores e alunos, pode desencadear problemas de baixa estima, desinteresse, apatia e agressividade.

Sobre o discernimento moral e punição, só a partir dos 8 anos é que a criança passa a ver a relação entre delito e punição. A autoridade é baseada na vergonha do sujeito em ser punido. A escola precisa repensar a punição pois muitos sujeitos acabam tendo a estrutura psíquica afetada, como timidez excessiva ou desprezo total pelo outro.

A visão dos alunos sobre seus responsáveis mostram que a violência é constante nas relações e deixa seqüelas, também a maneira como a escola vê a pobreza e a concebe. Por fim,

autora fala sobre a importância da educação moral dentro das escolas a fim de gerar autonomia, respeito e convivência pacífica.

Aquino (1998), parte da idéia de que a intervenção escolar sobre os alunos é normativa/confrontativa e por isso deve-se olhar mais profundamente a relação professor-aluno para entender a violência escolar. Para o autor o termo “violência” não implica necessariamente algo negativo, mas algo que pode ser definido como “intensidade”, “impetuosidade”, entre outros. Por isso considera que algumas relações humanas são violentas nesse sentido, por serem transformadoras. Porém, o termo pode significar também “opressão”, “tirania” e “constrangimento”, esse último se relaciona ao forçar um sujeito a fazer ou não fazer determinado ato.

Outro ponto interessante para ele é o termo “autoridade”, que significa “direito de poder comandar”, “crédito”, “influência”. Isso permite a um determinado sujeito “comandar” atividades e comportamentos de outros, por ser considerado apto e ter seu poder legitimado. Dessa maneira, o professor teria “autoridade” por ter seu poder legitimado pela instituição de ensino e por fazer os alunos acreditarem que ele deve ser obedecido por ser portador de saberes importantes à vida em sociedade.

Nota que a escola tem passado por um período de crise, visto que em seu interior acontecem muitos conflitos, e, um dos principais é o conflito entre o passado (a tradição) e o “novo”. A sociedade atual renega a tradição, considerando-a ultrapassada, antiquada. A instituição de ensino como uma das responsáveis pela perpetuação da tradição (conhecimentos desenvolvidos pela humanidade por séculos), não é considerada, para muitos, como influenciadora. Ocorrem então os casos de violência, pois para alunos ela não mantém seu caráter de comando.

Essa perda de autoridade, faz com que professores e direção se sintam despreparados, desmotivados e desobrigados a lidar com a violência no cotidiano prático, posto que o início do fenômeno se encontra fora dos muros escolares. Por isso, existe o “encaminhamento” desses casos a várias outras instituições sociais (família, médicos, polícia, ministério público e outros que mantêm ainda seu caráter influenciador).

Já para Chrispino (2008), com a universalização do ensino e abertura das escolas para os mais diferentes perfis de alunos e de vivências, não houve o planejamento necessário e nem políticas que visassem o exercício da boa convivência e respeito entre grupos tão distintos,

provocando a intensificação e agravamento destes conflitos, pela falta de base e estratégias de ação. Tem-se que perceber que a violência, se origina de pequenos conflitos cotidianos e “o conflito se origina da diferença de interesses, de desejos e de aspirações.” (CHRISPINO, 2007, p.16). A escola, portanto, é um dos locais mais propícios para a existência de conflitos já que ela é um ambiente em que as diferenças se encontram e convivem. Eis então um de seus papéis, através de projetos e propostas, incentivar o diálogo e a troca de experiências para que casos de violência grave sejam cada vez menos frequentes e a tolerância se fortaleça nas relações.

Quanto mais diversificado for o perfil dos alunos (e dos professores), maior será a possibilidade de conflito ou de diferença de opinião. E isso numa comunidade que está treinada para inibir o conflito, pois este é visto como algo ruim, uma anomalia do controle social. (Chripino, 2007, p.17)

O fato também da maior parte das instituições de ensino compreender os conflitos como algo negativo e não como parte necessária para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo como pessoa, dificulta o trabalho de mediação do mesmo.

dificuldade que temos para lidar com o conflito é a nossa incapacidade de identificar as circunstâncias que derivam do conflito ou redundam nele. Em geral, nas escolas e na vida, só percebemos o conflito quando este produz suas manifestações violentas. Daí podemos tirar, pelo menos, duas conclusões: a primeira é que se ele se manifestou de forma violenta é porque já existia antes na forma de divergência ou antagonismo, e nós não soubemos ou não fomos preparados para identificá-lo; a segunda é que toda a vez que o conflito se manifesta, nós agimos para resolvê-lo, coibindo a manifestação violenta. E neste caso, esquecemos que problemas mal resolvidos se repetem! (CHRISPINO; CHRISPINO, 2002 Apud Chripino, 2007, p.16)

Além do mais, os professores e demais profissionais da educação não se sentem preparados para lidar com problemas de violência dentro da escola, visto que muitos não se consideram aptos e julgam que sua formação básica não lhes proporcionou as ferramentas necessárias para tal trabalho. Para Royer (2003), a formação básica ou continuada dos professores, com relação a violência escolar, deveria fundamentar-se na convicção de que o acesso a educação é um direito de todos os jovens e, também, na crença fundamental no fato de que é melhor educar que punir. Por isso é necessário dar ênfase ao desenvolvimento de instrumentos que promovam mudanças positivas, de avaliação de novas idéias e de novas práticas que aumentem a confiança do professor.

Os professores desejam uma formação que esteja vinculada à sua realidade e às suas necessidades imediatas. Os trabalhos universitários são considerados demasiadamente exigentes, os cursos excessivamente teóricos e pouco passíveis de serem transferidos à prática cotidiana (Royer, 2003, p.67)

Para Charlot (2002), o fenômeno da violência não é recente, existe a muitos anos. Os conceitos de violência, transgressão e a incivilidade se distinguem entre si, de modo que violência é algo contra a lei e que tem relação com uso da força ou da ameaça, ou seja, lesões, extorsão, tráfico de droga na escola e insultos graves. A transgressão, porém, é o comportamento inverso ao desejado pelo regimento interno da escola, mas não é ilegal, por exemplo: a não-participação nas atividades, não-cumprimento de trabalhos escolares, falta de respeito e outros. Já a incivilidade contraria as regras da boa convivência (sem ser ilegal ou ofender as normas da escola), a saber: grosserias, uso de palavras ofensivas, provocações e outro atos cotidianos que desrespeita professores, funcionários e alunos.

Para o autor, também é necessário diferenciar a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola. A primeira é aquela que se apresenta dentro do espaço escolar, mas que não precisa estar ligada com a instituição, por exemplo, invasões a escola por bandos, gangues entre outros. Acontecem na escola, mas poderiam ter ocorrido em qualquer outro lugar.

Já a violência à escola está ligada à instituição de ensino, com depredações, incêndios, agressões físicas ou insultos aos professores por parte dos alunos; é a violência contra a escola e contra o que ela representa. Por fim, a violência da escola caracteriza-se como a violência institucional, simbólica, que os próprios jovens sofrem através da maneira como a escola os trata e tem relação com os modos de agrupamento das classes, de atribuição de notas, injustiças, racismo, entre outros.

Existem diferenças nas escolas que tem grandes índices de violência e outras que conseguem lidar melhor com o fenômeno, e estas estão relacionadas a tensão nesse ambientes. Ambientes de grande tensão social e escolar acabam por ter mais casos de violência. As fontes estão geralmente ligadas ao estado da sociedade e do bairro. Quando o próprio bairro é cercado por violência é maior a probabilidade de que a escola seja atingida por ela. Também a questão do desemprego pode gerar tensão e violência.

A partir dos anos 60, segundo o autor, a escola passou a ser vista como uma das oportunidades mais seguras de se conseguir um bom emprego. A conquista do bom emprego tem relação muito próxima com a ascensão social. O jovem relacionava a escola ao seu futuro, havia por isso uma fonte de grande tensão, principalmente por ela ser compreendida como via de inserção no mercado de trabalho e também na sociedade e não mais como um lugar de aprendizado e de prazer.

De sorte que o distanciamento é cada vez maior entre a importância da escola (que permite aceder a uma vida desejável, ou ao menos, "normal") e o vazio da escola no dia-a-dia (onde o jovem, sobretudo nos meios populares, aprende coisas que não têm sentido para ele). (CHARLOT, 2002, p 440)

A lógica da escola acaba por não ficar clara para os alunos, pois para eles o importante é “passar de ano”, “conseguir o diploma”, não causar problemas na escola e outros, não sendo importante o saber em si e o processo de ensino aprendizagem. Surge então uma nova tensão, a da escola com o saber.

Poder-se-ia, assim, multiplicar os exemplos que revelam que muitos alunos de meio popular não entram na lógica da instituição escolar - o que é fonte de revolta face aos comportamentos da instituição e, mais geralmente, de uma tensão que leva a incidentes violentos. (CHARLOT, 2002, p. 441)

Blaya (2003), afirma que a violência na escola é um reflexo de problemas mais globais. Para a autora a *atmosfera escolar*, seria a qualidade do ambiente da escola e o nível de bem estar físico e emocional de seus alunos, as relações notadas e vivenciadas por seus personagens, tem influência no comportamento e dá base para as relações interpessoais entre alunos, professores, administradores e pais.

Debarbieux & Deuspienne (2003), afirmam que para se compreender a violência na escola é preciso considerar além da vitimização, a atmosfera escolar, o sentimento de insegurança, a maneira como as escolas lidam com as transgressões, as propostas dos alunos, a coerência das equipes de professores. Para eles as vitimizações (quando um sujeito é vítima de algum tipo de violência) intimidações e incivildades (empurrões, ofensas e outros) são microviolências que se repetem no dia a dia da escola e são as principais formas de violência dentro das instituições de ensino. São a base da opressão nesses estabelecimentos, apesar de não serem consideradas pelos órgãos governamentais, pesquisas e mídia.

Ortega (2003) diz que há uma constante com relação ao fenômeno da violência, pois a esta acontece, quando pessoas impossibilitam ou dificultam outros sujeitos de usufruírem de seus direitos sociais e humanos. A violência escolar acontece quando dentro da instituição de ensino sujeitos são maltratados, excluídos, agredidos e outros. Portanto, abrange desde conduta criminosa a indisciplina. Para ele, existem três orientações de atuação para a prevenção da violência escolar: prevenção primária, cuja finalidade seria a melhora das condições sociais que circundam o sujeito; a prevenção secundária, a ação da escola, ou desencadeada a partir dela, que prestaria assistência aos estudantes em situação de risco e, por fim, a prevenção terciária, ou o trabalho direto com estudantes que se envolveram em casos de violência.

Com relação a violência no Brasil e o caminho da Pesquisa sobre o tema, Sposito (2001) afirma que existem dois tipos de pesquisa relacionados a violência escolar: as pesquisas feitas por organismos públicos e as pesquisa ligadas a pós graduação das universidades. Também ela vê que não existe nenhum programa para investigar a relação entre violência e escola por parte do poder público.

A autora passa a apresentar pesquisas sobre o tema, afirmando que a partir e 1980 o assunto passou a fazer parte do debate público, pois, durante esse período surgiu mais espaço para discussões relacionadas a vida social como segurança, educação, lutas pela democratização e outros.

A disseminação da violência e diversificação na sociedade civil, principalmente nas periferias de grandes centros urbanos, completavam o cenário em que a violência passou a ser mais notada e sentida dentro do cotidiano escolar. A mídia passa a fazer papel de denuncia, mostrando as condições dos prédios e estrutura, materiais e outros, além dos freqüentes casos de depredação do patrimônio público.

Com a abertura política e alguns governos eleitos pelos votos da população, surgiram muitas reivindicações por melhores condições para as unidades escolares, além da ampliação da democratização para que as comunidades pudessem participar mais das decisões nas escolas e as ultimas conseguissem suprir as necessidades de seus alunos.

Para sanar o problema, o poder público aumentou o numero de grades, trancas, muros e iluminação, a fim de proteger as escolas da violência dos bairros que as cercavam, sem se importar com a melhora das relações existentes dentro do universo escolar. Apesar das medidas, a violência continuou a se expressar em forma de depredação, ameaças, invasões além da intensificação do crime organizado e tráfico. A mídia passou então, a privilegiar casos de homicídios e agressões, feitas por alunos ou pessoas da comunidade dentro ou nos arredores das escolas. Passa-se a notar que a violência nas escolas se apresenta nas relações inter-sociais não só nos grandes centros urbanos, mas em cidades de médio porte e em áreas pouco desenvolvidas.

A partir de 1990 e com a expansão de governos de centro esquerda e esquerda, surgiram muitas propostas para reduzir a violência escolar através de parcerias, movimentos, ações educativas e políticas sociais.

A autora também faz um apanhado da pesquisa sobre o tema nos anos 80, cujos primeiros estudos decorreram da iniciativa de registrar as ocorrências de violência nas escolas. A ausência

de dados decorria da falta de registros contínuos, pois as Unidades escolares resistiam a registrá-las por concluir que essa atitude significaria fragilidade no trabalho pedagógico, mas em outros casos eles resultariam em ganhos materiais e melhores salários para professores de “áreas de risco”.

As primeiras pesquisas desse período apontaram furtos, depredações e invasões como os grandes problemas escolares. Já as pesquisas acadêmicas passaram a dar mais ênfase para as práticas autoritárias dos estabelecimentos escolares e instigavam, em alguns casos, comportamentos violentos. A violência acontecia, para esses pesquisadores, em decorrência do controle e vigilância exercidos pelos professores e funcionários da escola, sem contar, que o aumento do policiamento nessas áreas apesar de diminuir depredações, aumentava as agressões físicas e verbais entre os pares.

Já as pesquisas dos anos 90, são baseadas em jovens de grandes cidades e sua relação com a violência. Em sua maioria, foram feitas por órgãos não governamentais (UNESCO e outros) e tem a preocupação com as condutas violentas dos adolescentes de classe média, mas sem grande atenção a escola.

A autora passa a citar pesquisas feitas em grandes centros urbanos do país. Segundo ela, não havia ligação entre o nível de desenvolvimento e segurança e o índice de comportamentos violentos, porém parece que quanto maior a unidade escolar e policiamento em demasia, mais casos de violência.

Nessa década, o padrão de violência se transforma, surgindo mais casos de agressões inter-pessoais, em especial, verbais e ameaças, não só em grandes cidades e regiões industrializadas.

É o início das pesquisas, no Brasil, sobre “vitimização” no ambiente escolar, elegendo que os casos mais frequentes são os furtos de objetos pessoais, ameaças e agressão física. A produção da universidade examina a relação entre a violência das relações dentro das unidades escolares e a dos bairros em que localizam. Relacionando o aumento da criminalidade e insegurança com a deterioração do clima escolar, impedindo a ação pedagógica e não correspondendo as expectativas das classes populares. Também é visível que nos locais onde acontecem mais casos de violência o sentimento de medo é diferente dos locais onde não ocorrem tantos casos, principalmente quando estes ocorrem na família, havendo assim, a banalização da mesma.

Para os professores o aumento da violência escolar se dava pelo aumento da violência social, sendo suas principais manifestações agressões, depredações e roubos (por parte de pessoas de fora da escola).

A autora cita que, para alguns pesquisadores, o poder do narcotráfico influencia os jovens e suas relações. Porém, esse fator não traduz o fenômeno já que é necessário levar em conta a fraca presença do Estado nos bairros pobres, a pouca democracia, a expansão do ensino em condições precárias, a formação docente, a crise econômica e a mudança das relações de trabalho. A escola já não é mais vista como ferramenta segura de ascensão social para as classes menos privilegiadas.

A crise da eficiência da escola, também tem relação com a insatisfação dos educando diante de sua experiência educacional e com a dificuldade em gerenciar os conflitos incentivar a convivência democrática por parte dos discentes e funcionários das U.E's.

Capítulo 2- A escola Joaquim Ribeiro (1926- 2010)

O instituto de educação Estadual “Joaquim Ribeiro” ou “Gymnasio da Fundação Instituto “Joaquim Ribeiro” foi fundado em 2 de março de 1926, pelo coronel Joaquim Ribeiro e sua esposa, Sra. D. Augusta Balbina dos Santos. A escola foi criada com material adquirido em São Paulo e a princípio era um internato masculino e pensionato feminino. O cuidado do mesmo foi entregue ao filho do Coronel e sua esposa. O internato masculino funcionou no local onde o coronel morava, já o pensionato num prédio no centro da cidade , a finalidade era atender as necessidades das famílias que não residiam em Rio Claro e tinham desejo de educar suas filhas.

Em 1926, o instituto de educação Estadual “Joaquim Ribeiro”, começou sua “Escola de Comercio” que foi oficializada em 1928. Ela mantinha os cursos: Propedêutico (3 anos), Peritos Contadores (3 anos), Auxiliares de Comercio e Escola Primária (4 anos). A escola primaria se dividia entre 1º e 2º anos (Primário de Alfabetização) e 3º e 4º anos (Intermediário ou Preparatório). Havia também cursos de Tachygraphia, Dactilographya e Piano. A escola ocupou por vários anos o histórico edifício da avenida 2, esquina da rua 7, antigo Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga, junto com o Collegio Minervino e Collegio Rioclarense.

Nesse cenário, na década de 30, houve um crescimento econômico e social no país, ainda que dependente de outros países. Com o “Estado Novo” é outorgada uma nova Constituição (1937) que dispensava o sistema representativo, mantinha apenas o poder executivo, inutilizava os governos estaduais, os sindicatos e demitia funcionários contrários ao novo governo.

Com relação à educação, sua ênfase era maior nos trabalhos manuais, arte, ciências, mantendo o ensino livre para a iniciativa privada ou família (ensino em casa). A obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e o ensino de trabalhos manuais no ensino primário, secundário e normal, foi mantido, criando dessa forma o ensino pré vocacional e profissional para as classes menos favorecidas e uma ligação entre indústria e Estado.

Segundo Ribeiro (2003) a intenção era dispor mão de obra com qualificação para as novas necessidades do mercado do país, sem a finalidade de diminuir as diferenças sociais no presente momento, mantendo a ordem social vigente. O operariado urbano teve uma pequena melhora salarial e significação social, porém a vida dos trabalhadores rurais permanece sem esse apoio. Essa época foi marcada pela repressão violenta, grande terror policial, deportações que impunham a “paz” necessária ao grupo dominante e por parte da classe média que apoiava o integralismo. Outro fator era a dependência da economia nacional com relação a internacional,

com freqüentes empréstimos internacionais cujas condições eram caras, descapitalizando a economia nacional. Além do apoio do Brasil ao Eixo, durante a segunda guerra mundial e depois de 1945 aos Estados Unidos.

A partir de 1935, o Gymnasio “Joaquim Ribeiro” foi municipalizado.

Em 1935, mais precisamente, a 23 de outubro de 1935, o senhor Humberto Cartolano, então Prefeito Municipal de Rio Claro, considerando que a falta de um ginásio oficial representava a maior lacuna do aparelho educativo do município; que a criação de um estabelecimento constituía a mais intensa aspiração dos rio-clarenses; considerando a obrigação do município em dispender nunca menos de 10% de sua renda no desenvolvimento e manutenção do ensino público; considerando o valor intrínseco e extrínseco do Ginásio Municipal “Joaquim Ribeiro”, como uma existência recomendável e ótimo emparelhamento; baixou o Ato nº 115, instituindo o Ginásio Municipal “Joaquim Ribeiro”, de propriedade, custeio e usufruto da Municipalidade de Rio Claro e declarando que o referido Ginásio seria constituído pelo estabelecimento de igual nome, mantido pela Fundação Instituto “Joaquim Ribeiro”, que passaria fazer parte do patrimônio do Município por aquisição regulada pelo Ato municipal nº 114, da mesma data. (Documento 1973)

Essa manobra, permitiu que ao municipalizar o ginásio o estabelecimento mantivesse sua oficialidade com o Governo Federal e seus alunos pudessem completar seu curso e ingressar em cursos superiores.

Por Decreto do Governo do Estado de São Paulo (Decreto 9.784, de 03/12/ 1938) a escola passa a Administração Estadual e instala-se como estabelecimento de Ensino Estadual em 15 de março de 1941, tendo nessas condições como primeiro diretor o Prof. João Batista Leme. O Decreto número 10. 988 de 19/03/ 1940 dá-lhe o nome de Ginásio Estadual “Joaquim Ribeiro”

Em 16/03/1943, pelo Decreto 11.990 é criado o curso colegial e o Estabelecimento passou a denominar-se Colégio Estadual “Joaquim Ribeiro”. Foi um dos 10 a se instalarem no Estado de São Paulo, em Decorrência da Reforma Capanema (Leis Orgânicas de Ensino). Tentativamente deveria servir a toda uma extensa região que englobava Piracicaba, Limeira, São Carlos e Araras, como centro de convergência de uma experiência de ensino, que deveria ser testada em apenas algumas cidades, entre elas, Rio Claro. Posteriormente, provada eficiente a experiência, praticamente todas as cidades tiveram também seu próprio colégio.

Sobre as Leis Orgânicas de Ensino conhecidas como reforma Capanema, houve mudanças em todos nos níveis de ensino primário, secundário, industrial, normal, agrícola, e comercial. O ensino secundário foi dividido em dois períodos: um de 4 anos (ginasial) e outro de 3 anos (colegial) que se repartia entre clássico e científico. O ensino industrial com 4 anos (básico) e 3 anos (técnico) e mais dois anos , para preparo de professores para a área. O ensino comercial se

dividiu em 4 e 3 anos. O ensino normal foi dividido em dois ciclos um de 4 (para formar regentes) como curso de nível médio e outro de 3 anos (para formar professores) em escolas normais. Também houve a criação de Institutos de Educação, para formar professores de pré-primário, primário, desenho, artes e diretores, inspetores e avaliadores. Já o Ensino agrícola, foi subdividido em básico (4 anos) e maestria (2 anos), no primeiro ciclo e curso técnico (3 anos), no segundo ciclo. Essas leis vigoraram até 1961, com a adesão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Em 1942, por iniciativa do então ministro de Vargas Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos de Ensino. Ainda uma vez o governo preferia conduzir-se para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento. Essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Elas todos os ramos do primário e do médio, foram complementadas por outras, [...]e decretadas entre os anos de 1942 e 1946. (ROMANELLI, 1978, p.154)

Com a reforma Capanema (1942), ocorreram mudanças no ensino secundário e a inserção na organização escola de alguns ideais nazi-fascistas, mas com o fim da guerra começam movimentos em favor da anistia, democracia, por esse motivo, o Brasil acaba decretando anistia, legalizando o PCB e tomando medidas populares.

Essas atitudes de Getúlio Vargas, no sentido de aproximação das massas, não para colocar-se como instrumento delas, mas como meio de usá-las em favor de seus próprios objetivos, faz com que a sua renúncia se imponha. Acrescenta-se a isso o fato de ele não ser simpático e nem simpatizar com os Estados Unidos. (RIBEIRO, 2003, p.132)

Foi nesse momento que o curso normal surgiu anexo ao Colégio Estadual de Rio Claro, através do Decreto 17.110 de 12/05/1947. Complementado pelo curso primário anexo em 1947 (Data da criação: 12/03/1947) e ainda pelo Jardim de Infância em 1950 (11/08/1950) e, posteriormente pelos cursos de Administradores Escolares e Especialização Pré-primária em 1958 (Data de criação: 07/08/1958). A partir dos anos 50, a escola mudou de endereço, passando a utilizar o prédio da Rua 6, 437 onde está instalada até os dias atuais.

Para Ribeiro (2003) com o governo Dutra, surge a nova Constituição Brasileira (1946), que, reafirma a democratização e gratuidade do Ensino primário e os outros níveis para aqueles alunos que não tinham recursos suficientes para pagá-los. Apresenta o encargo da educação dos filhos de operários para as próprias empresas, o ensino religioso facultativo, o amparo a cultura por parte do Estado e a responsabilidade da União em dar as diretrizes e bases da educação nacional.

No segundo mandato de Getúlio Vargas, há a fixação do salário mínimo, a defesa do petróleo e criação da Petrobrás (por forte influência e apoio de interesses financeiros e industriais de pequeno e médio porte, que se baseavam no capital nacional) e a ligação com líderes sindicais, a fim de manter sua imagem perante as massas.

Com relação ao investimento na Educação, percebe-se um aumento no investimento e maior visibilidade que nos anos anteriores, mas permanece ainda insuficiente para a organização nacional da Educação. Houve melhora dos índices de analfabetismo no país, ainda que insuficiente; aumento nos recursos para o ensino elementar, como o alargamento da rede escolar, sem ainda atender a necessidade da população em idade escolar e os altos índices de reprovação e seletividade, que levavam ao abandono da escola de uma parcela significativa de alunos. Também com o aumento do número de escolas, foi preciso requisitar pessoas que não tinham formação para serem professores. O ensino médio continuava atendendo uma pequena parcela da população em fase escolar, mas houve aumento no número de vagas para o ensino industrial (para suprir mão de obra). Entretanto, a separação entre alunos de classes distintas continuava demarcada (classe dominante se dirigia para o ensino tradicional e classe baixa ia para o ensino técnico).

Nesse período, pode-se afirmar o início de uma política nacional de educação, a tentativa de criação de uma lei de diretrizes e bases na educação (outorgada lei em 1961) e a criação de órgão como o INEP, SENAI, CAPES, CNP e outros. Porém, a centralização da decisão com relação ao Estado, foi vista com receio por parte dos educadores que não desejavam repetir a ditadura do Estado Novo. Desse modo, os “Escolanovistas” queriam a descentralização do ensino, pois acreditavam que as diferenças entre as regiões e culturas exigiam ações particulares e os educadores tradicionais acreditavam que esse sistema impedia a liberdade de escolha individual e disseminava ideologia do Estado, contra a Igreja. (RIBEIRO, 2003; ROMANELLI, 1978)

Segundo o Documento Educação no Município de Rio Claro, produzido pela própria escola em 1967, o Joaquim Ribeiro era composto por 2.000 alunos, 70 professores que se dividiam entre 1º e 2º grau. A escola mantinha além desses níveis de ensino, o Ensino Normal e o curso de aperfeiçoamento.

Com o golpe militar em Abril de 1964 houveram muitas perseguições e prisões. Surgindo o AI-1 (Ato Institucional) que suspendia os direitos políticos como julgamentos e defesa. Nesse

período também o Estado passou a se infiltrar em diversas organizações a fim de conseguir informações e para isso criou órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), além do uso de tortura como instrumento para obter dados.

A suspensão das eleições diretas e de partidos políticos, restando apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARN) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ambos com a mesma visão política vem com o AI-2. Já o AI-3 colocou o modo como se dariam as eleições federais e o AI-4 tratou do Congresso Nacional e da votação da nova Constituição brasileira, promulgada em 1967. Por fim o AI-5 tirou as garantias individuais dos sujeitos brasileiros e deu ao Presidente pleno poder para legislar e executar.

O Estado manteve o poder Executivo dando a ele exclusividade no trato de assuntos ligados a segurança e capital e manteve a imunidade parlamentar, autonomia do legislativo e o *habeas corpus*. Com essa nova Constituição foi possível manter a ordem do país baseada nas forças armadas, sem correr o risco de mudanças com um novo presidente. Tinha como política reformar a lei de remessas e lucros, abrindo as portas para que os lucros conseguidos no país por empresas estrangeiras não fossem revertidos para o Brasil. A lei de Investimentos evitava novas estatizações de empresas internacionais com o pagamento de indenização, como casos passados. A compra de uma companhia americana de Mineração inadequada, com o intuito de concorrer com a Vale do Rio Doce. O Estado também aumentou impostos, restringiu créditos bancários conteve o valor dos salários, proibindo greves e extinguindo a estabilidade dos empregos.

Com isso, muitas pequenas e médias empresas faliram, aumentando assim o numero de desempregados e o golpe que tinha como “bandeira” acabar com a inflação, a corrupção e a subversão, apenas abriu espaço para o crescimento do capitalismo internacional. (RIBEIRO, 2003; ROMANELLI, 1978)

Sobre financiamento, nesse momento (1964-1968) houve diminuição dos investimentos em educação e aumento de investimento no exército, aeronáutica e marinha. Na alfabetização, os termos continuaram parecidos com o período anterior. No ensino elementar aumentou-se o número de vagas e diminuiu-se os números de evasão escolar; houve ampliação do ensino médio e do número de professores. O ensino superior teve pequeno acréscimo de docentes frente ao numero de matrículas, mas continuou tendo alto grau de seletividade.

Surgiu a necessidade de criação de novos projetos, para os diferentes níveis de ensino, como a campanha contrária a UNE (União Nacional Estudantil) e a associação do MEC com a

USAID (United States Agency for International Development). Também foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), nova organização do ensino superior e a lei de diretrizes e bases de 1º e 2º graus (1971).

O MEC/USAID, através de publicações orientou alguns programas e a Reforma Universitária, dando treinamentos e usando estratégias criadas pela própria AID. Sua ação era baseada na eficácia de recursos aplicados e produtividade escolar, melhoria nos conteúdos, métodos e técnicas escolares, modernização dos meios de comunicação e reforço do ensino superior. (RIBEIRO, 2003; ROMANELLI, 1978)

Para fazer a expansão na Universidade com poucos custos, foi necessário departamentalizar, matricular os alunos por disciplina, ter um curso básico e institucionalizar a pós-graduação.

De todos os objetivos, no entanto, os predominantes nos programas da AID são os relativos ao ensino superior. A esse respeito, o esquema de “reformulação estrutural” das Universidades é proposto de forma bastante clara e visa a uma dependência direta das instituições dos países subdesenvolvidos às instituições americanas de ensino superior. (ROMANELLI, 1978, p. 211)

O período foi marcado pela forte concepção tecnicista e pela intervenção nos três graus de ensino de maneira sistemática pelo regime. Como era necessário alfabetizar a população adulta, foi criado o Mobral, mas este tinha forte caráter de inclusão no mercado de trabalho, pois com o grande número de analfabetos não era possível manter o discurso de grande nação e o governo fez campanha para alfabetizar a população.

Outro fato foi que a educação passou ser classificada não mais em elementar, ginásial e médio, mudou sua nomenclatura para 1º grau (8 anos) e 2º grau (3 anos). A divisão do ensino nesses dois níveis era mais interessante para a expansão econômica do país, pois para que fosse efetiva era necessário um aumento no nível educacional dos trabalhadores e era interessante as indústrias que a mão de obra tivesse alguma especialização sem aumento de gastos, mas com aumento da produtividade.

Também a Universidade era vista como ferramenta para mobilidade social, portanto a profissionalização do ensino médio poderia selecionar os melhores para a Universidade e os menos “capazes” para uma ocupação. Ao juntar o ensino elementar e ginásial, não foi mais preciso o exame de admissão para se passar para outro nível, sendo assim maior número de alunos pode continuar a estudar, sem tanta seletividade; também foi o fim do dualismo entre

escola técnica e secundária, pois agora era apenas uma única escola; o ensino de 1º grau era obrigatório, enquanto o de 2º grau tinha como principal objetivo a habilitação profissional. Algumas disciplinas se tornaram obrigatórias nesse período a Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programas de Saúde e Religião e Organização Social e Política Brasileira.

Em 1973 com o Diretor Prof. Armando Grisi a escola “Joaquim Ribeiro” manteve os seguintes cursos: Pré-primário, Ensino de primeiro grau e Ensino de segundo grau (Colégio Integrado (1ª e 2ª série); Colégio Diversificado (3ª série) com as opções: Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Humanas e Normal, totalizando 2.083 alunos. Também na Década de 70, exatamente 13 de dezembro de 1971, a escola recebeu um diploma de Honra ao Mérito, por seu importante papel para a educação do Município.

Nesses longos anos de vida, o Ribeiro muito fez em benefício do desenvolvimento da Educação, inclusive para o aumento da oportunidade para um maior número de estudantes. Foi ele, em época em que a escola quase sempre ao atendimento da pequena elite de favorecidos que abriu as portas aos jovens rio-clarenses acolhendo-os, além do limite de sua capacidade, sofrendo as conseqüências do excesso de alunos, mas convencido que estava prestando um serviço público que o futuro reconheceria como digno da história de uma escola. Quando único estabelecimento de ensino da cidade chegou a acolher perto de 3.000 alunos, quando sua capacidade era menos da metade se funcionasse nos três períodos. Todavia, mesmo assoberbado pelos trabalhos conseqüentes do excesso da população escolar procurou manter o nível de seu ensino e as tradições de trabalho de que era depositário. (Documento 1971)

A partir dos anos 80, a abertura política do país, a redemocratização da sociedade, a elaboração da nova Constituição, as diretas já e os movimentos sociais, pressionaram o Estado para o aumento de vagas e outras medidas que ampliassem os direitos a educação e maior tempo de escolaridade.

A Constituição de 1988 coloca como direito público subjetivo a educação, responsabilizando criminalmente a restrição ou impedimento do acesso escolar e muda a denominação de ensino para fundamental (8 anos) e médio (3 anos). Com relação a financiamento a união, os Estados e municípios, se tornam responsáveis pela organização e financiamento da educação, em especial o ensino fundamental fica como responsabilidade do município e o médio e superior da União e Estados, criando assim um regime de colaboração entre eles.

A escola “Joaquim Ribeiro” seguindo as normas federais, muda seus cursos passando a oferecer o ensino fundamental e médio e o curso normal. Na década de 90, ela atendeu a cada ano em média 1.500 alunos provenientes de diversos bairros da cidade em sua maioria periféricos e com renda familiar média ou baixa.

O ensino fundamental era prioridade com relação a investimentos por parte dos órgãos públicos no Brasil por ser a única fase obrigatória da escolaridade e assim não havendo maiores incentivos para os outros níveis de ensino e novas propostas de melhoria, principalmente com relação a investimentos, também essas reformas se estendiam ao nível educacional.

A partir dos anos 90, as demandas e negociações pelos direitos sociais se intensificam e o Estado passou a fazer alguns esforços para reformas. Durante esse período toda a América Latina, passava por uma série de reformas políticas e econômicas que previam desde a redemocratização até a total privatização de sua economia, além do processo de descentralização da educação.

Desse modo, durante essa década a escola deixa de atender o ciclo I do ensino fundamental e passa apenas a tender o ciclo II e médio. Também, no ano de 2005 o tão tradicional curso normal da escola foi extinto em decorrência da aprovação da lei 9.394/96 sendo esse o ano da formação da última turma do módulo.

Atualmente, a Escola Estadual Joaquim Ribeiro atende cerca de 1.350 alunos divididos em três períodos e provenientes de 9 bairros diferentes, entre centro e periferia, de classe média e baixa. Também, a forte presença de alunos cujas famílias vieram de outros Estados a fim de melhores condições sociais.

Capítulo 3- Os livros de ocorrência

Para a autora Moro (2001), o “Livro Preto” é uma das fontes mais importantes para se descobrir o cotidiano de uma escola, como se davam as relações interpessoais e as medidas tomadas pela mesma para que o andamento escolar fosse o mais tranquilo possível.

Moro afirma que um dos papéis mais importantes da escola é transmitir regras, normas e valores a fim de garantir equidade nas relações sociais e institucionais, e levanta algumas questões relativas à disciplina e indisciplina no processo de ensino aprendizagem.

Esses documentos tinham relação com o sistema punitivo e preventivo nas escolas visavam garantir a disciplina e manter a autoridade dos discentes e recebiam diversas nomeações: Portarias e termos de censura, livro de advertências, livro de penalidade e outros. A autora também encontrou livros específicos para ocorrências de professores e funcionários e que tinham como função garantir o bom andamento das aulas.

Moro, afirma que para se entender os significados dos registros é preciso verificar a conotação dada a cada termo pela sociedade da época, seu suporte legal e seu auxílio para as relações pessoais.

Isso significa que, para entendermos a existência dos referidos registros disciplinares, precisamos buscar não só os conceitos disciplinares em que acreditavam as pessoas desta sociedade, mas também a base legal que dava subsídios as escolas para que os organizassem, aplicassem e registrassem as ocorrências, em livros para isso destinados. (MORO, s.p)

Sobre o respaldo legal, os cadernos de ocorrência encontrados na escola pesquisada tinham como base alguns decretos estaduais que tratavam do regimento escolar. O primeiro citado é o de 1966 que ficou válido até 1977 com o regimento referente ao ensino de primeiro grau, seguido pelo regimento comum das escolas de segundo grau que fala especificamente das atividades referentes a esse nível de ensino. Os últimos decretos (1977/1978) foram substituídos pelo novo regimento escolar de 1998 que rege os dois últimos anos analisados por essa pesquisa (1998 e 1999).

É preciso deixar claro que os três primeiros decretos citados nos documentos escolares, tinham como base legal a LDB de 1961 e forte influência do golpe militar que ocorreu em 1964.

Para Ribeiro (2003) a década de 1950 foi marcada pelo processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, havendo no país grande embate relacionado a defesa da escola pública e particular. A Igreja Católica culpava a escola pública de apenas se preocupar com a instrução de

seus alunos, sem atentar para a existência de outras necessidades humanas, tornando os sujeitos não preparados para a vida em sociedade, inclusive acusavam-na de ser responsável pelo aumento da criminalidade no país. A tarefa de educar seria muito melhor realizada pelas escolas religiosas que auxiliariam os educandos a formarem seu caráter, além de sua inteligência. Sobre a jurisdição, como esta colocava a família anterior ao Estado, seria responsabilidade dos pais decidir onde seus filhos deveriam ser educados. A Igreja colocava a escola pública como avessa a Deus, a Pátria e a Família, por isso tais educadores propunham que ao invés de serem criadas novas escolas públicas, o Estado deveria custear as particulares, dando assim o direito de escolha as famílias dos alunos.

Já os defensores da escola pública afirmavam que a mesma tinha como objetivo apresentar múltiplas facetas da cultura humana, levar o conhecimento, dando assim ao sujeito maior abrangência e base científica, tornando-o apto a tomar suas decisões conscientemente. No ponto de vista legal, esse grupo acreditava que a responsabilidade tanto do estado, quanto da família e da sociedade em geral era dar oportunidades para que os sujeitos se desenvolvessem e se tornassem responsáveis pela sua própria constituição. Também, sobre o financiamento público os educadores, afirmavam que o problema era a falta de escolas para todas as pessoas em idade escolar, sendo que a preocupação da maioria da população se relacionava a conseguir vaga e não a escolher uma instituição, tornando a proposta dos tradicionais inviável.

A permanência de boa parte dos alunos na escola não é garantida somente com o tal pagamento, já que as famílias pobres, que são a maioria, necessitam da ajuda financeira dos filhos. Assim, se o Estado estivesse interessado em resolver o problema, além da anuidade deveria fornecer uma ajuda de custo. Num país com deficiência econômica como o Brasil seria mais lógico que o montante pago em anuidades fosse aplicado em escolas públicas, cujo patrimônio continuaria sendo do Estado. (RIBIRO, 2003, p.169)

Sobre a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, houve a presença de uma concepção humanista influenciada pelas correntes que defendiam a escola pública, mas permaneceu em muitos pontos ligada as correntes tradicionais de ensino. Apesar de alguns avanços previstos na nova lei, a aplicação da mesma não dependia apenas de um fator, mas sim de sua integração com os diversos setores da vida social e com outras reformas paralelas. Também era necessária infra-estrutura e seus objetivos deviam ser condizentes com o contexto social e suas necessidades.

Essa LDB, não mantinha a obrigatoriedade do ensino e tirava a responsabilidade do poder público em fornecer condições para que todos tivessem acesso a escola, mantinha a estrutura nas

mesmas modalidades: primário, ginásial (subdividido em comercial, industrial, agrícola e normal), colegial (subdividido em comercial, industrial, agrícola e normal) e ensino superior. Como vantagem, ela apresentava um currículo fixo para todo território nacional, mas dava espaço para os estados colocarem disciplinas optativas, no entanto as escolas acabaram por montar seus currículos a partir dos recursos que tinham. A família continuou sendo a responsável pela educação de seus filhos e as escolas públicas e particulares apresentavam igualdade de direitos com relação a representatividade nos órgãos públicos.

Na verdade, essa retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, essa proteção à camada sócia, que podia pagar educação, à custa das camadas que não podiam, só é compreensível dentro do quadro geral da organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos. (ROMANELLI, 1978, p. 183)

A primeira lei citada pelos cadernos de ocorrência, no ano de 1968 é o Decreto 47404/66 que aprovava as normas regimentais dos estabelecimentos estaduais de Ensino Secundário e Normal no Estado de São Paulo. Segundo esse documento, a função do Ensino Secundário seria: formar a personalidade integral dos adolescentes, continuando o trabalho feito pelo ensino primário, dando ênfase a formação espiritual dos adolescentes, a consciência cívica e a consciência humanística; preparar os alunos para continuar seus estudos; explorar a vocação dos educandos e adequá-los e encaminhá-los para formação profissional. Já o Ensino Normal, tinha como objetivos formar professores, orientadores, supervisores e administradores escolares de ensino primário, aperfeiçoar a formação do professor primário e colocar uma especialização para o ensino pré-primário e o de excepcionais; ampliar e disseminar conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

O Decreto explicava também o significado da nomenclatura “Instituto de Educação Estadual”, pois essa se referia a “*estabelecimento de ensino destinado a manter, além do curso de formação de professores primários e do curso secundário, cursos de aperfeiçoamento, de administração escolar e de especialização, abertos aos graduados em curso normal de grau colegial.*” (Decreto 47404/66, capítulo 3, artigo 3, § 5).

Sobre o regime disciplinar, o documento colocava ao aluno o respeito pelo bom nome da instituição em que estudava, com uma conduta irrepreensível e cumprindo seus deveres como discente. Esses deveres eram, especificados no artigo 123, do capítulo 2 e se referiam basicamente a pontualidade nas aulas, provas, educação física, ensaios, excursões e atividades

oficiais (desfiles e outros); atenção nas aulas, dedicação e cumprimento das atividades estipuladas pelos professores; respeito a autoridade do diretor e funcionários; justificção de ausência e apresentação da caderneta de presença conforme necessário; uso do uniforme ou se este não fosse obrigatório, o aluno deveria apresentar-se limpo e arrumado. Também respeitar aos colegas, sentar-se no local designado pelo professor na sala de aula, ter o material escolar em bom estado, conservar o prédio, o mobiliário escolar e outros materiais da instituição, preservar a ordem e asseio nas dependências, ter uma conduta disciplinada e ordenada, proibição durante as provas, exercícios e outros, indenizar a escola quando produzisse danos a objetos da mesma ou a colegas, professores e funcionários; ter comportamento social adequado e elevar o conceito do estabelecimento onde estudava.

O artigo 124 trazia o que era proibido aos alunos como: entrar ou sair da classe ou estabelecimento sem permissão do professor ou direção; ocupar-se durante as aulas de atividades que não estivessem relacionadas a mesma, recolher inscrições e dinheiro sem autorização do diretor; formar grupo ou promover distúrbio nos estabelecimentos escolares ou imediações; ausências coletivas, impedir a entrada dos alunos em aula; trazer materiais estranhos aos escolares; levantar calúnia ou injúrias sobre colegas, professores e funcionários, praticar atos de violência; participar de movimentos que fossem hostis ou desprestigiassem a escola, seus sujeitos ou autoridades; cometer atos contra a moral e bons costumes; divulgar assuntos que envolvessem o nome da escola, professores e funcionários sem autorização; usar materiais de colegas sem consentimento; atrapalhar a atenção dos colegas durante a aula; sair da escola durante o intervalo e andar pelos corredores durante a aula; escrever nas paredes, assoalhos ou materiais; fumar dentro do estabelecimento.

Com relação as penalidades, o artigo 125 colocava que o não cumprimento dos deveres ou a não observação das proibições poderiam causar: admoestações verbais ou repreensões por escrito; suspensões por até seis dias; transferência compulsória e exclusão do estabelecimento. Sendo que as três primeiras só poderiam ser aplicadas pelo diretor, de acordo com a gravidade da situação, e as duas últimas só poderiam ocorrer depois do processo administrativo e Conselho de Professores. Os alunos suspensos não poderiam participar de atividades escolares e os pais seriam avisados dessas situações.

Outro documento citado é o Decreto 10623/77 que aprovava o Regimento Comum das Escolas de Primeiro Grau do Estado de São Paulo e que definia como escolas de 1º grau aquelas

que ministravam o ensino regular entre a 1ª e 8ª série. Segundo o texto, o ensino de 1º grau tinha como objetivo formar crianças e pré-adolescentes e desenvolver suas potencialidades para auto-realização, qualificação para o trabalho, cidadania de acordo com sua fase e desenvolvimento.

Segundo esse documento, era direito do aluno ter assegurado as condições para desenvolver potencialidades; respeito pela justiça e liberdade; condições ótimas de aprendizagem com ampla assistência de professores e acesso a recursos materiais. Também recorrer quando não concordasse com seus resultados; organizar-se em agremiações e campanhas de cunho educativo aprovadas pelo Diretor; receber atendimento e assistência quando não tivesse recursos; criar petições e representá-las

Ela colocava também os seguintes deveres aos alunos no artigo 62: contribuir para manter o prestígio da escola; estar pontualmente nas atividades e ser participante ativo; obedecer as normas da escola e determinações superiores; respeitar servidores e ter comportamento social adequado; usar identificação escolar; conservar o estabelecimento, equipamento e materiais; não ter materiais estranhos aos escolares ou perigosos; ter rigorosa probidade na execução de provas e tarefas escolares; submeter a superiores atividades em grupo ou pessoais, na escola; fortalecer o espírito patriótico e responsabilidade democrática.

Quanto a não observância desses deveres, poderiam ser aplicadas, repreensões como: suspensão de até seis dias para casos reincidentes ou transferência compulsória; a transferência deveria ser procedida pelo conselho de professores e o aluno teria direito a defesa, se menor, dos responsáveis; o parecer do conselho de professores deveria ser submetido ao Conselho de Escola.

Em 1978, surgiu o Decreto 11625/78 que aprovava o Regimento Comum das Escolas de 2º grau do Estado de São Paulo e que definia essa etapa como período de 3 ou 4 anos de estudo que proporcionaria formação profissionalizante básica e/ou habilitações profissionais.

Os direitos e deveres dos alunos eram idênticos aos do primeiro grau, porém havia uma adição aos deveres com relação ao uso de equipamentos de segurança e zelo pela prevenção de acidentes, artigo 63. Os termos de repreensão a atitudes tomadas também não se modificaram.

Desde 1998 as escolas baseiam-se no CEE 67/98, parecer do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, que mostra as normas regimentais das escolas estaduais de ensino básico. Esse parecer é decorrente do CEE 10/97 que coloca as normas para elaboração dos regimentos escolares e tem como base a atual lei de diretrizes e bases de 1996.

Para Saviani (2008), com o fim da ditadura militar e a instalação de um governo civil, foi preciso uma mudança na constituição e na maneira como a educação estava estabelecida. Com a Constituição de 1988 vem o estabelecimento de que a União deveria elaborar uma lei de diretrizes e bases. Aprovada a Constituição, logo começou a tramitação da Lei de Diretrizes e bases que substituiria a de 1961. Este projeto foi baseado em discussões feitas por diversos ramos da educação entidades e instituições e levado a câmara ainda no ano de 1988. Em 1992, Darcy Ribeiro apresenta um projeto paralelo a esse da parte do Governo Collor e ambos ficam em tramitação, até o ano de 1995 quando Ribeiro é convidado a ser o novo relator do projeto da LDB e apresenta várias versões de seu próprio projeto. Em 1996 foi aprovado o relatório que mantinha a estrutura do substitutivo de Darcy Ribeiro e no dia 20 de dezembro de 1996 a nova LDB foi promulgada.

A nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases (1996) revoga todas as leis em vigor até então, mesmo que ela apresente em si idéias pautadas aos movimentos relacionados a educação que começaram a ter espaço com o fim da Ditadura, muito de seu conteúdo acabou por ser alterado ou melhor, foi deixado em segundo plano em vista de um outro projeto que também intentava legislar sobre o tema e que foi apresentado por Darcy Ribeiro. A LDB, mantém o direito a educação de 0 a 6 anos, a garantia de educação para jovens e adultos, legisla sobre o aperfeiçoamento profissional, licença remunerada para professores e outros, porém difere em alguns pontos com a proposta original feita pelos movimentos por não falar sobre o número de crianças em sala de aula, melhora de condições na estrutura das escolas e de condições para os docentes, diminui o valor do piso salarial proposto e outros.

Para Bresser Pereira (1997) a grande tarefa política dos anos 90 foi a reconstrução do Estado, pois desde os anos 70 com a globalização o Estado estava em crise e tornou-se um dos motivos da redução do crescimento econômico e aumento nas taxas de desemprego e inflação. Esse processo gerou uma onda neoconservadora e as reformas Estatais voltadas para o mercado passaram a ser vistas como solução, inclusive para a criação do Estado Mínimo. Porém, não foi viável essa proposta e essas reformas acabaram por mostrar que eram importantes para que o Estado pudesse não só garantir propriedades e contratos, mas os direitos e a competitividade do país.

Para o autor, a reforma do Estado envolve quatro problemas: um econômico (a delimitação do tamanho do Estado), um econômico-político (definição do papel regulador do

Estado), um econômico administrativo (recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas feitas pelo governo) e um político (aumento da capacidade política do governo de intermediar, garantir, legitimar e governar). Na delimitação do Estado está envolvida a idéia de privatização, “publicização” e terceirização. A desregulamentação está ligada a intervenção do Estado no funcionamento do mercado. A recuperação da capacidade se liga a superação da crise fiscal, a intervenção no plano econômico social e a superação da forma burocrática de administrar o Estado. O aumento da capacidade política se liga a legitimidade do governo e adequação das instituições políticas para intermediação dos interesses.

Com a crise econômica de 1980, os países em desenvolvimento estagnaram sua renda per capita, o crescimento econômico dos países centrais foi reduzido e houve o colapso do bloco soviético. Para o autor, essa tensão foi causada pela crise no Estado que envolveu uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção e uma crise na burocracia da administração, já que o Estado teria como função garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados.

Ou, em outras palavras, está implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, mas também pelo Estado: o primeiro coordena a economia através de trocas, o segundo, através de transferências para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente segundo o julgamento político da sociedade. Assim, quando há uma crise importante no sistema, sua origem deverá ser encontrada ou no mercado, ou no Estado. (PEREIRA, 1997, p. 9)

Para Bresser Pereira (1996), a reforma da administração pública que ocorreu no governo de FHC é a segunda reforma administrativa brasileira, talvez terceira se for considerada a do ano de 1967. A primeira seria a do ano de 1936, a segunda de 1967, vista como um ensaio de descentralização e desburocratização. A última está baseada na administração pública gerencial, como resposta a globalização e a crise dos anos 80.

Com esse movimento se fez necessária a redefinição do papel do Estado, pois antes estava a seu encargo proteger sua economia da competição internacional e com essas mudanças passou a ser função do mesmo tornar a nação competitiva. A regulação e intervenção continuariam na educação, saúde, cultura e desenvolvimento tecnológico, mas não de modo a compensar os desequilíbrios causados pelo mercado, mas sim de maneira a capacitar os sujeitos para competição pedida pelo mesmo.

A diferença entre uma proposta de reforma neoliberal e uma social democrática está no fato de que o objetivo da primeira é retirar o Estado da economia, enquanto que o da segunda é aumentar a governança do Estado, é dar ao Estado meios financeiros e administrativos para que ele possa intervir efetivamente sempre que o mercado não tiver condições de coordenar adequadamente a economia. (RIBEIRO, 1996, p. 2)

Sobre a reforma administrativa, Bresser Pereira (1996) afirma que ela não é uma idéia antiga e que o capítulo sobre administração pública é resultado de forças contrárias, como o populismo e valorizar idéias como burocracia, administração centralizada e outros, ignorando as novas orientações da administração pública. Porém, a Constituição de 1988 permitiu uma série de privilégios relacionados a aposentadoria integral, funcionalismo público e outros.

A reforma feita por FHC se baseou em quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos ou competitivos e a produção de bens para o mercado. Por núcleo estratégico entendia-se leis e políticas públicas; atividade exclusivas relacionavam-se ao poder de legislar, tributar, incluindo também a polícia, forças armadas, órgãos de fiscalização e regulamentação, SUS, auxílio desemprego e outros; serviços não exclusivos eram aqueles que o Estado realizaria por sua importância para os Direitos Humanos ou porque envolveriam economias externas; como produção de bens de mercado entendia-se as atividades realizadas pelo Estado através de economias mistas que ocupavam áreas estratégicas ou operavam em setores públicos.

O objetivo dessa reforma, segundo Bresser Pereira (1996) foi transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial e foi executada observando três dimensões: a institucional-legal que modificava leis e criava instituições; a dimensão cultural que muda valores burocráticos para gerenciais, e a dimensão-gestão que se relaciona ao colocar em prática novas idéias gerenciais, oferecer os serviços públicos de forma barata, controlada e eficaz, criar agências autônomas e organizações sociais.

Para Dourado (2002), as mudanças tecnológicas tem alterado os modos de produção e as próprias relações sociais.

São alterações de toda ordem implicando, até mesmo, novos horizontes geopolíticos do mundo sob a égide da globalização da economia, e trazem um traço característico intrínseco à exclusão social e a sua justificativa ideológica – o fim das ideologias e da história, apregoando o neoliberalismo como a única possibilidade de ajuste e de sobrevivência, ainda que a um elevado custo social. Ou seja, o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação

institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública. (DURADO, 2002, p.235)

Dourado (2002) coloca que a crítica ao Estado intervencionista, a defesa da minimização do Estado com relação as políticas sociais e a redução das políticas de proteção, são vistas como um modo de alcançar desenvolvimento econômico por parte de setores neoliberais. Junto a essa defesa aparecem idéias de modernização e racionalização do Estado e a superação de fatores como desemprego, inflação e desenvolvimento precário, além da necessidade de adaptação a nova realidade mundial. Por isso, seria necessário a diminuição das atividades do Estado, as privatizações de bens e serviços com o objetivo de superar o assistencialismo e paternalismo presentes na política brasileira.

Para o autor, quando a educação é colocada como um serviço não obrigatório, o campo da educação tem uma mudança significativa com relação a organização das instituições, pois passa a ser permitido novos processos de regulação, gestão e privatização.

Também a forte influência das políticas do Banco Mundial para a educação, como a descentralização dos sistemas, desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagem que se relacionam ao trabalho flexível, realocação dos recursos públicos para educação básica, ênfase na eficiência e na avaliação, na concorrência, em programas compensatórios, na formação docente em serviço e outros, acabaram por fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Nota-se também a partir dos anos 90, a descentralização do ensino e municipalização do mesmo, diminuindo gastos com Educação por parte da União, mas ainda mantendo o poder de decisão nas mãos do mesmo. Também surge o ensino de 9 anos e passa a ser obrigatório o Ensino Básico que abrange ensino infantil, fundamental e médio, mas sem grandes mudanças relacionadas a investimentos na área.

O capítulo V, da CEE 67/98, fala a respeito das normas de gestão e convivência que orientam como devem ser as relações dentro da escola. O artigo 25 coloca que essas normas devem ser elaboradas por pais, alunos, professores e funcionários, e devem reger relações profissionais e interpessoais, direitos e deveres dos sujeitos, a utilização dos ambientes escolares, manutenção dos equipamentos e dependências da escola. Também coloca que a escola não deve impedir a frequência do aluno às atividades escolares, discriminá-lo ou constrangê-lo.

A respeito do descumprimento grave das regras, o conselho de escola deve ser ouvido antes da aplicação das penalidades ou encaminhamento para autoridades. Sobre as penalidades, no artigo 27 do mesmo capítulo, estas não podem ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente ou

regulamento do servidor público. Devem ser respeitados o direito a defesa e recurso, assistência de pais ou responsáveis, e a continuidade dos estudos, mesmo que em outro estabelecimento público.

Sobre a questão da disciplina, a autora cita alguns conceitos. Ela afirma que a palavra tem muitos significados entre eles a obediência às regras, direção moral, ordem numa coletividade, autonomia moral, instrumentos de punição e outros. A conotação do termo é determinada pela maneira como se dão as relações dentro dos grupos sociais, suas normas e regras para a preservação da ordem social e comportamentos.

Essa visão é percebida nos documentos legais que estabelecem os modos como os sujeitos da escola deveriam se portar e seu regime disciplinar.

Normatizar as ações, determinar regras para o comportamento das pessoas em seu convívio social, e criar condições para garantir que o educando possa adquirir conhecimento constituem competências da sociedade como um todo e, mais especificamente, da escola e da família, as quais, pelos gestos e bons exemplos, levam os educados, mesmo respeitando ordens, a desenvolver sua liberdade de tomar decisões. (MORO, s.p)

A autora também coloca que para alguns autores, tanto o saber como o aprender são resultantes das normas disciplinares e que são fundamentais para a manutenção da sociedade. A escola, nesse contexto, tem como função preparar a pessoa para a sociedade através de seu poder disciplinar.

Moro (2002) também mostra que disciplina pode se referir a algo essencial ao crescimento dos indivíduos e que envolve autodisciplina. Também nota a importância da autoridade para o estabelecimento de normas, ou disciplina externa e para que os sujeitos possam estruturar seu próprio autocontrole. Outra questão sobre o tema se relaciona com o desenvolvimento da autonomia, que é vista como algo construído a partir dos interesses do sujeito. Essa construção se baseia nos valores e códigos impostos pela sociedade que são base para a construção dos valores e códigos dos sujeitos e de sua capacidade em reconhecer as regras sociais. Por isso, a necessidade de compreender a importância das normas para o bem comum, perceber que as regras já estão estabelecidas, que um desejo não é lei e que nem sempre é possível realizar sua vontade; mas, que existe a possibilidade de discutir o assunto e elaborar as atividades e normas em grupo.

Por fim, coloca que a disciplina pode ser entendida como um elemento importante para a prática escolar coerente e que todos os membros da comunidade escolar devem respeitá-la e obedecê-la.

As ocorrências (1968-1999)

Para essa pesquisa, foram analisados 5 livros de ocorrências, entre os anos de 1968 e 1999. O primeiro é o “Livro de penalidades aplicadas aos alunos do Instituto de Educação Estadual ‘Joaquim Ribeiro’” e apresenta ocorrências de 1968 a 1977; O segundo é o “Livro de Penalidades” que abrange os anos de 1987 a 1990; O terceiro é “Ocorrências” e registra desde 1992 até 1993; O quarto é “Ocorrências” e armazena os anos de 1993 a 1997; e o último “Ocorrências” contém os anos de 1992 a 1999.

Os próximos registros após o ano de 1999, são de 2003.

Os registros citados nos livros de ocorrência foram: indisciplina, desrespeito a professor, mau comportamento, roubo, saída da escola sem autorização, brigas, agressão física, fumar nas dependências da escola, atrasos, atrapalhar as aulas, falta de uniforme, rasura no cadernos de presença, desacato a funcionários, jogar baralho em aula, jogar objetos em colegas, bombas na escola, não entrar em aula/ “matar aula” e outros.

As ocorrências foram analisadas ano a ano e levaram em consideração três perspectivas: a relação entre ocorrência e série; a relação entre gênero e ocorrência; a relação entre punição e ocorrência.

O livro de Penalidades aplicadas a alunos do Instituto de Educação Estadual “Joaquim Ribeiro”

Esse livro abrange os anos de 1968 a 1977 e foi aberto no dia 13 de maio de 1968 pela diretora da Instituição. Ele tem como base legal o Decreto 47.404 de 19 de Dezembro de 1966, em especial o artigo 163 que coloca o livro de registro de ocorrências como um dos necessários a Instituição, sendo mantido na secretaria da mesma.

Nesse período houve registro nos anos de 1968, 1969, 1970, 1975, 1976, 1977. Não há registro dos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974. Também não foram encontrados outros livros de ocorrência da mesma época.

Todos os registros, tem o mesmo perfil apresentado a baixo

Nos termos do ART. 125 item 3 do Decreto nº47,404 de 19/12/ 66 a aluna, da 6ª série E do 1º grau estará suspensa por dois dias, a saber 21 e 22/06 por estar ausente da sala de aula quando da entrada do professor de francês, prof. A aluna foi conduzida à Direção pela Inspetora de Alunos D. Trata-se de aluna reincidente.

Rio Claro, 20 de junho de 1977.

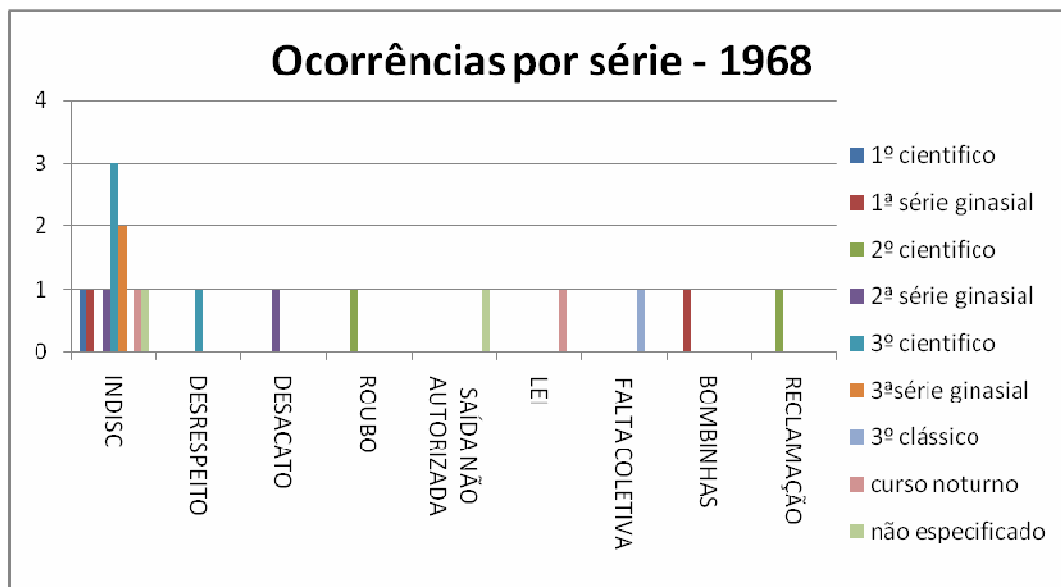
Diretor (a)

Ciente:

(Livro de Penalidades aplicadas a alunos do Instituto de Educação “Joaquim Ribeiro”)

Nota-se que todas as ocorrências citam o artigo 125 e o item praticado, pois este fala a respeito das proibições aos alunos. Também o nome do aluno, a série (nem sempre está presente), a repreensão e a ocorrência. O termo de ciência também está presente em todas as ocorrências, com a assinatura do responsável na maioria dos casos e em apenas alguns observa-se a assinatura da Diretora.

No ano de 1968, foram feitos 19 registros cometidos por 8 séries, sendo os principais motivos: indisciplina, desrespeito a professor ou direção, desacato a funcionários, roubo (dentro ou fora da escola), saída não autorizada da instituição de ensino, desrespeito ao Decreto 47.404 em vários itens, falta coletiva, uso de bombas na escola, reclamações de professores ou comunidade.



Percebe-se pelo gráfico que a indisciplina foi o ato mais registrado naquele ano, sendo visto em sete das oito séries citadas. Por indisciplina, esse caderno de ocorrência em específico, apresenta: falar durante a aula, andar pelos corredores, brincadeiras desrespeitosas com colegas e outros. Segue abaixo um modelo de ocorrência de indisciplina:

Nos termos do ART. 125 item 1 do Decreto nº47,404 de 19/12/ 66 os alunos... .. e do 3º científico foram advertidos oralmente e por escrito, por

praticarem indisciplina durante a aula. Os alunos foram informados que na próxima indisciplina cometida, serão punidos severamente.

Rio Claro, 14 de junho de 1968

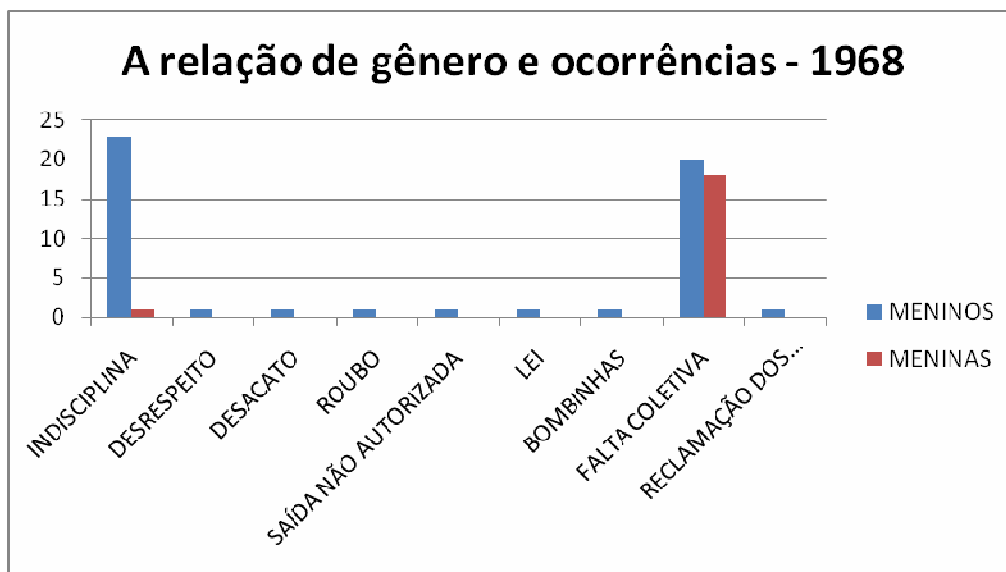
Diretor (a):

Cientes:

(Livro de Penalidades aplicadas a alunos do Instituto de Educação “Joaquim Ribeiro”)

Um fato interessante se refere ao caso de roubo. A “extração de mercadoria” citado no livro de penalidades no ano de 1968, foi cometida em um estabelecimento comercial da cidade, o dono do comércio reconheceu o aluno pelo uniforme e acionou a escola imediatamente. O registro informa que a escola advertiu ao aluno sobre a gravidade do ocorrido e que a reincidência seria punida com expulsão e comunicada a polícia; a família não foi informada a fim de dar uma nova oportunidade ao aluno. Esse fato mostra a influência da escola dentro da comunidade e como a autoridade da Instituição era valorizada dentro da cidade.

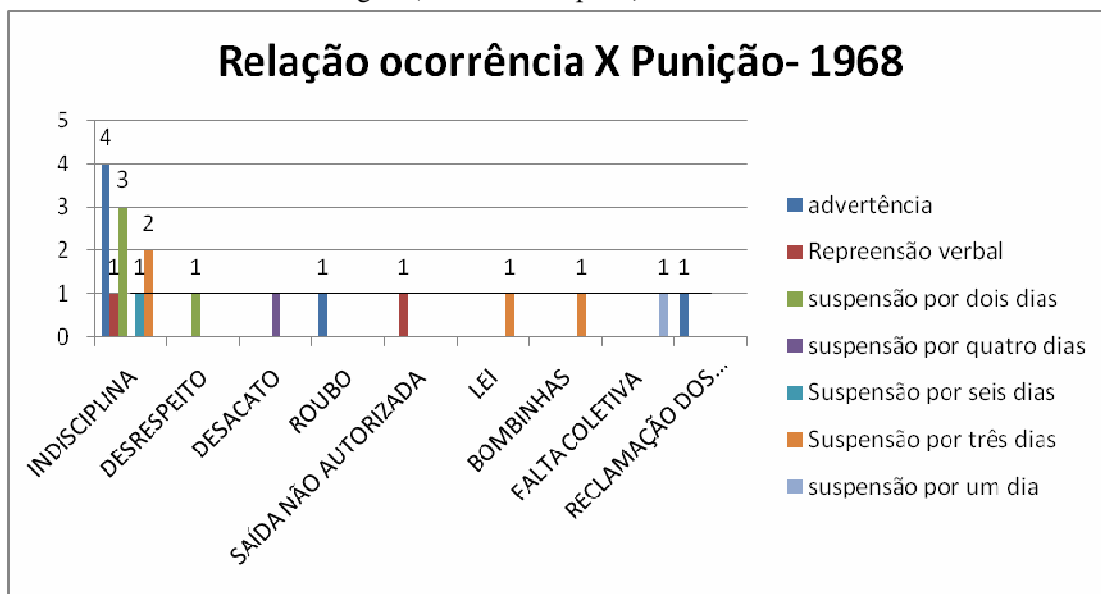
Sobre as classes citadas, percebe-se que em geral são do 2º grau ou do antigo colégio que era subdividido em científico, normal e clássico, já que a mudança de nomenclatura ocorreu por volta de 1967.



Sobre a relação entre ocorrência e gênero, percebe-se que a maioria dos registros tinha como protagonistas os meninos, visto que em apenas dois temas surgem as meninas (indisciplina : 1 menina/ falta coletiva: 17 meninas e 20 meninos). Apesar das meninas não terem muitos registros, nota-se que as punições dadas a elas eram muito mais severas do que as dos meninos. Enquanto os casos de indisciplina cometidos pelos meninos tinham uma punição que variava de

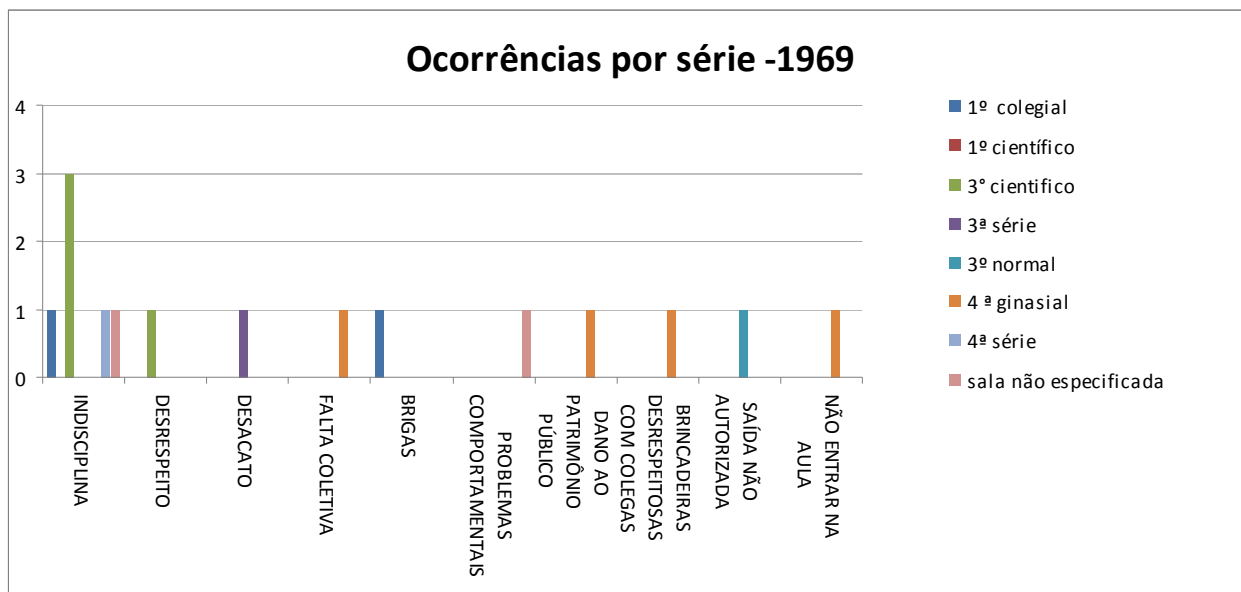
advertência a suspensão por seis dias (quando o aluno fosse reincidente), no caso feminino a penalidade foi de 3 dias de suspensão.

... porque, como se esperava que as meninas fossem mais comportadas , suas travessuras eram castigadas, e os meninos , reconhecidamente mais levados, poderiam sofrer maior vigilância, mas, por outro lado pareciam não receber tantos castigos. (Souza, 2008, p. 91)

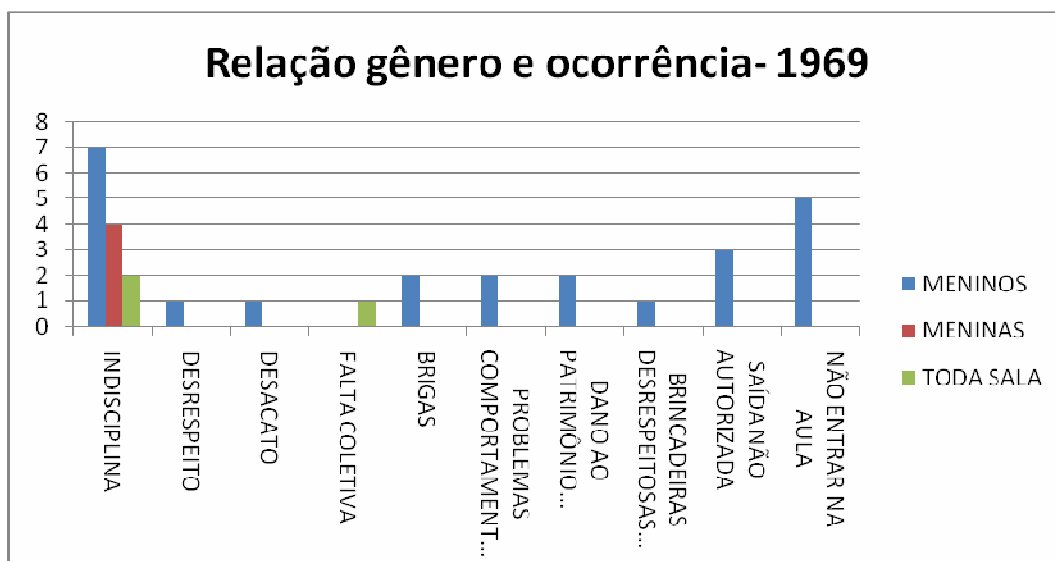


O gráfico acima mostra como se deram as punições de acordo com os registros. A punição mais executada foi a advertência (6 casos), seguida por suspensão por dois dias (4 casos). Todas essas repreensões estão contempladas pelo Decreto que normatiza os regimentos, porém percebe-se que apesar da legislação afirmar que é o Diretor (a) quem deve aplicar as penas, são poucas as ocorrências que tem a assinatura do mesmo.

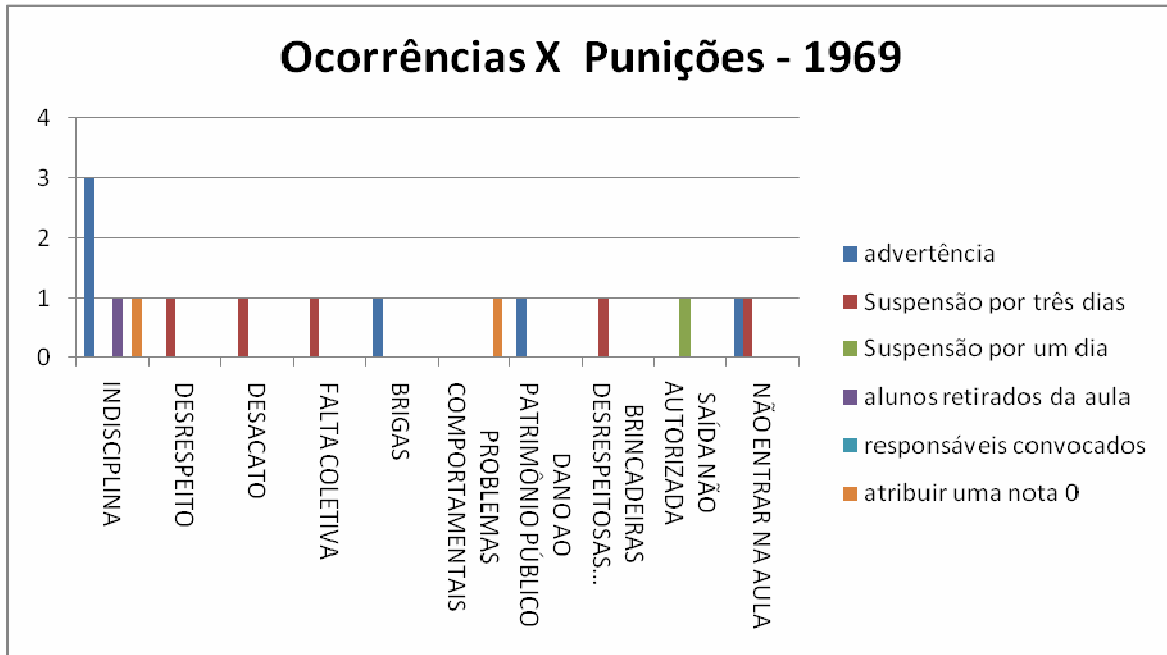
No ano de 1969 existem 16 registros, cometidos por sete séries diferente. As principais ocorrências foram: indisciplina, desacato, desrespeito, falta coletiva, brigas, problemas comportamentais, dano ao patrimônio público, brincadeiras desrespeitosas com colegas, saídas não autorizadas da escola, ausência da aula / “matar aula”.



Nesse gráfico já se percebe algumas novidades com relação a nomenclatura, por exemplo: as brincadeiras desrespeitosas com colegas deixam de fazer parte do termo indisciplina, assim como problemas comportamentais (relacionados ao desrespeito as normas de convivência e decoro), também há registro de dano ao patrimônio público e a ausência das aula/ matar aula. Segundo o gráfico, a maioria das classes está incluída em casos de indisciplina, caracterizada como escrita de frases imorais, conversas durante a aula, bagunça na sala de aula ou casos não especificados.

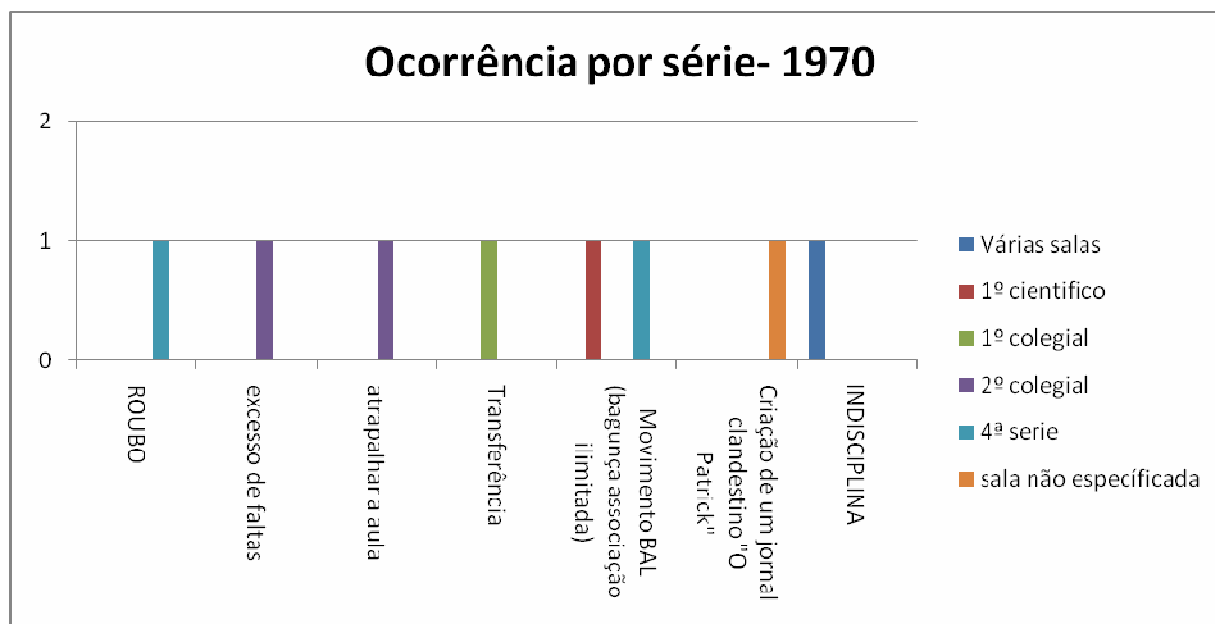


Na relação entre gênero e ocorrências, ainda há prevalência de protagonistas do sexo masculino, as meninas são citadas apenas nos casos de indisciplina. Foi preciso colocar mais uma categoria nessa área, pois existem registros que falam de classes inteiras apenas citando os números pares e ímpares, não sendo possível identificar quanto meninos e meninas estavam envolvidos nelas.



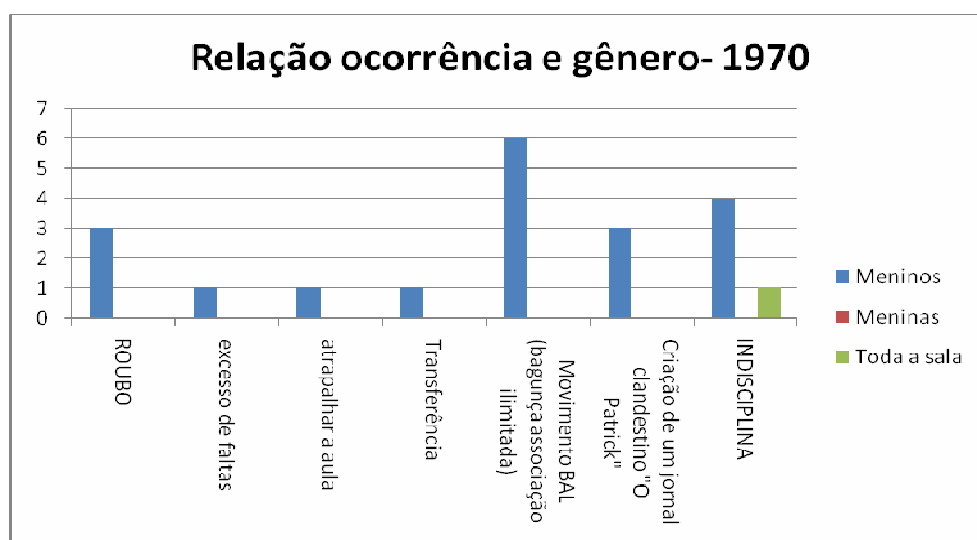
Sobre as ocorrências e punições, pode-se perceber que os casos de indisciplina continuam a ser os de maior incidência e a pena mais aplicada é a advertência. Como punições aparecem também a convocação dos pais, atribuição de uma nota 0 (por problemas comportamentais) e a retirada de alunos da sala por indisciplina, essas penalidades não estão previstas no artigo 125 do Decreto 47.404.

No ano de 1970, foram registradas 7 ocorrências, envolvendo 4 salas, relacionadas a roubo, excesso de faltas, atrapalhar a aula, transferência, organização de um movimento, criação de um jornal clandestino e indisciplina.

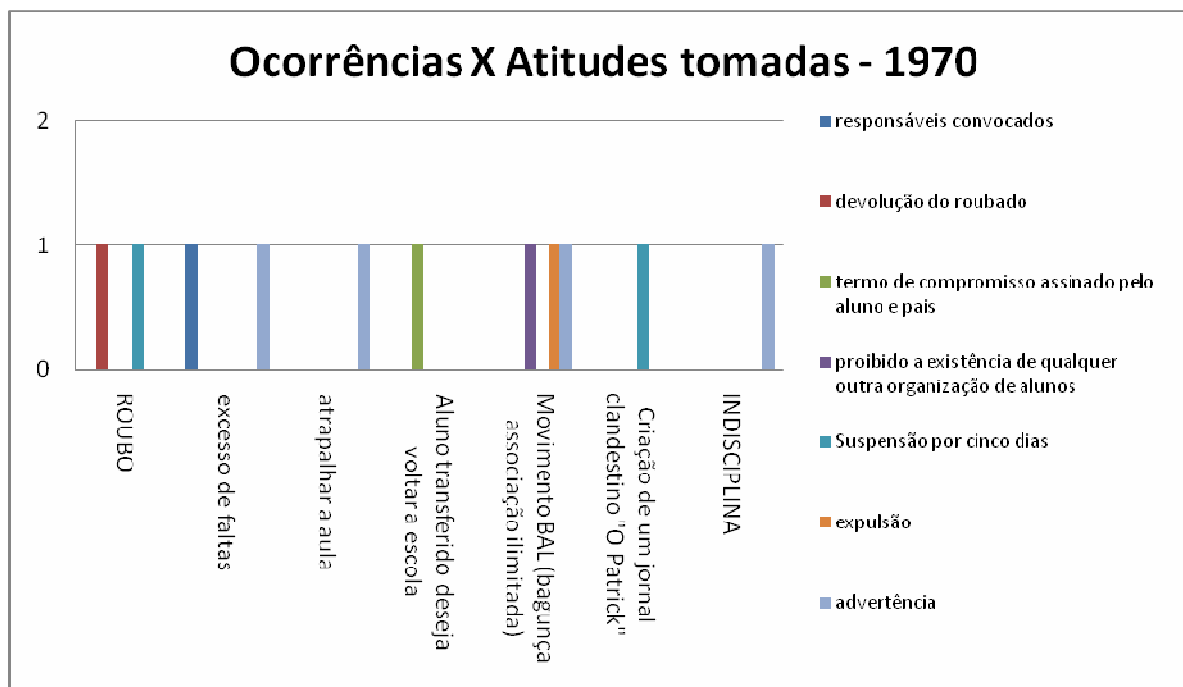


Destaca-se nesse ano o movimento BAL (Bagunça Associação Ilimitada) que tinha por objetivo perturbar a aula, desviar a atenção dos alunos e espancar os que não cooperassem. Segundo o registro essa organização existia desde 68 e só foi descoberta pela escola quando um dos professores encontrou uma lista com o nome dos alunos que participavam, sendo estes de diversas séries não especificadas no documento. A criação de organizações sem a autorização da Direção está prevista no artigo 125, item 3.

Outro destaque é o jornal "O Patrick" criado pelos alunos de uma sala não especificada. O objetivo do Jornal não foi especificado na ocorrência, porém a divulgação de informações a respeito da escola e seus sujeito estava proibido aos alunos pelo artigo 125, item 10.



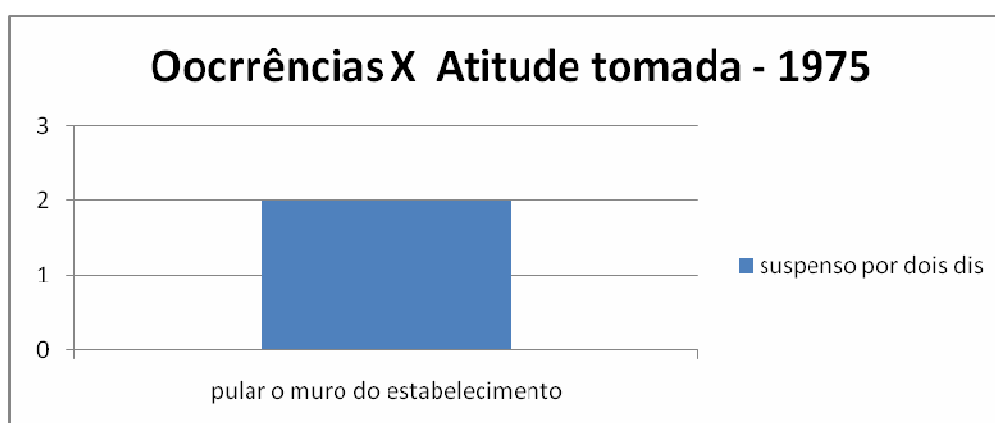
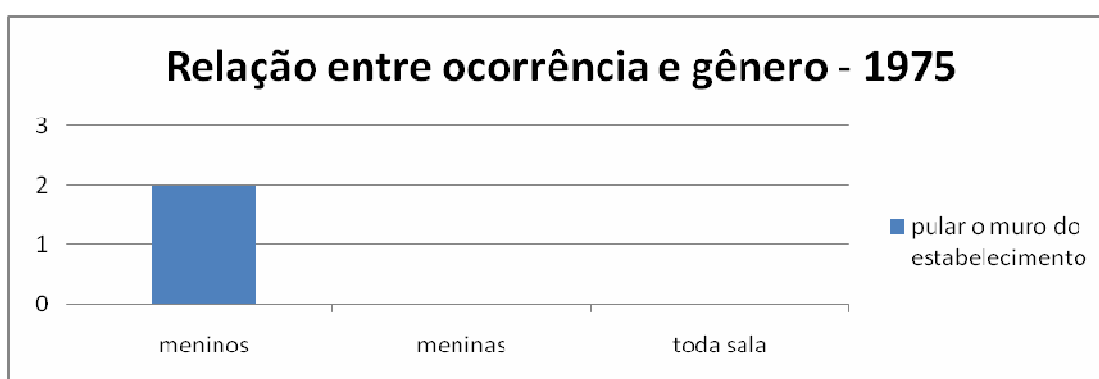
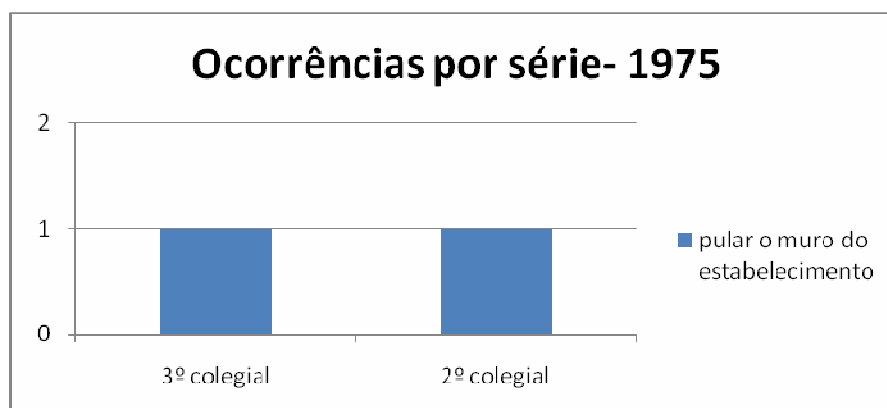
Com relação a ocorrência e gênero, não há nenhum registro relacionado a meninas, porém há um relacionado a toda a classe, o que fica subtendido a participação de meninas no ato de indisciplina. O movimento BAL teve seis meninos citados e o jornal “O Patrick” três alunos.



Quanto as penalidades, houve uma expulsão relacionada ao movimento BAL, a proibição de novas organizações de alunos, a devolução do item roubado (no caso do furto) e a assinatura de um termo de compromisso sobre melhora de comportamento.

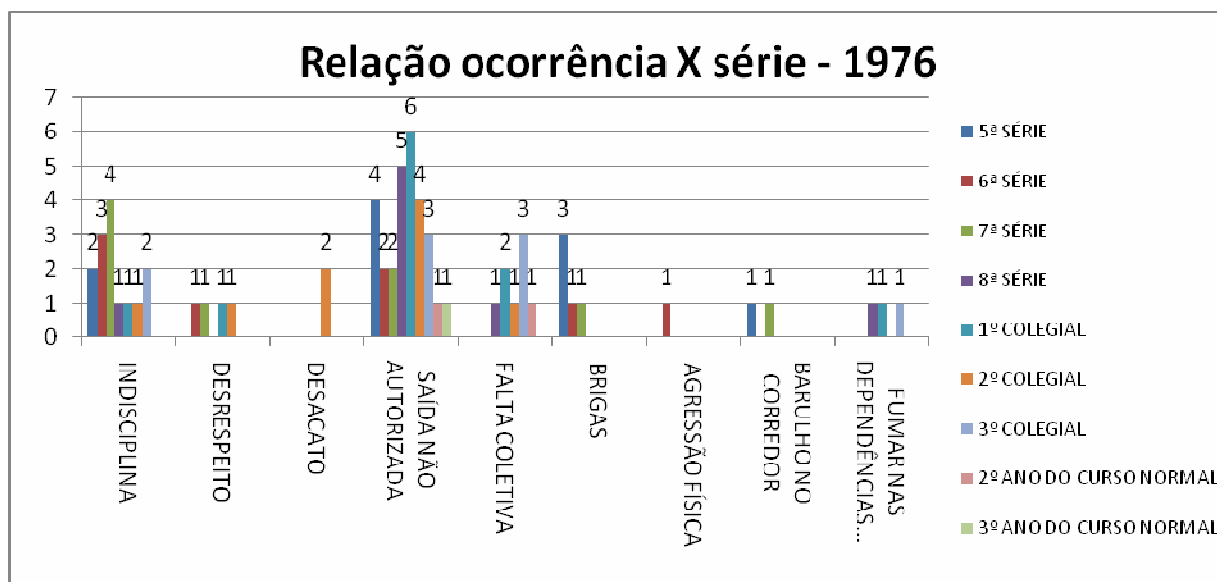
O Livro de Penalidades aplicadas a alunos do Instituto de Educação “Joaquim Ribeiro” não apresenta registros dos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974.

No ano de 1975, houveram dois registros no livro, referentes a um mesmo fato cometido por dois alunos de classes diferentes. Os alunos saíram da escola sem autorização e foram suspensos por dois dias.

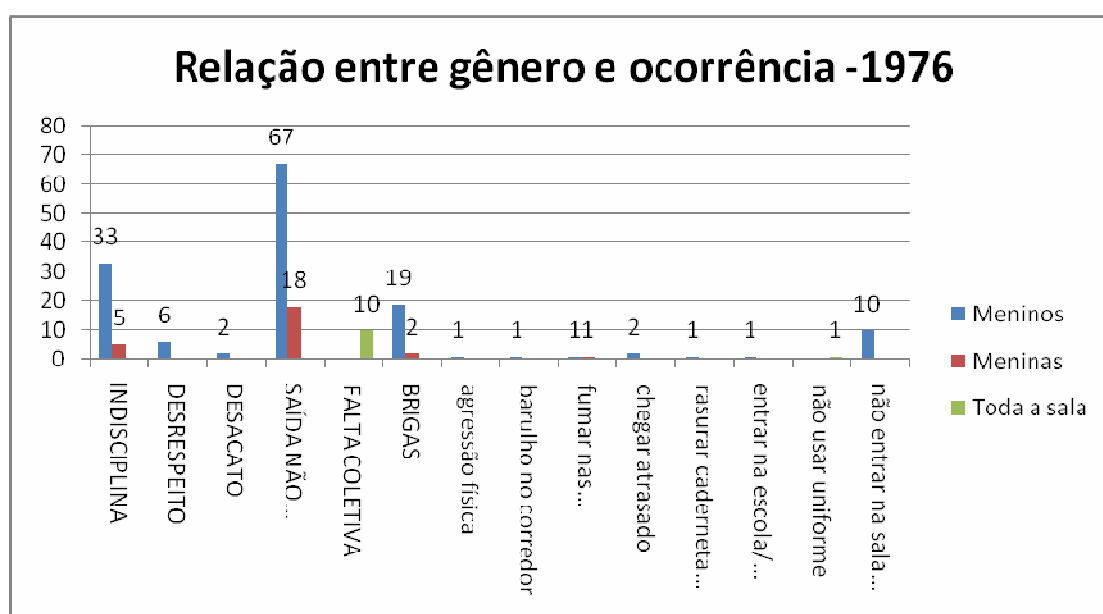


No ano de 1976, foram feitos 96 registros que envolveram 9 salas dos 1º grau e 2º grau. As principais ocorrências estavam relacionadas: a indisciplina, desrespeito ao professor, desacato

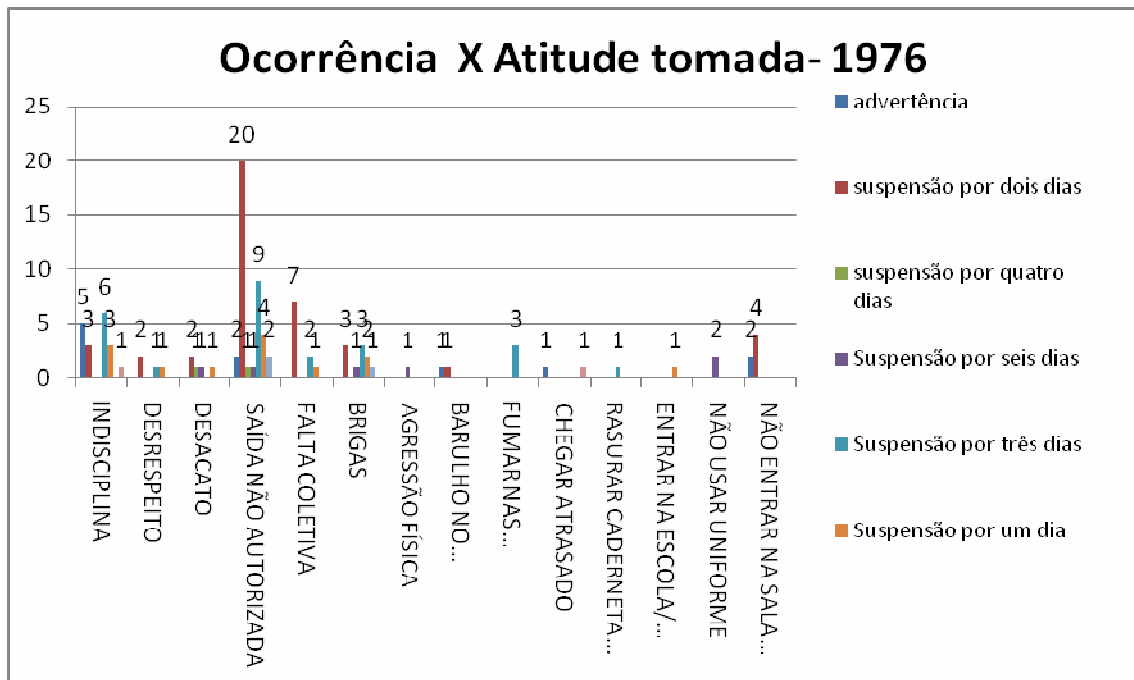
a funcionário, saídas não autorizadas, falta coletivas, brigas, agressão física, barulho no corredor e fumar nas dependências da escola.



Percebe-se nesse ano uma variação dos registros, um maior número de registros em saídas não autorizadas, seguidas por indisciplina, faltas coletivas e brigas. As série do 1º grau se envolvem mais com casos de indisciplina e brigas e o 2º grau em saídas não autorizadas e faltas coletivas.

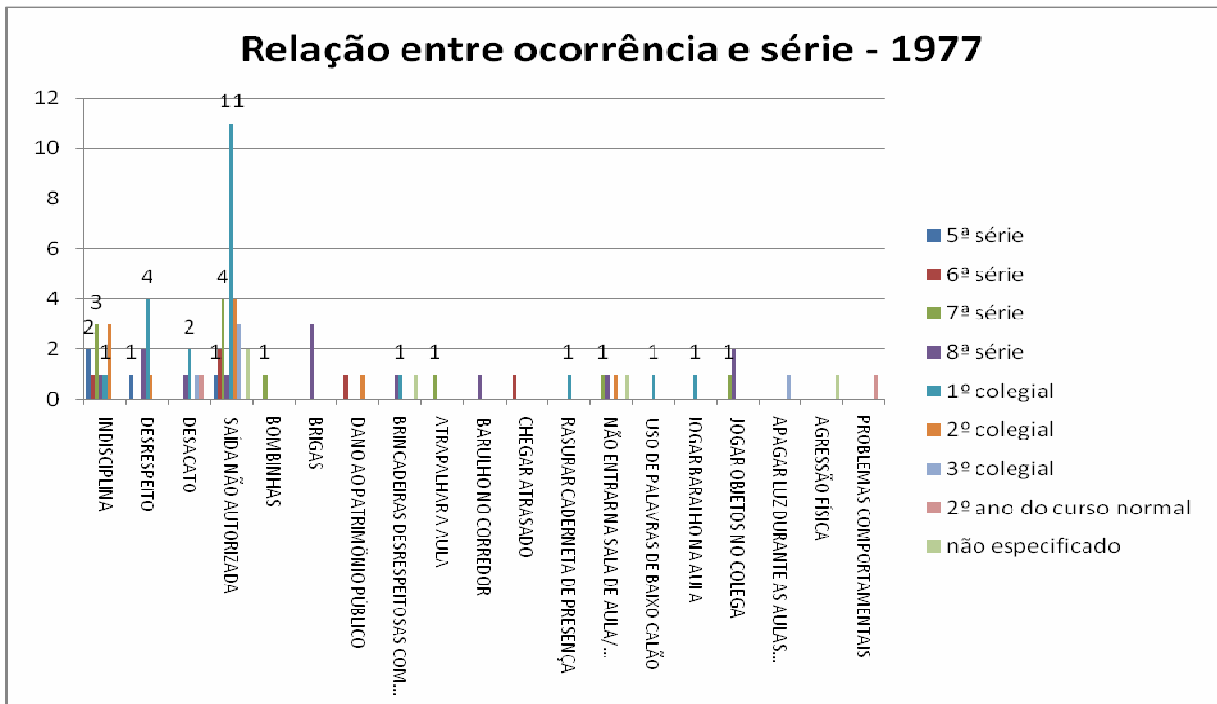


Segundo ao gráfico de gênero e ocorrências, ainda há predominância dos meninos nos registros, com 174 meninos e 28 meninas. Também é importante notar que esse ano 10 salas tiveram faltas coletivas.

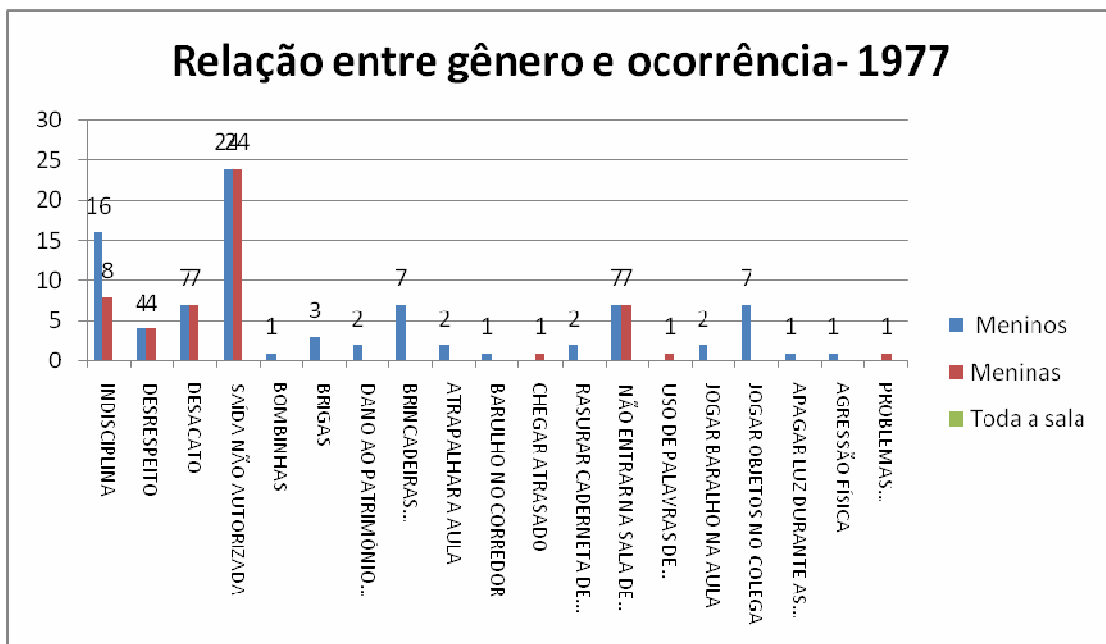


Nesse ano, a atitude mais tomada pela escola foi a suspensão por dois dias, para os alunos que saíram da escola sem autorização. Também surge uma variação maior com relação ao número de dias de suspensão entre um e seis. Um detalhe importante é que a escola classifica pular o muro, sair pela janela, sair sem autorização pela secretaria, fugir e outros como “saída não autorizada da instituição”.

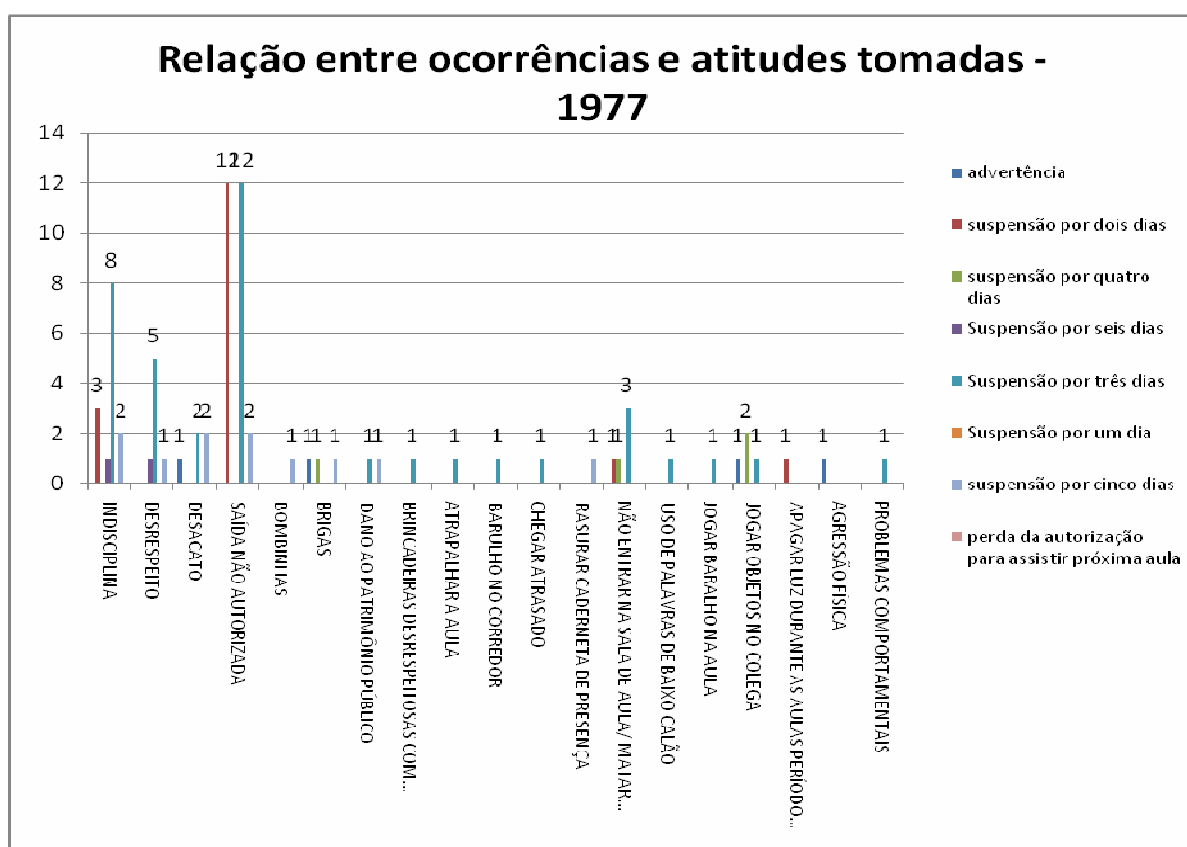
No ano de 1977, foram feito 74 registros divididos em 8 salas do 1º e 2º grau. As principais ocorrências estavam ligadas a indisciplina, desrespeito, desacato, saída não autorizada, bombas, brigas, dano ao patrimônio público, brincadeiras desrespeitosas, atrapalhar aula, barulho no corredor, chegar atrasado, rasurar caderneta, uso de palavras de baixo calão e outros.



Esse gráfico mostra registros sobre atrasos, interrupções de aula noturna por desligamento da energia, rasura na caderneta de presença e outros. A maior parte dos registros tem apenas uma série protagonista, com exceção da indisciplina e saída não autorizada que apresentam mais de três salas envolvidas.



No ano de 1977, há uma similaridade entre os registros de meninas e meninos em muitas ocorrências: indisciplina, saída não autorizada, “matar aula” desrespeito, desacato e outros. Um fato em específico chama a atenção, pois uma garota tem seu nome registrado por uso de palavras de baixo calão, enquanto não há nenhum caso anotado no livro cometido por meninos nos anos passados da mesma categoria. Dessa forma, é possível intuir que o uso dessa linguagem era aceitável a meninos e não a meninas.



As ocorrências e atitudes tomadas mostram que a suspensão por três dias foi usada para casos de indisciplina, desrespeito a professor, saídas não autorizadas dano ao patrimônio público, barulho no corredor, “matar aula” e outros. É a segunda vez que um aluno perde a autorização para entrar na sala de aula por problemas comportamentais (1976 e 1977)

“Livro de Penalidades”

Esse livro abrange os anos de 1987 a 1990 e foi aberto no dia 7 de abril de 1987 pela diretora da Instituição. Ele tem como base legal o Decreto 10623/77 que aprovava o Regimento Comum das Escolas de Primeiro Grau do Estado de São Paulo e Decreto 11625/78 que aprovava o Regimento Comum das Escolas de 2º grau do Estado de São Paulo.

Nesse período houve registro nos anos de 1987 a 1990, sem intervalos de tempo. Entre os anos de 1977 e o ano de 1986 não foram encontrados cadernos de registros na Instituição Escolar.

Todos os registros desse caderno seguem o mesmo perfil apresentado a baixo

Nos termos do R.C das E.E.P.S.G, art. 65, parágrafo 1, adotado pelo Conselho da Escola deste estabelecimento em 1986, fica aplicada mesma de suspensão por dois dias, a saber 09/04/1987 e 10/04/1987 ao aluno... .., da 8ª série A, período da manhã, por fugir da 5ª aula, servindo de testemunha a Senhora Inspetora de alunos

Rio Claro, 08 de abril de 1987

Ciente:

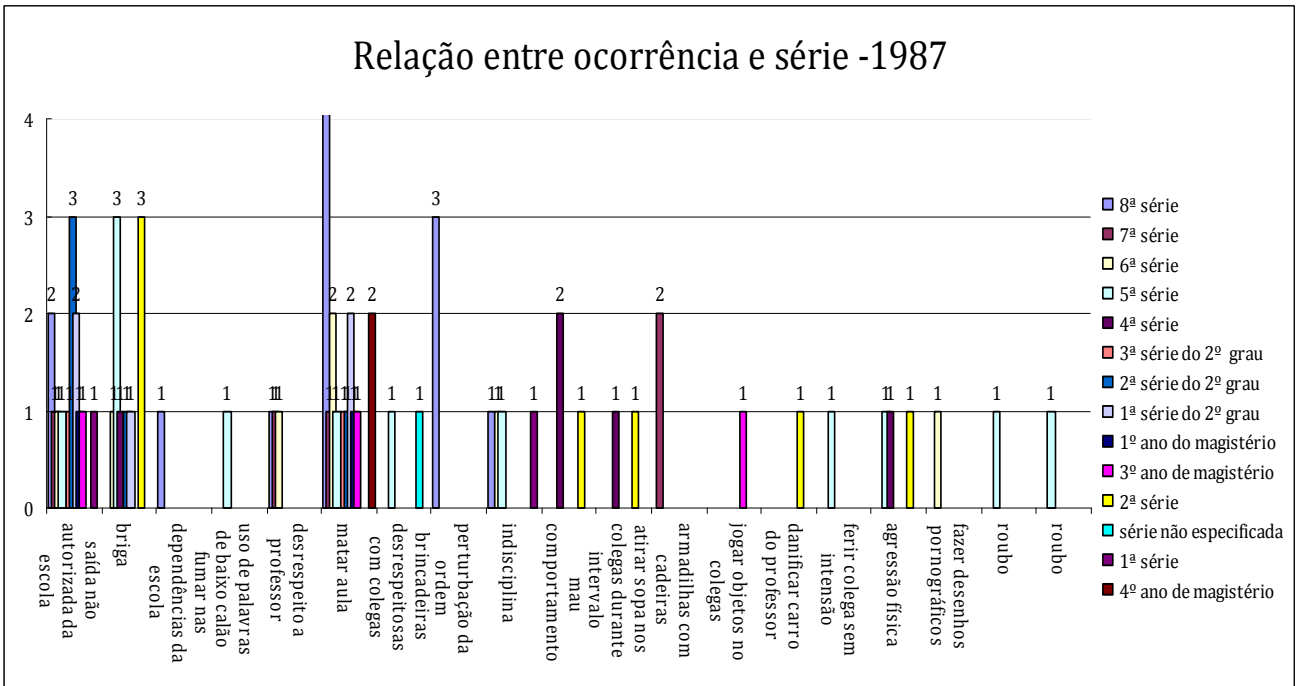
Inspetor:

Diretor:

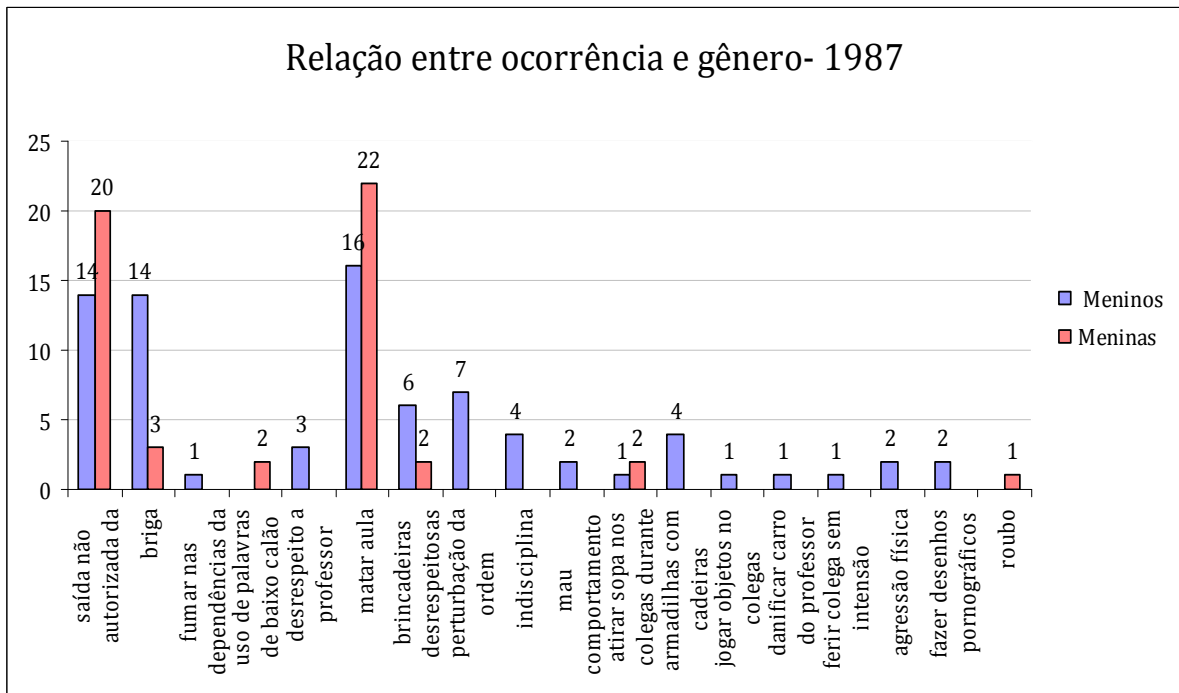
(Livro de Penalidades 1987-1990)

Nota-se que todas as ocorrências citam os Decretos, a repreensão, o nome do aluno, a série (nem sempre está presente) e a ocorrência. O termo de ciência também está presente em todas as ocorrências, mas a assinatura dos responsáveis parece não ser tão necessária, visto que os próprios alunos assinam esse espaço. Nesse caderno aparecem as assinaturas dos professores ou inspetores (que levaram o aluno até a Direção) em apenas alguns se observa a assinatura da Diretora.

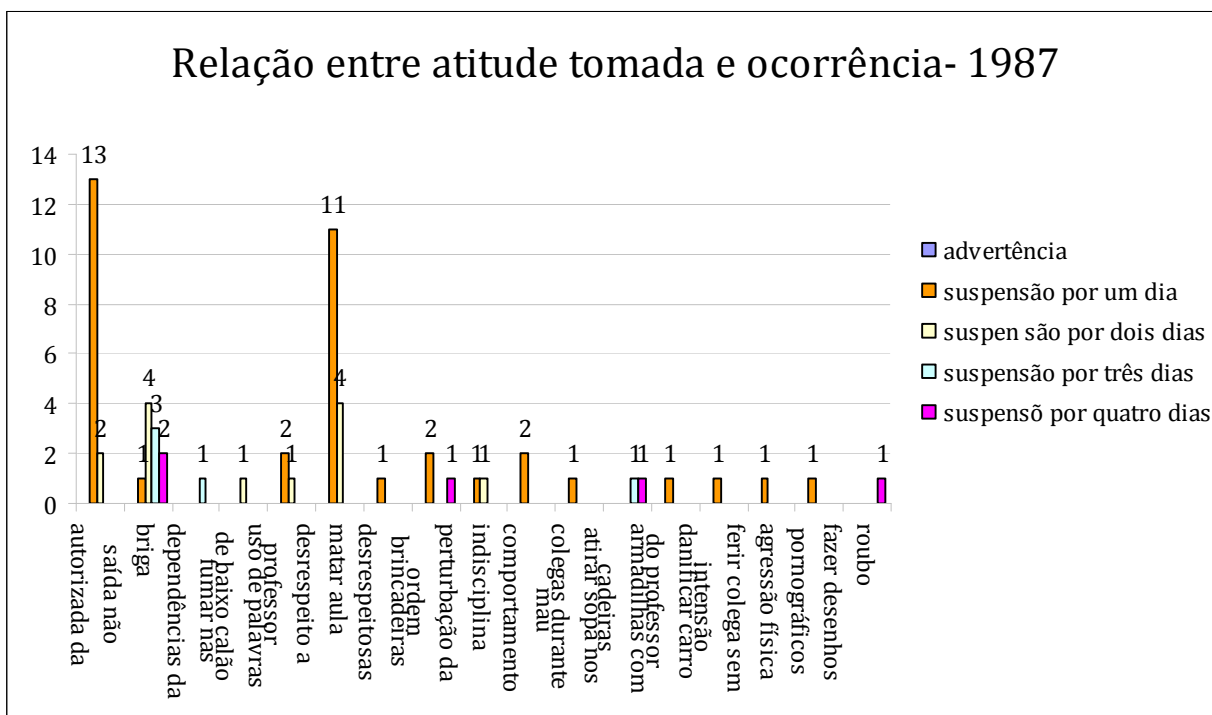
No ano de 1987 foram escritos 73 registros, envolvendo 14 séries diferentes. Incluíam saída não autorizada da escola, fumar nas dependências da escola, brigar, desrespeito a professor, uso de palavras de baixo calão, agressão, desenhos pornográficos e outros.



Percebe-se nesse gráfico que as saídas não autorizadas, brincadeiras desrespeitosas e brigas são as principais ocorrências e a classe mais citada é a 8ª série seguida pela 6ª série. Já as classes do 2º grau são mais aparentes em ocorrências como brigas e matar aula.

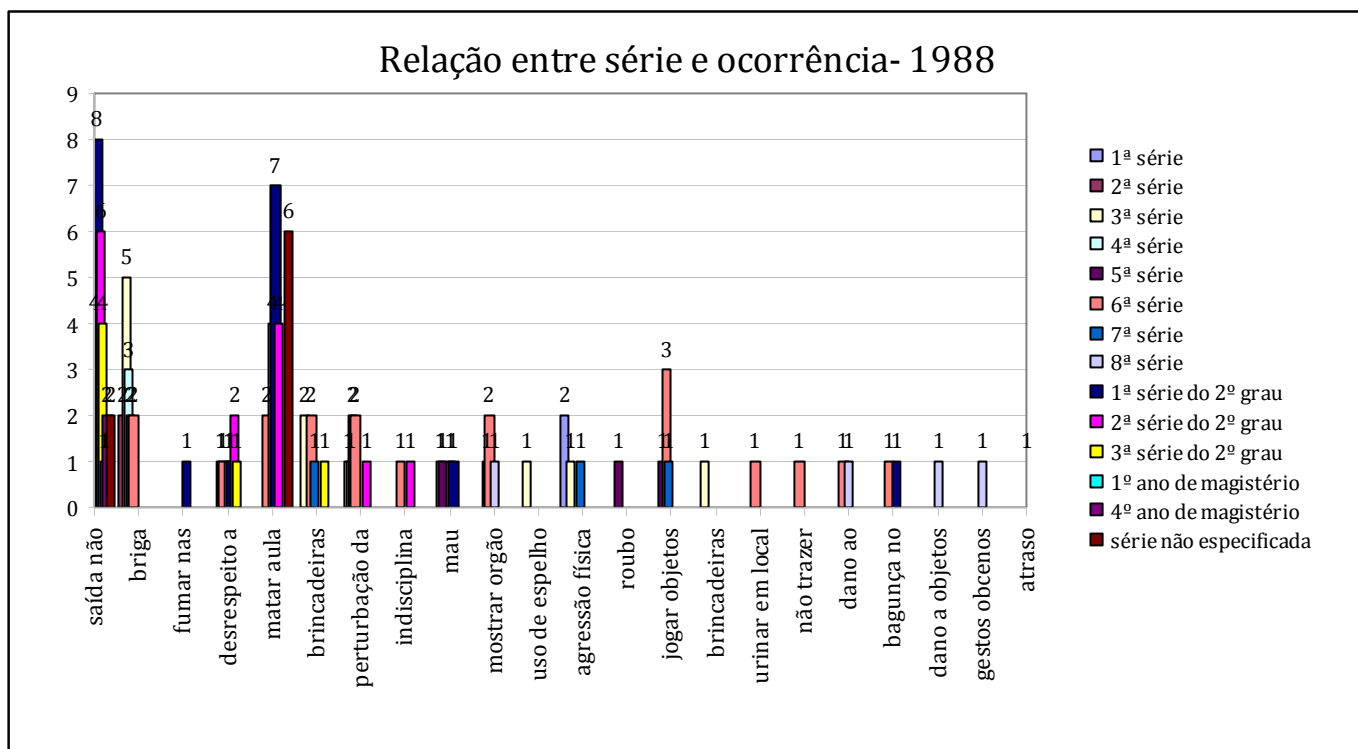


Com relação ao gênero, os meninos continuam a ter mais citações, porém passa a ser mais perceptível os registros femininos e em casos como matar aula e saída não autorizada o número de meninas registradas supera os de meninos nesse ano. Com relação ao roubo citado, esse foi cometido por duas garotas da 6ª série e o objeto roubado foi um batom.

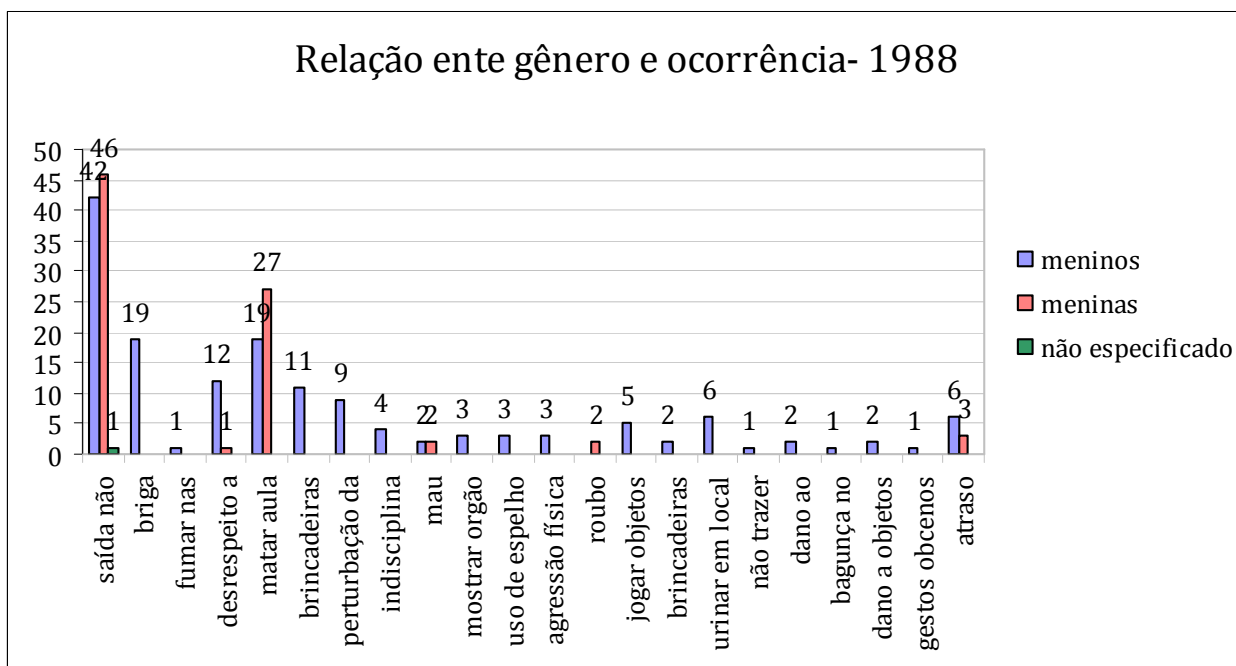


Sobre as penalidades, a suspensão por um dia foi a mais aplicada (38 casos) em especial nos casos de saída não autorizada e matar aula, sendo seguida pela suspensão de dois dias (15). Não parece haver uma lógica muito fixa com relação as penalizações, pois atos diferentes levam as mesmas punições.

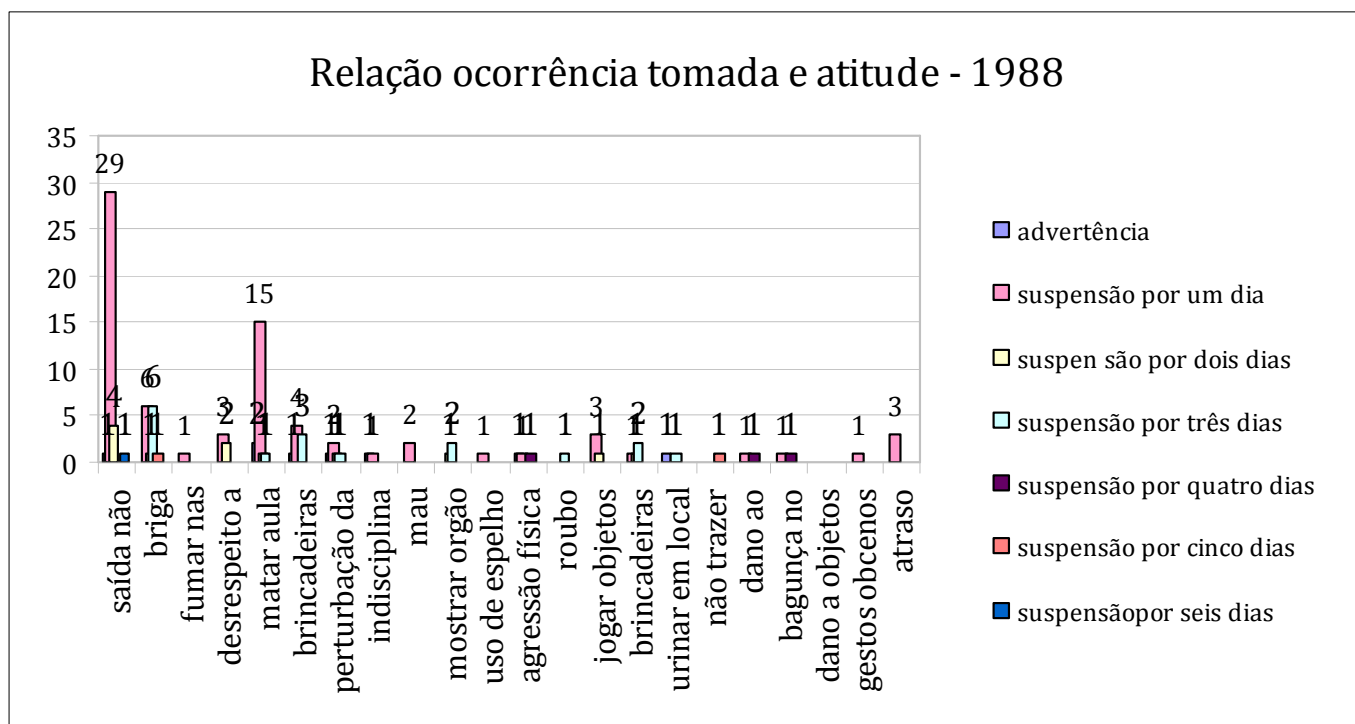
135 registros houveram no ano de 1988, relacionados a saída não autorizada, agressão e em especial surgem os primeiros registros relacionados a sexualidade como uso de espelho para ver a calcinha das meninas, “brincadeiras obscenas no banheiro”, bilhetes com desenhos obscenos, mostrar órgãos sexuais para meninas, urinar em local proibido e etc.



Nesse gráfico, as principais ocorrências são saída não autorizada, matar aula e brigas. As séries mais registradas são a 6ª série e 1ª série do 2º grau.

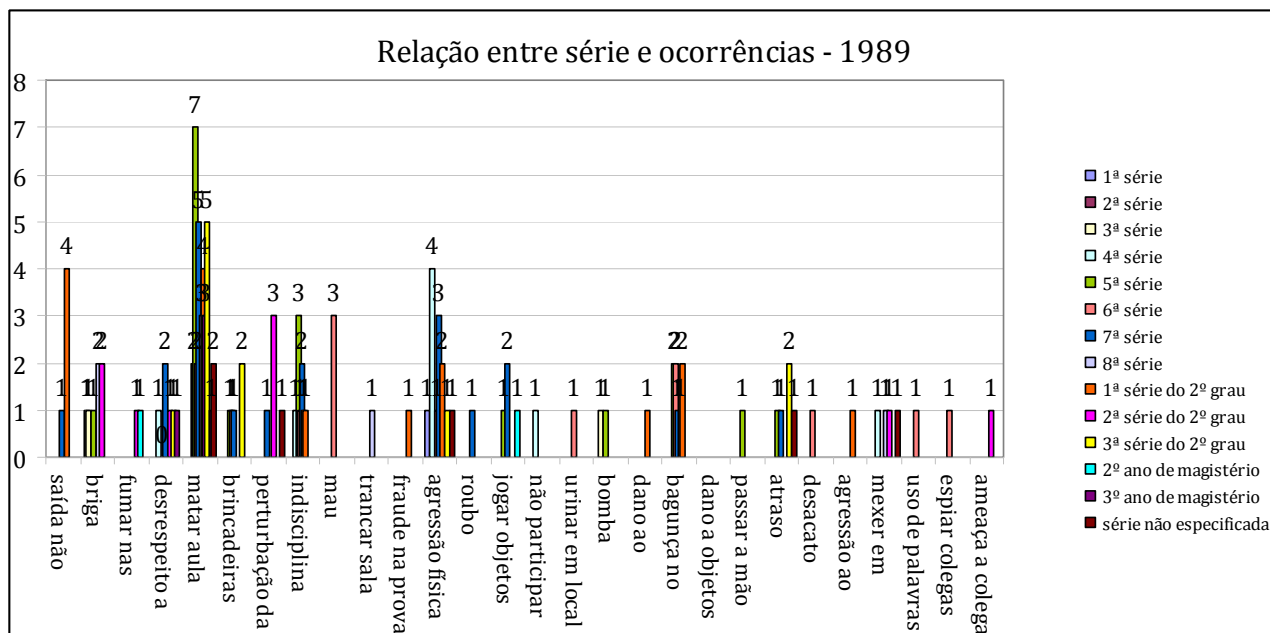


A presença dos registros de meninas continua muito presente nesse ano, e a superação em numero, em alguns casos, de garotas continua ocorrendo. Com relação as ocorrências ligadas a sexualidade, todas são de registro masculino.

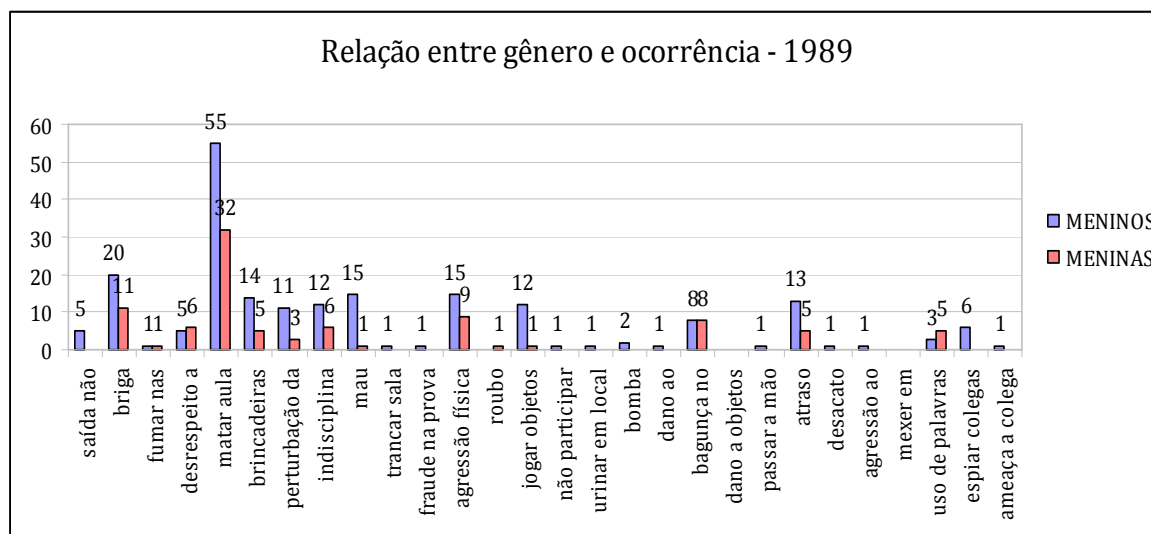


As principais punições no ano de 1988, foram suspensão por um dia e suspensão por três dias. Com relação a sexualidade percebe-se que todas as ações foram tratadas com severidade e de maneira punitiva, a fim de que não se repetissem. Parece não haver uma orientação sexual mais voltada para os alunos que estavam na adolescência e também uma melhor preparação dos professores para tratar o tema adequadamente. (SOUZA, 2008)

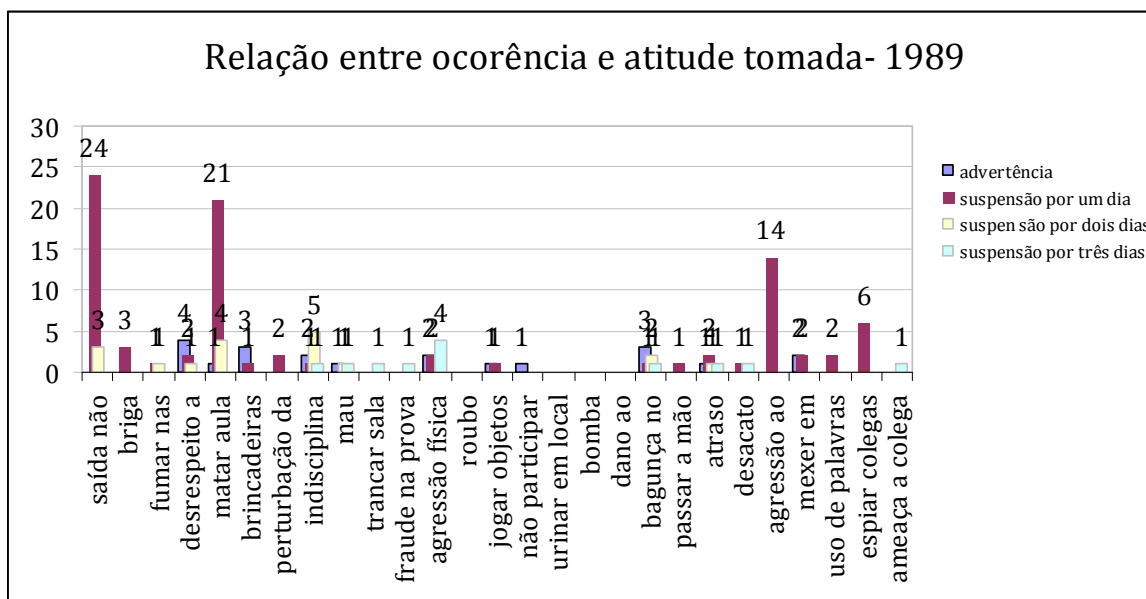
No ano de 1989 houveram 184 registros relacionados a 13 séries diferentes. As ocorrências principais foram matar aula e agressão física. Como um fato especial, cita-se a ameaça, fraude em uma prova, bomba. Também o aumento dos atrasos começa mudar a configuração das ocorrências.



Nesse gráfico, o maior número de registros refere-se ao matar aula e a agressão física. Também ainda a presença de casos relacionados a sexualidade, como “passar a mão e espiar colegas trocando de roupa. A ameaça registrada, foi dirigida a um professor, mas não há mais detalhes a respeito do caso.

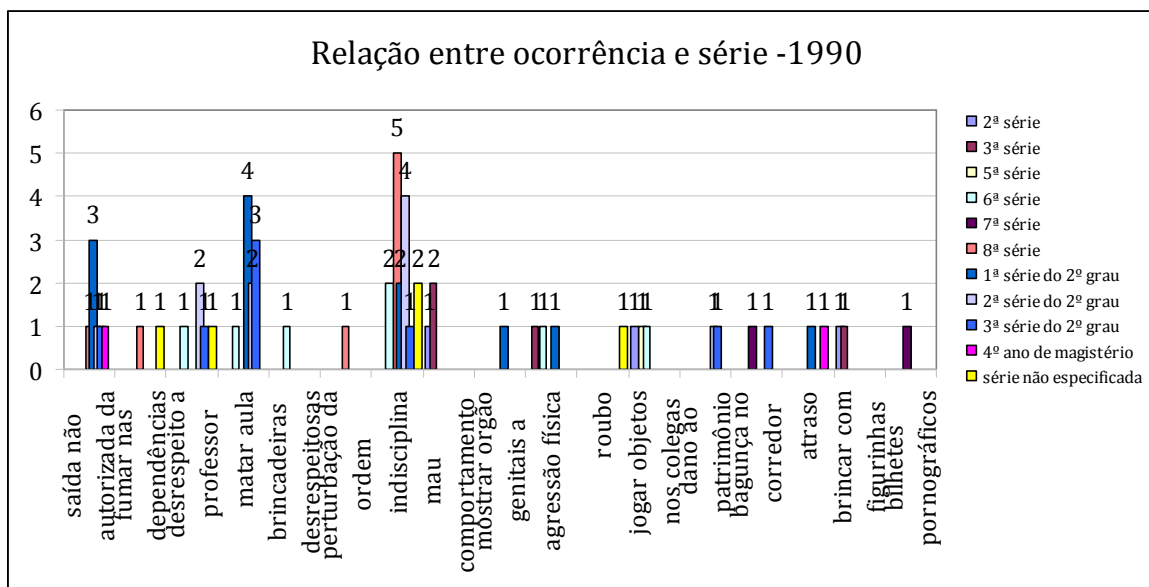


Com relação a gênero, no ano de 1989, o número de registros do sexo masculino sobrepõe os femininos em quase todos os casos, com exceção do uso de palavras de baixo calão.

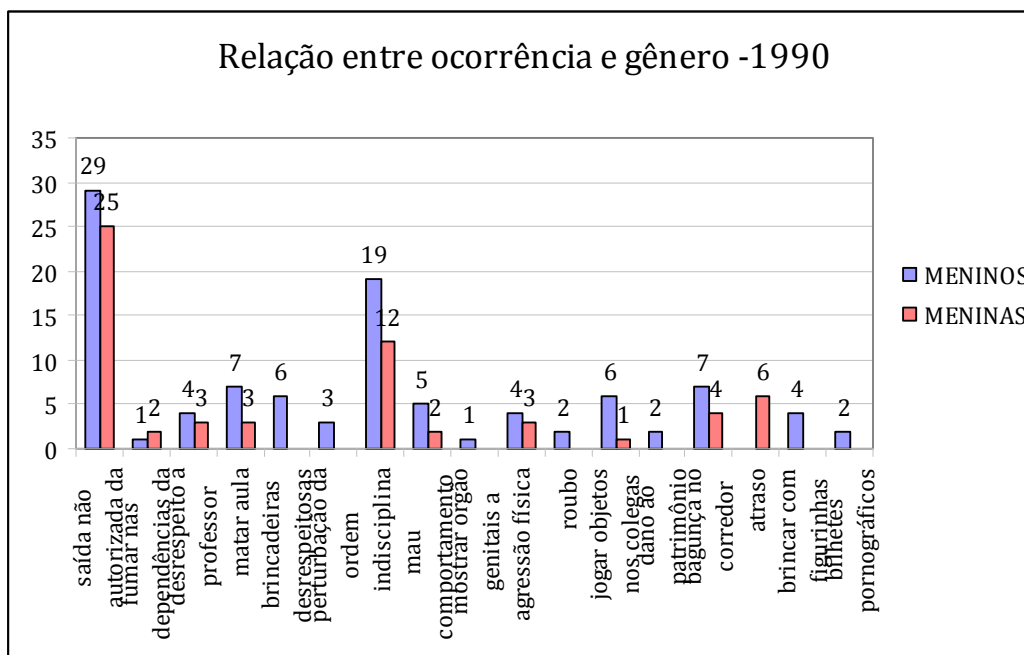


As penalidades mais comuns no ano de 1989 foram a suspensão por um dia, seguida por advertências. Percebe-se que as penalidades vão se tornando mais “amenas” com o passar dos anos, não sendo mais citadas suspensões de mais de quatro dias.

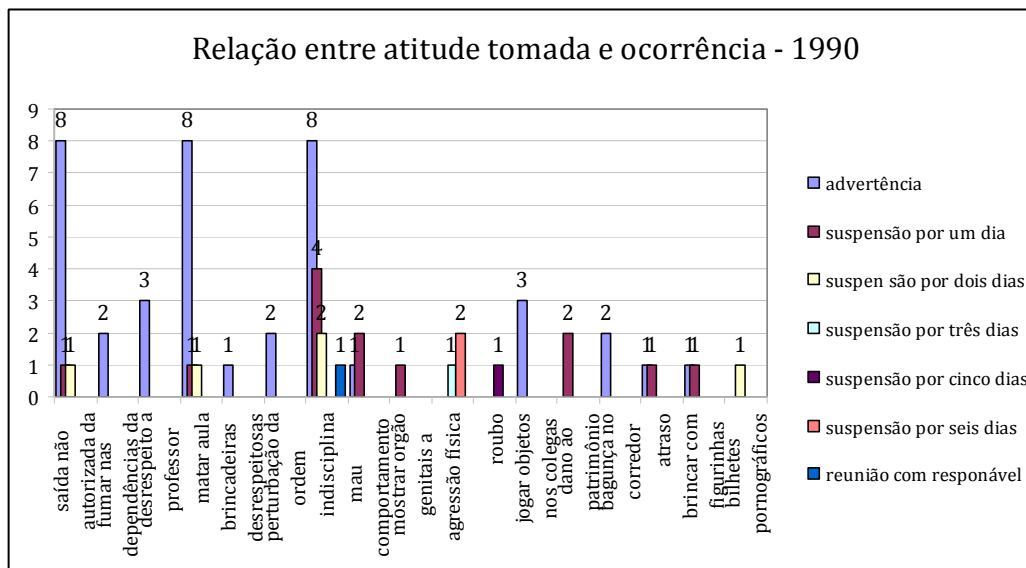
Nos anos de 1990, foram realizados 65 registros em 10 séries diferentes. Suas principais ocorrências são indisciplina e matar aula.



As séries que mais foram marcadas são 1ª e 2ª séries do 2º grau, também nota-se o grande número de registros em classe não identificada, pois apenas havia o nome do aluno, ocorrência e penalidade.



Esse gráfico mostra a similaridade entre registros femininos e masculinos, nesse ano. Os registros masculinos foram 102 e os femininos 61.



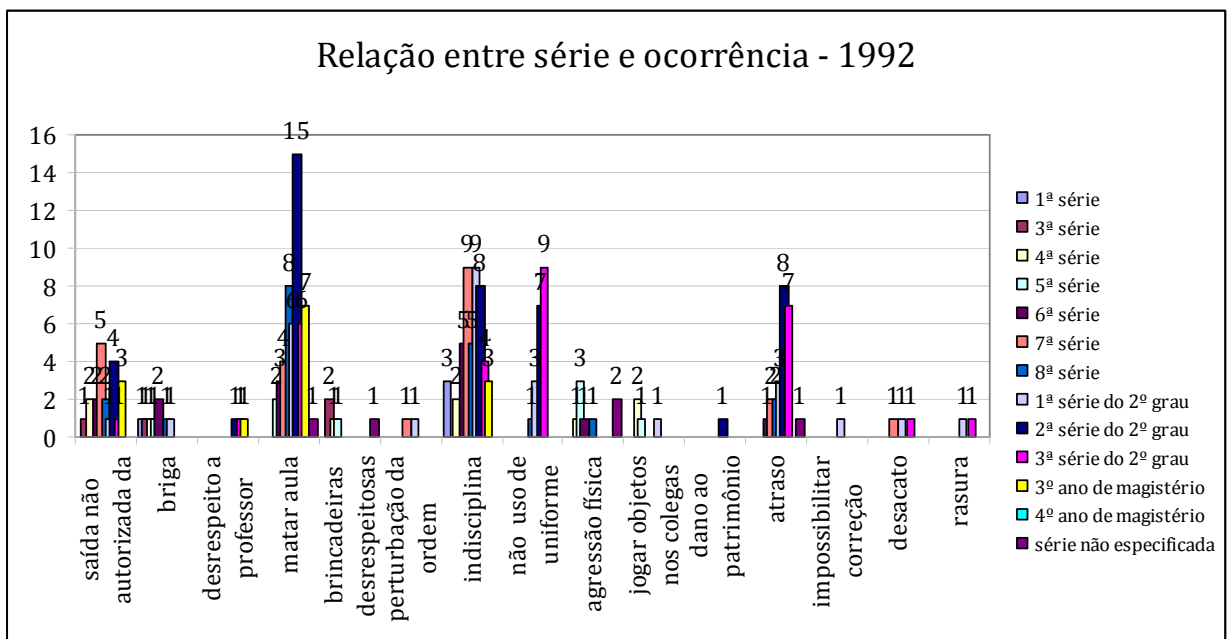
No ano de 1990, a advertência aparece como principal atitude tomada, sendo utilizada em mais de um terço das ocorrências. Em segundo lugar, aparecem as suspensões de um dia

“Ocorrências”

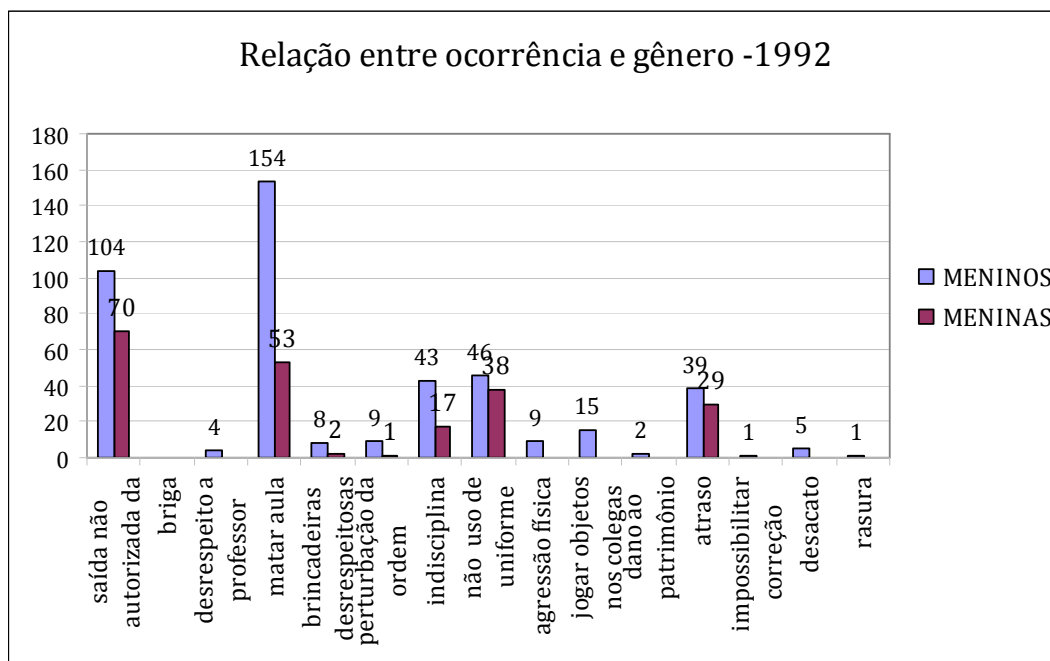
A parte das ocorrências corresponde a três livros com o nome “ocorrências” que tratam do período entre 1992 e 1999. Esses livros tem três documentos como base legal o Decreto 10623/77 que aprovava o Regimento Comum das Escolas de Primeiro Grau do Estado de São Paulo, o Decreto 11625/78 que aprovava o Regimento Comum das Escolas de 2º grau do Estado de São Paulo e a partir de 1998 o CEE 67/98, parecer do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, que mostra as normas regimentais das escolas estaduais de ensino básico.

O perfil dos registros é completamente diferente dos outros, visto que na primeira página dos cadernos a frase seguinte está escrita: “*Neste ano letivo, registraremos somente a série, data, nome do aluno envolvido e o fato da ocorrência, resumidamente lavrado.*” (“Ocorrências” 1992)

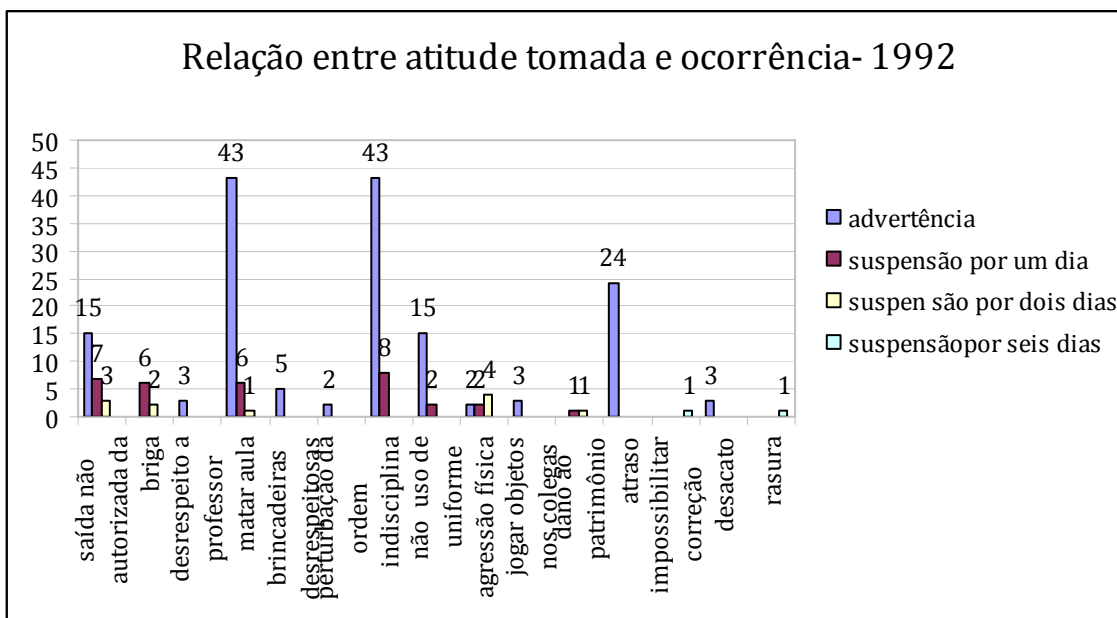
No ano de 1992, foram 219 registros em 12 séries diferentes. Como ocorrências, pode-se citar matar aula, não usar o uniforme, indisciplina, incêndio, namorar nas dependências da escola e etc.



Como novidade, apresenta-se o não uso do uniforme e o atraso nas aulas, principalmente pelas séries do 2º grau. Já as séries mais novas, apresentam casos de perturbação de ordem, brincadeiras desrespeitosas e outros.

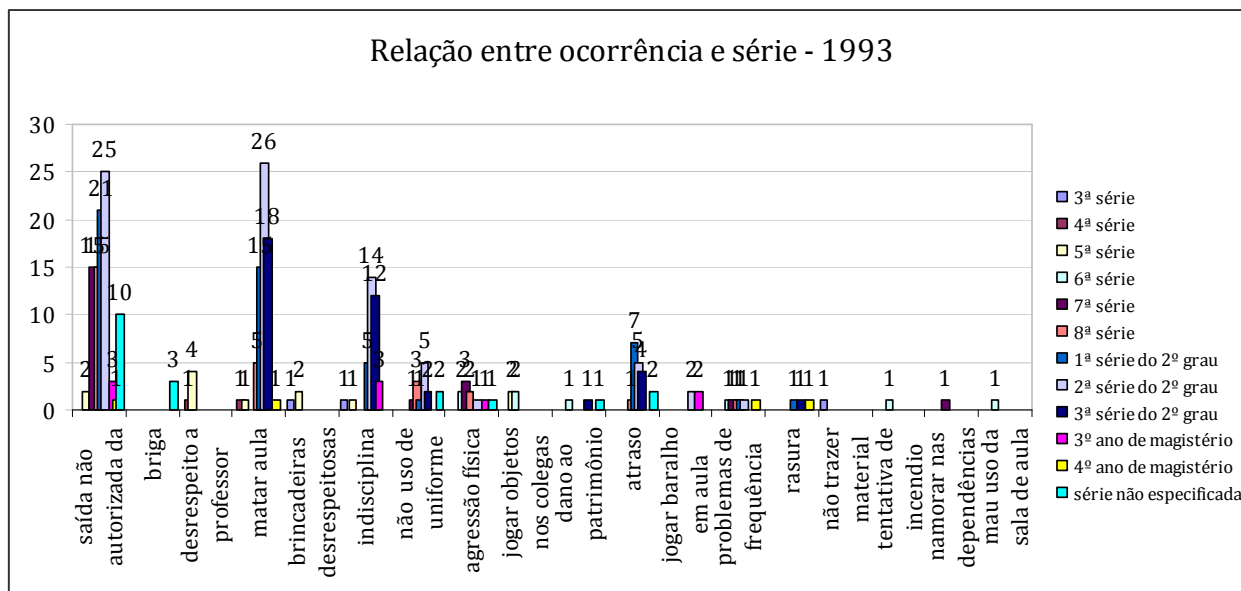


Os casos mais comuns continuam a ser o matar aula, sair da instituição sem autorização e chegar atrasado à aula. Os registros das meninas é bem menor se comparado ao dos meninos.

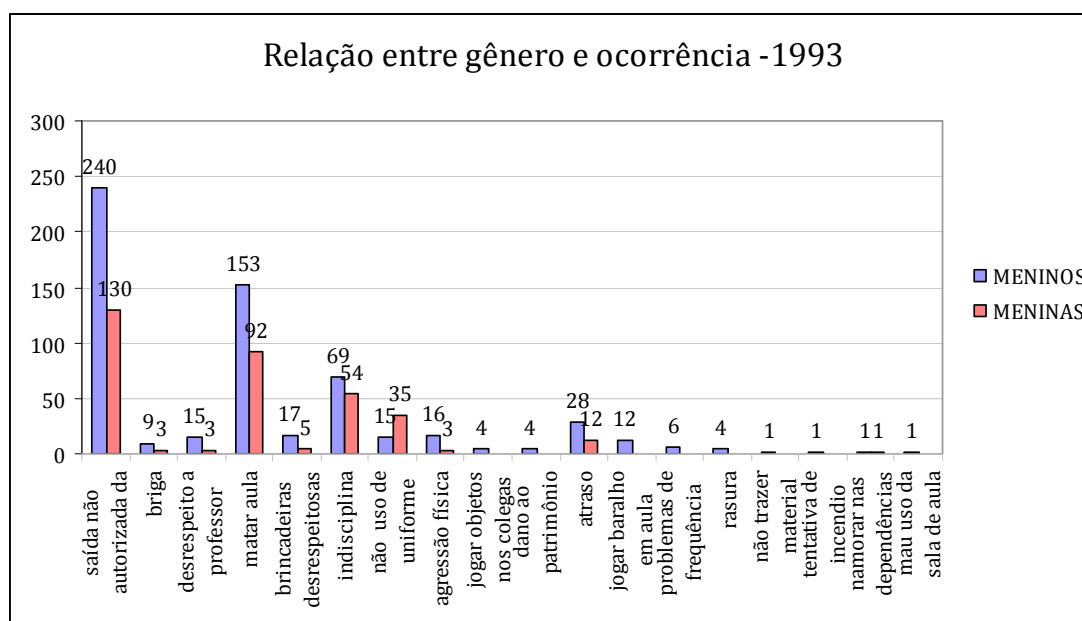


Advertência também aparece como principal penalidade. Não há diferenças de penalidade entre ocorrências diferentes.

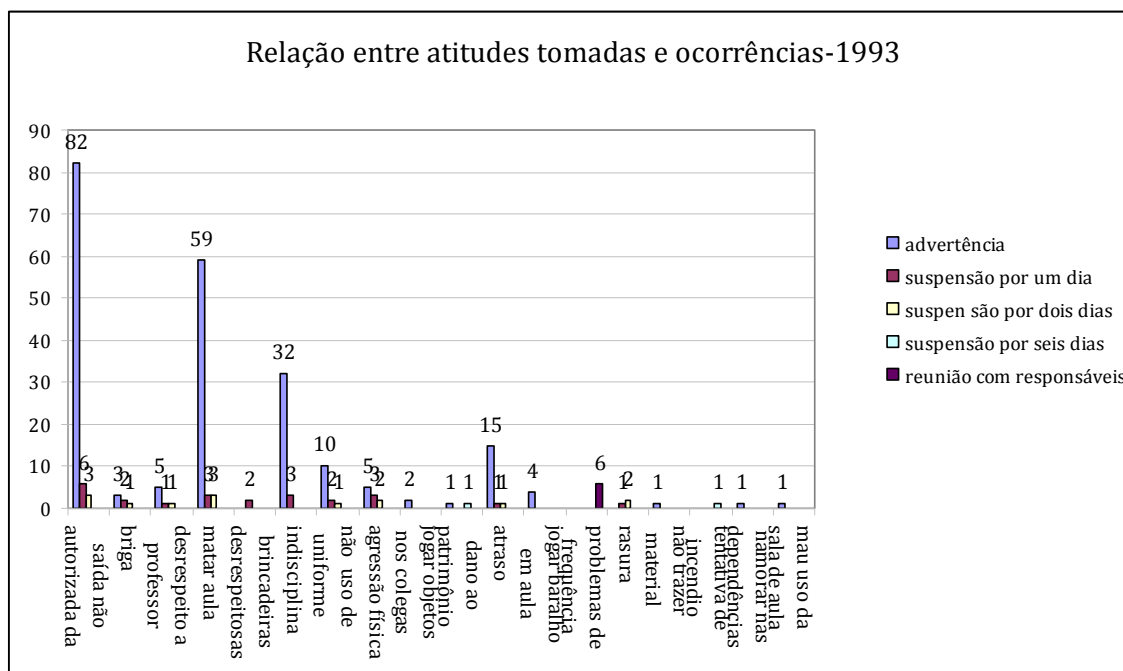
No ano de 1993, ocorrem 279 registros nos cadernos. As principais ocorrências são matar aula e sair sem autorização.



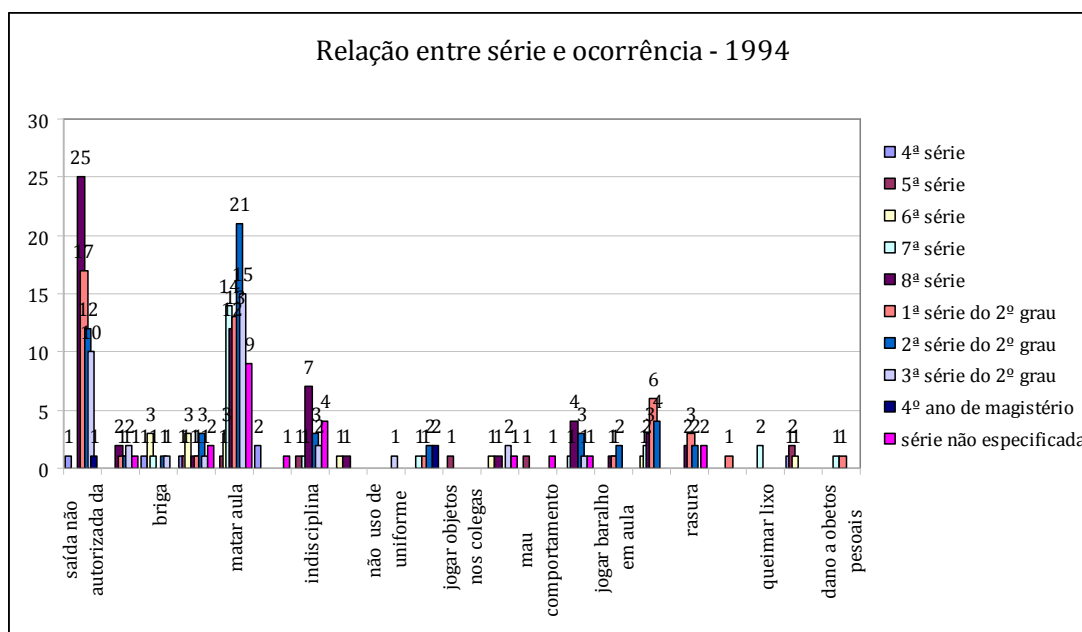
Com relação ao gênero, os registros com protagonistas do sexo masculino continuam sendo em maior número que o com protagonistas femininas.



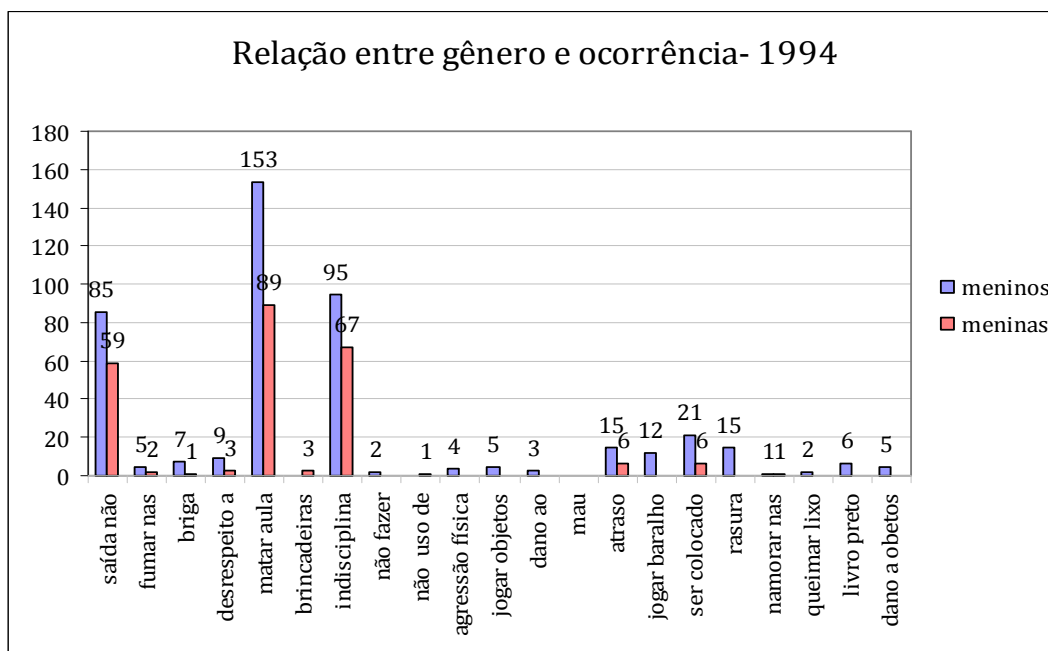
Advertência continua sendo a principal atitude tomada, no ano de 1993.



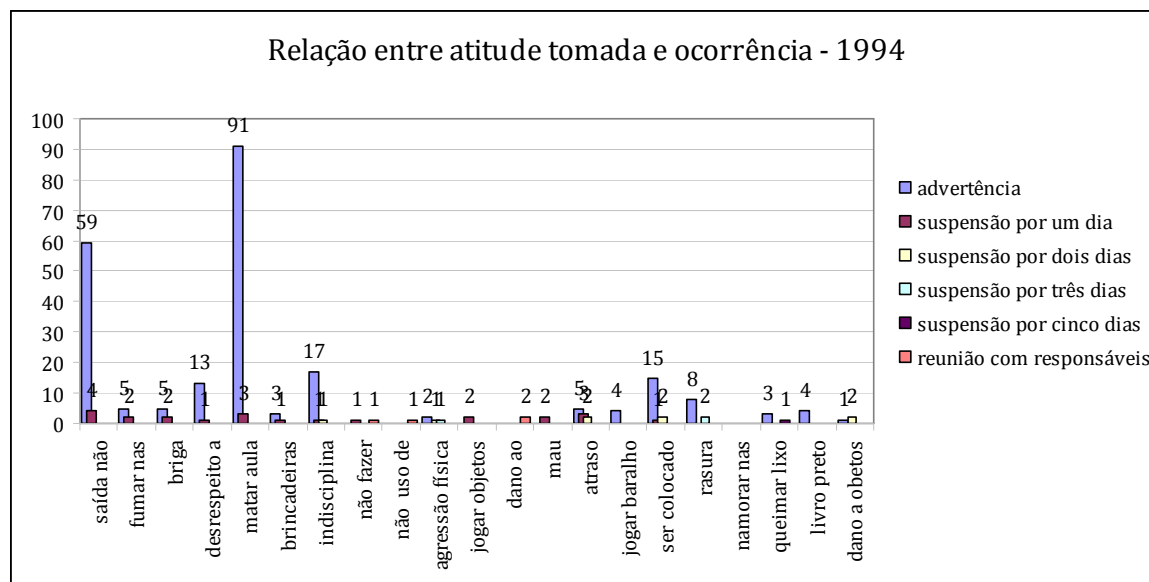
No ano de 1994 foram 278 registros divididos entre 9 séries diferentes. As principais ocorrências foram saída sem permissão da instituição, matar aula e indisciplina.



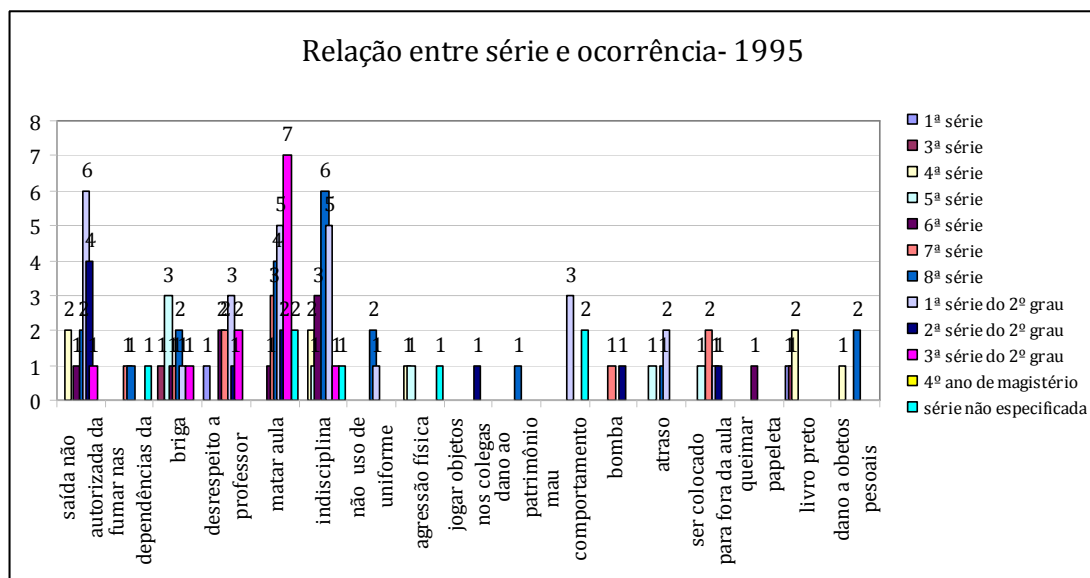
Os registros de meninos continuam superior em numero ao de meninas, porém há uma proximidade entre eles.



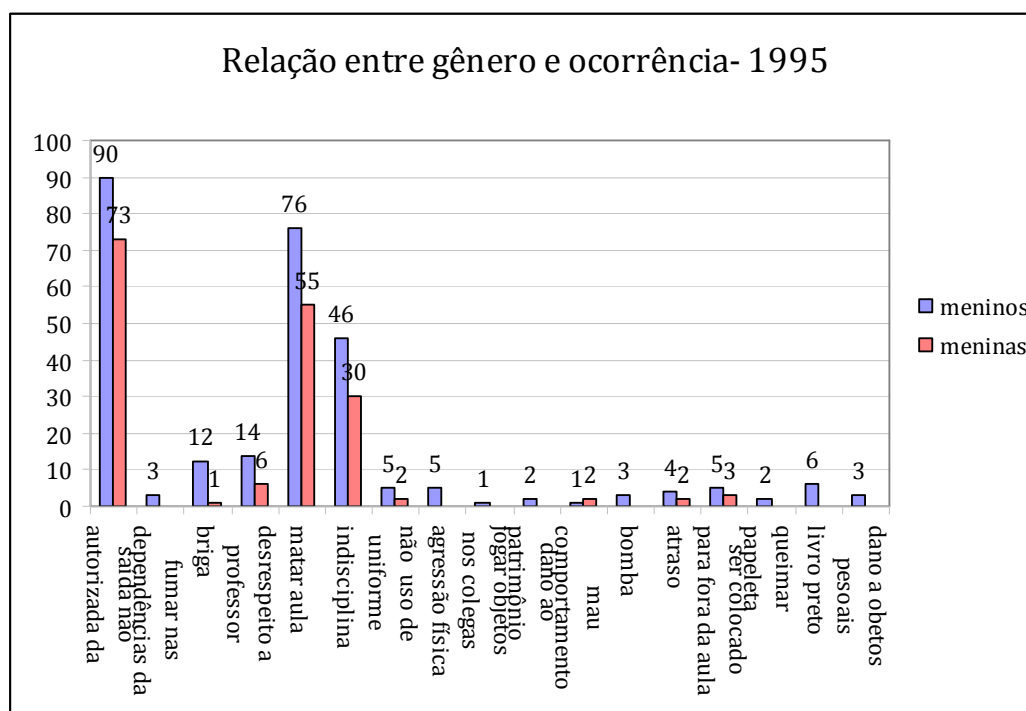
A advertência continua sendo a principal medida tomada. Nota-se alguns casos em que a Direção decide reunir-se com a família do aluno.



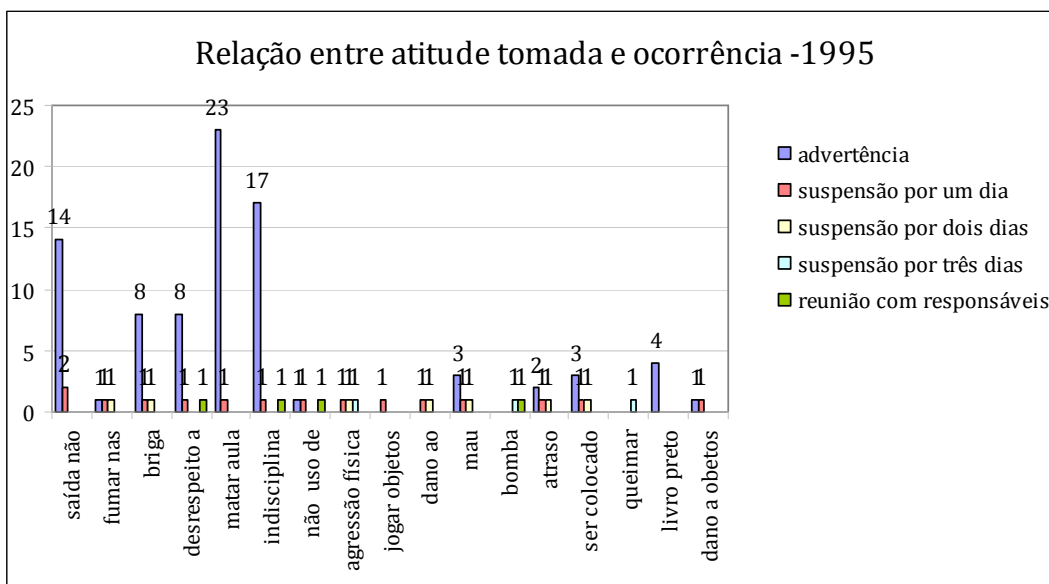
No ano de 1995, foram 115 registros divididos entre 11 séries diferentes e tinham como principais ocorrências matar aula, indisciplina e sair sem autorização da escola. Também é citada rasura de papeleta.



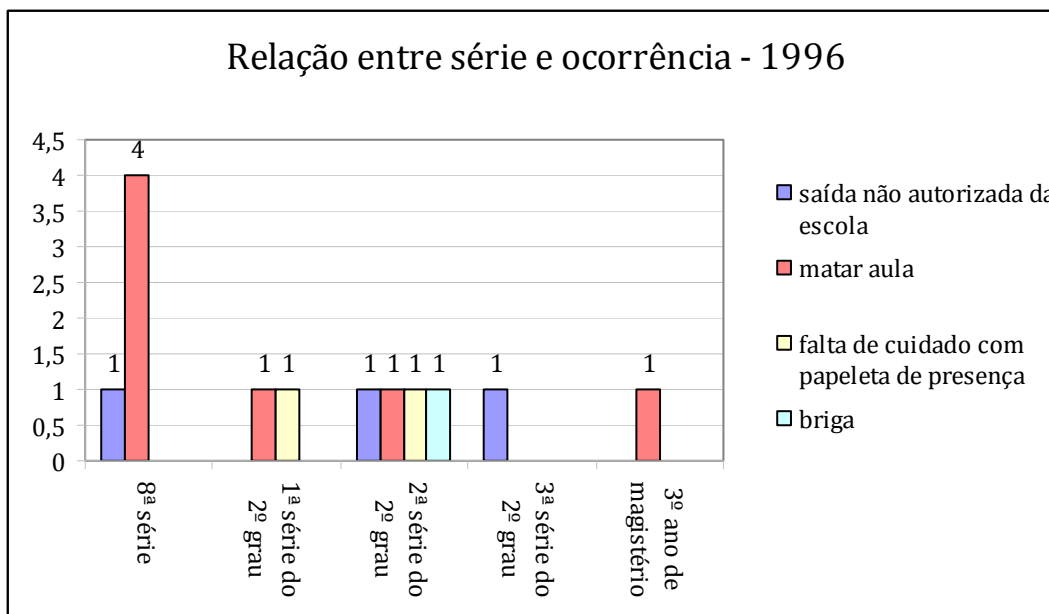
Percebe-se a similaridade entre os números com registros femininos e masculinos em vários pontos.

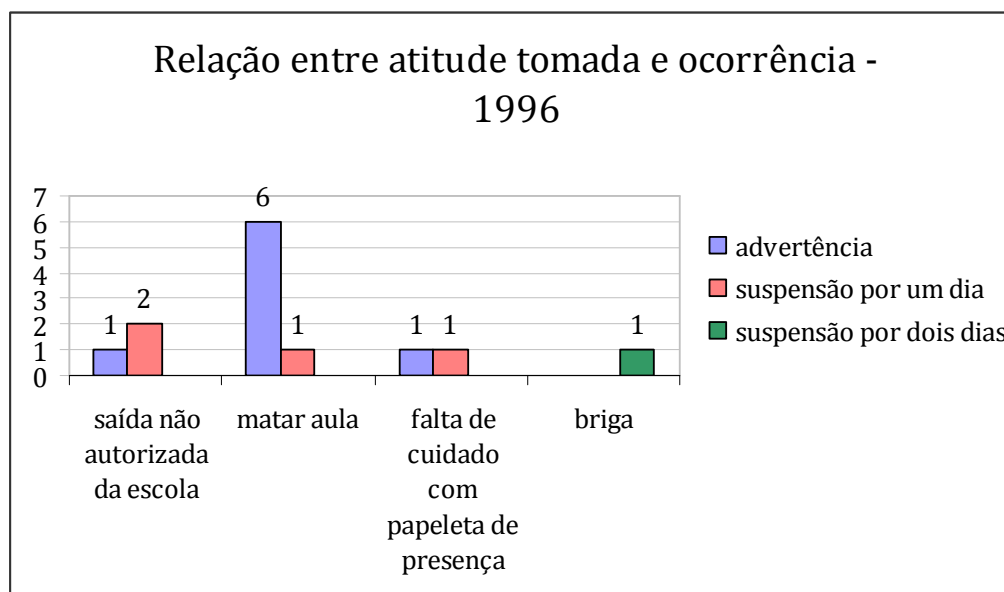
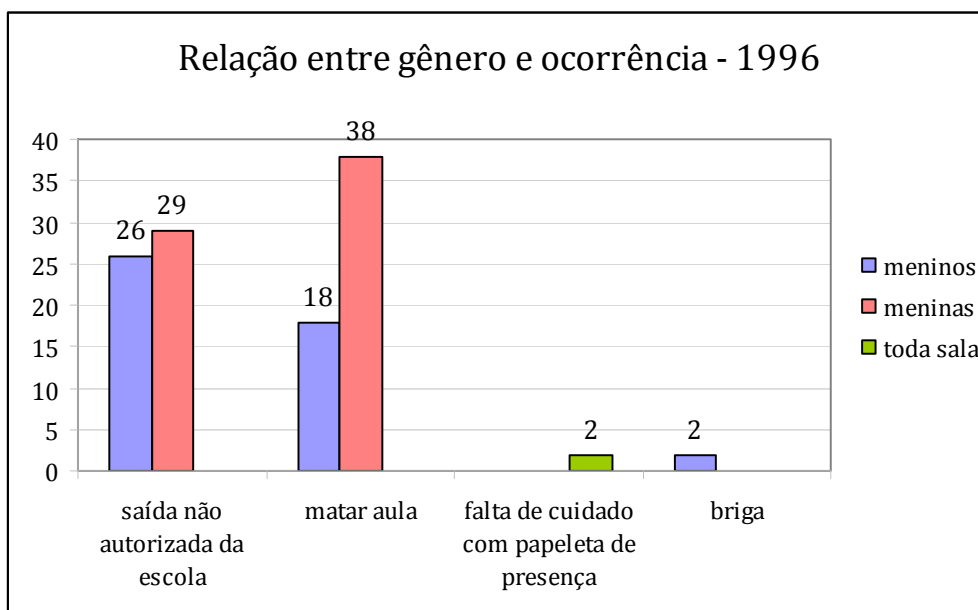


Advertência como atitude mais tomada no ano de 1995

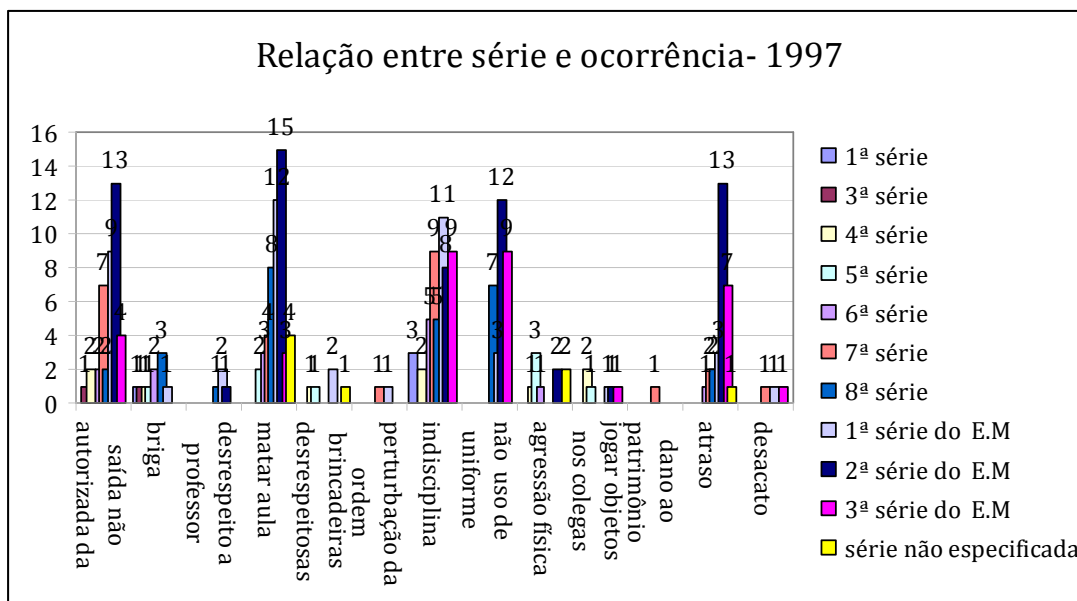


No ano de 1996, foram feitas 16 ocorrências em um único caderno, não sendo encontradas as outras ocorrências desse ano.

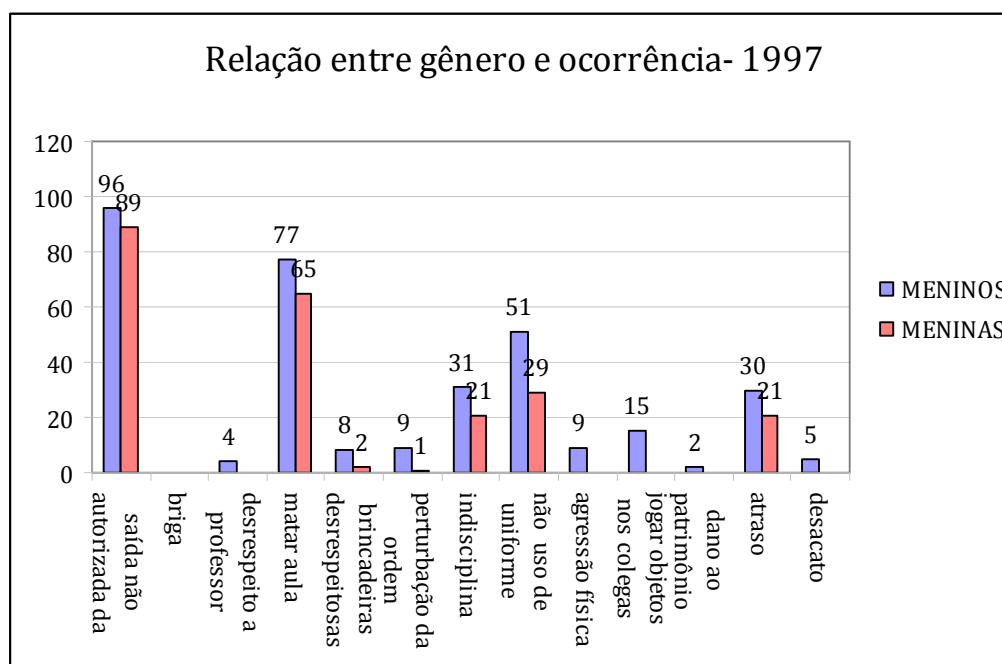




No ano de 1997, percebe-se uma mudança de nomenclatura..Nos anos anteriores não é citado o termo Ensino Médio, porém, a partir de 1997 ele começa a ser citado, ainda que em alguns textos surja o termo “2º grau”, logo corrigido por Ensino médio.

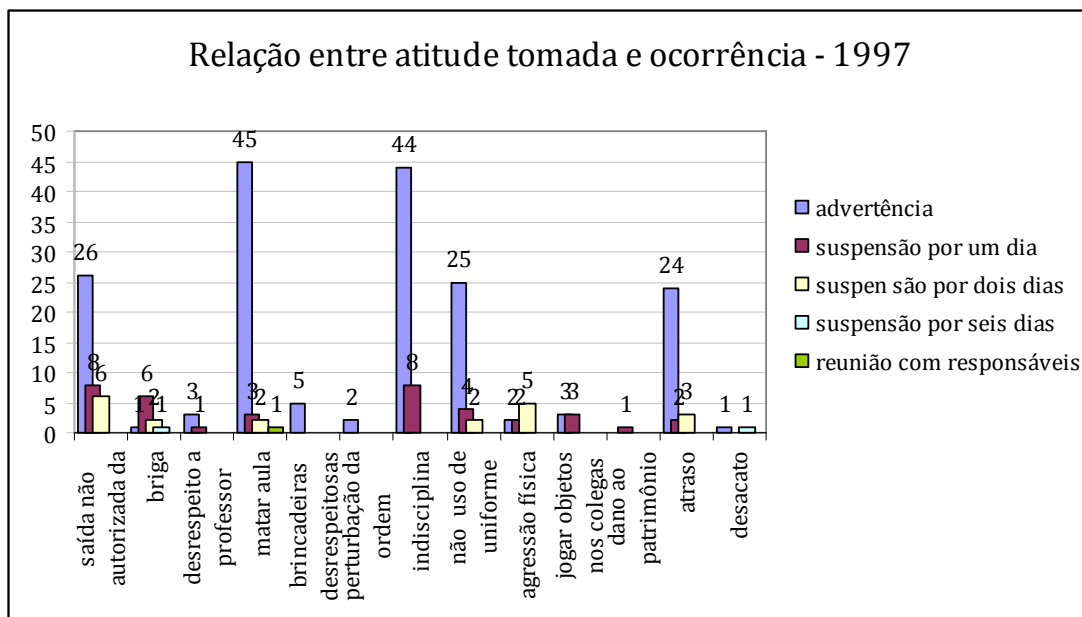


No ano de 1997, as principais ocorrências são matar aula, não usar uniforme e atrasos (entrar atrasado, chegar atrasado na escola).

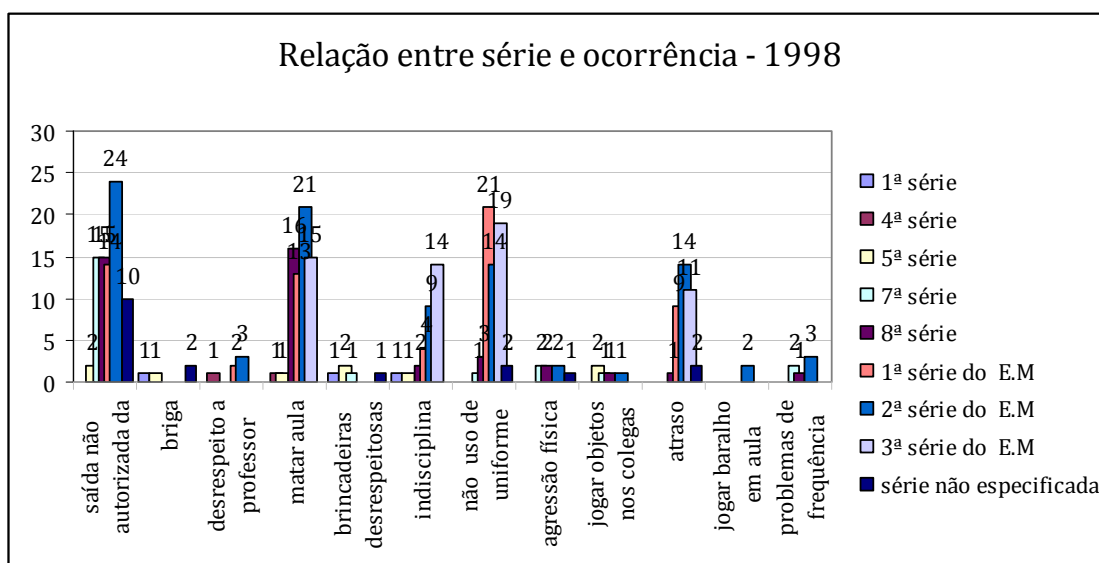


Registros mostram proximidade entre protagonistas masculinos e femininos.

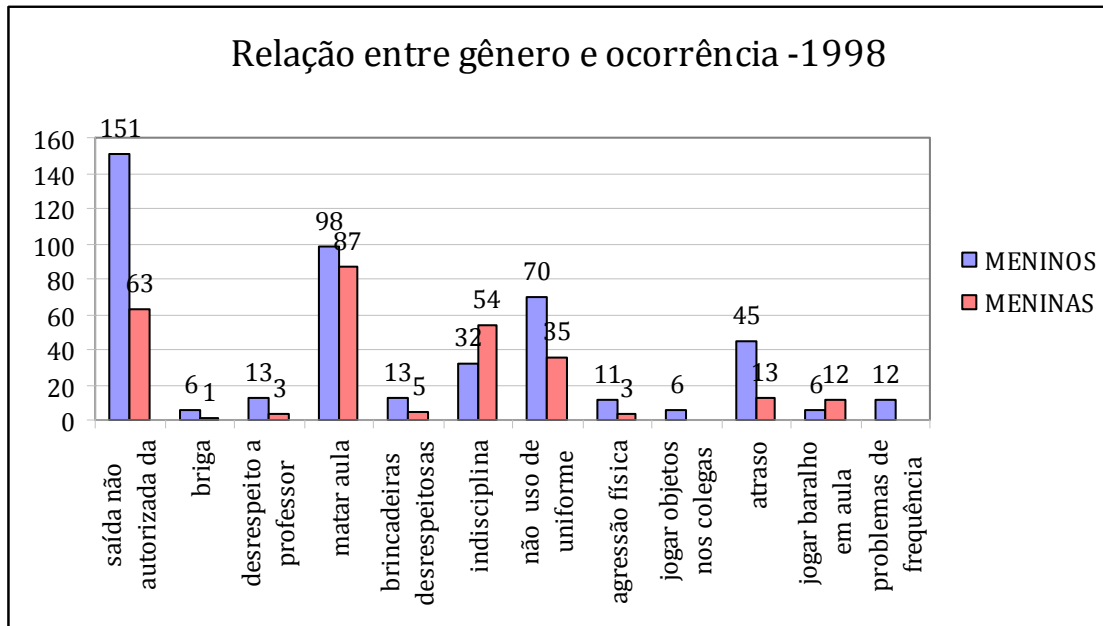
Advertência como principal atitude tomada sendo mais da metade das penalidades aplicadas, no ano de 1997.



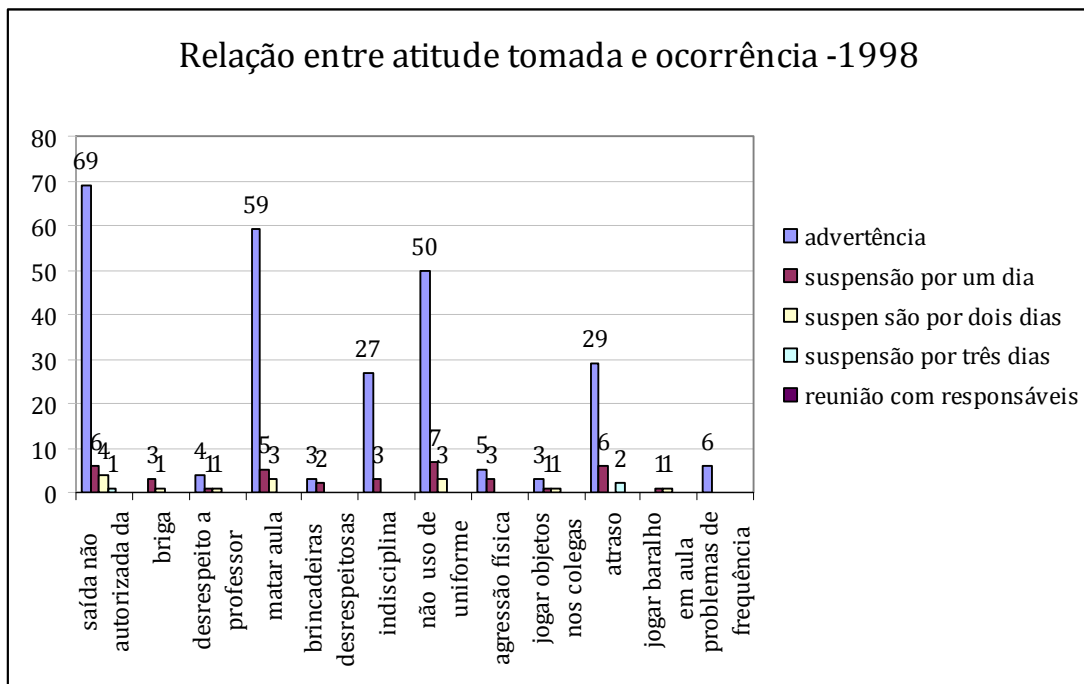
No ano de 1998 foram feitos 310 registros com 8 séries diferentes. Como principais ocorrências cita-se não usar o uniforme, matar aula sair sem autorização da escola.



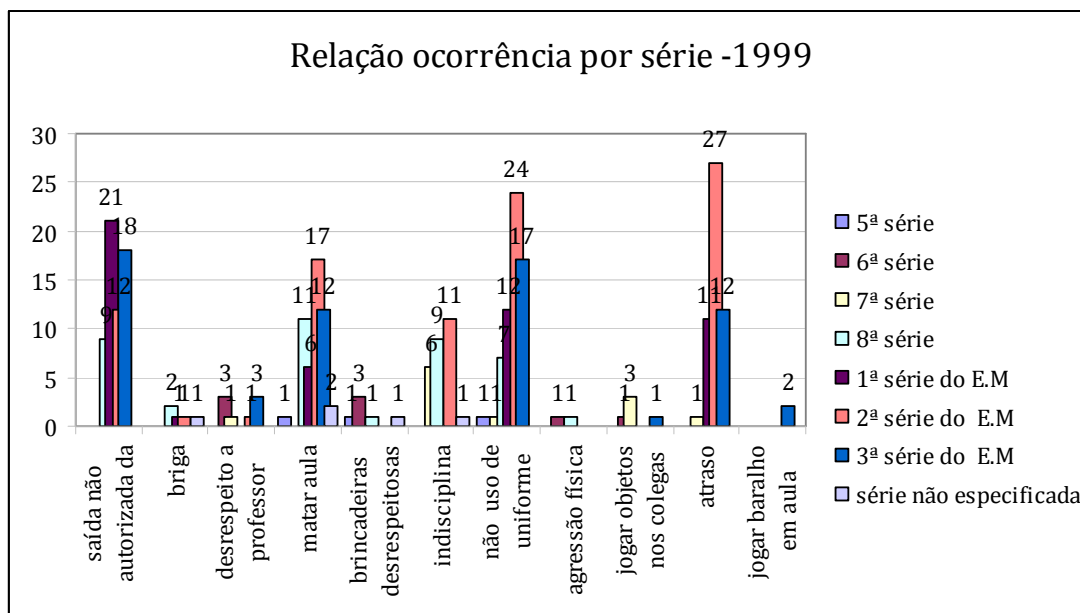
Sobre gênero, a proximidade entre as ocorrências feitas por meninos e por meninas varia de acordo com o ano, porém as ocorrências femininas mantem-se significativas.



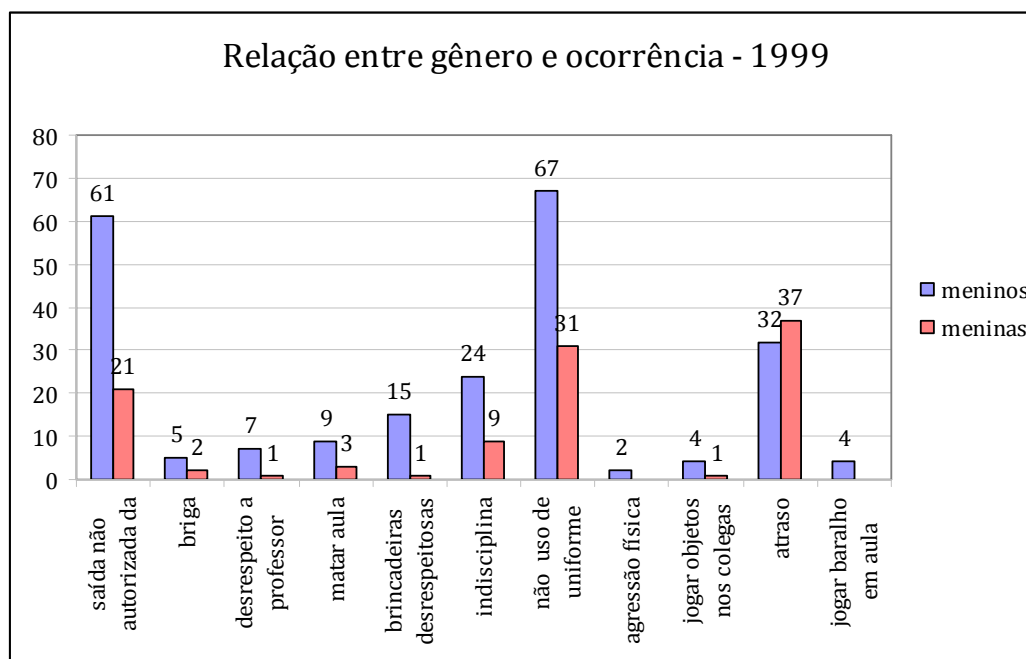
Advertência continua ser a ocorrência mais usada.



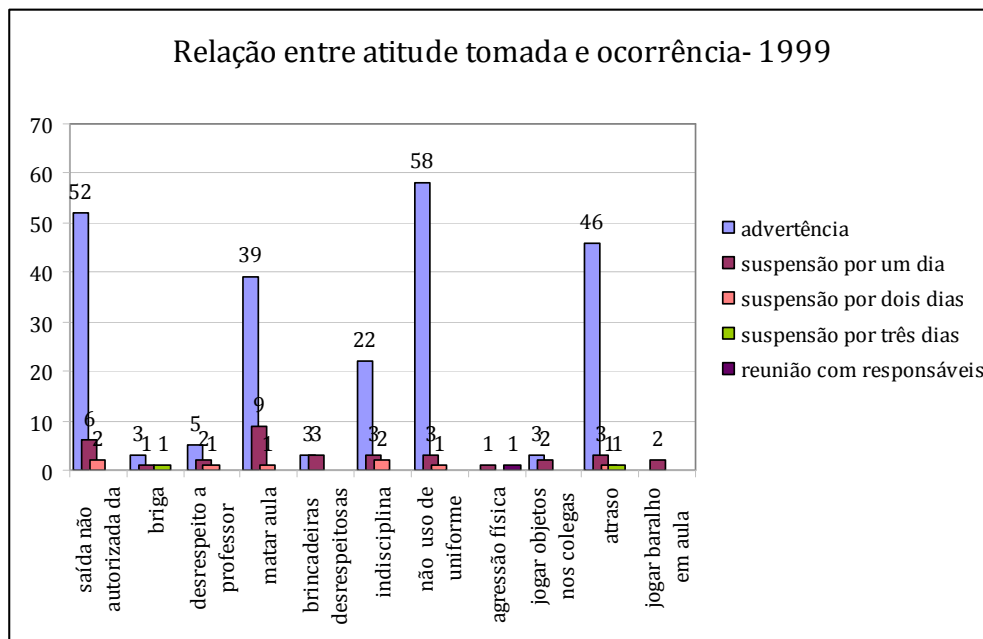
No ano de 1999 são 255 registros por 7 séries diferentes. As principais ocorrências são os atrasos, matar aula e não usar uniforme.



Sobre gênero, os meninos apresentam mais registros que as meninas.



Nos registros a advertência é predominante como atitude aplicada pela escola durante a década de 90.



Após todos esses gráficos foi possível perceber que durante os anos de 1968 a 1977, as principais ocorrências estavam ligadas a indisciplina e saídas não autorizadas da escola. A instituição não mostrava um único conceito e considerava desde atos como conversas durante a aula, uso de palavras de baixo calão e comportamentos “inapropriados” (barulho no corredor, empurrar colegas e outros) como indisciplina.

Também nessa época apareceram as faltas coletivas, como um dos registros mais recorrentes nesse livro de penalidades. A atenção especial para a criação de um jornal e de um movimento de alunos, também pareceu estar relacionada as proibições da ditadura militar, que inibia a formação de movimentos e divulgação de matérias contra o regime, pois percebeu-se que os autores dessas ocorrências foram punidos severamente e inclusive um deles foi expulso (RIBEIRO, 2003; ROMANELLI, 1978)

Com relação a gênero, houve o crescimento no número de meninas envolvidas em ocorrências nesse período, já que no ano de 1968 este era quase insignificante e por volta do ano de 1977 seus registros equivaliam aos de meninos em alguns pontos. Porém, as penalidades aplicadas eram bem diferentes para meninas e meninos, como afirma SOUZA (2009) quando diz que para a maioria das escolas a menina deveria ter um comportamento mais regrado que os meninos, visto que esses eram considerados mais bagunceiros e inconstantes que as meninas e

afim de evitar comportamentos inapropriados em meninas sua punição deveria ser mais severa e sua conduta vigiada.

Sobre as penalidades, notou-se uma maior variabilidade nos de suspensão entre 1 e 6 dias, além da transferência e advertência. A penalidade mais utilizada foi a suspensão por dois dias e a advertência, havendo uma transferência nesse período e poucas reuniões de pais.

Entre os anos de 1987 e 1990, percebeu-se um aumento com relação ao número de registros e de casos como: saída não autorizada, matar aula e brigas. Saídas não autorizadas eram colocadas como toda situação em que o aluno fosse para fora da escola, como pular o muro, saídas pela janela do banheiro, pela secretaria sem autorização. Também no que se referia a matar aula ou “ausentar-se da aula” estavam inclusos alunos que não entravam na aula, mas ficavam nas dependências da escola, ou dentro de outras salas que não eram as suas.

Nesses anos surgiram os primeiros registros sobre a questão da sexualidade dentro da escola e os modos como se lidava com o tema. Casos de namoro nas dependências da escola, “brincadeiras inapropriadas” nos banheiros, mostrar órgãos sexuais para colegas, “passar a mão” em meninas, ficar na sala de aula durante o intervalo e outros. Esses atos foram severamente punidos, com vários dias de suspensão e segundo os registros, não houve qualquer conversa ou orientação institucionalizada por parte da escola, assim como visto em outras instituições em semelhantes situações (SOUZA, 2009).

Nas penalidades, pode-se afirmar que a advertência começava a ter mais espaço dentro dos registros e o número de meninos e meninas tornou-se mais similar, sendo que no ano de 1990, ele foi quase igualado em saídas não autorizadas e indisciplina.

Com relação aos anos de 1992 a 1999, vê-se um grande aumento no número de registros que passam a ser em média, 200 a 300 por ano e as principais ocorrências desses anos são as saídas não autorizadas, matar aula e o não uso de uniforme.

Quanto ao gênero, a presença feminina continuava forte principalmente nos casos de não uso de uniforme e saída não autorizada. Houve uma grande mudança com relação as penalidades durante essa década, visto que mais de $\frac{3}{4}$ destas eram advertências, mostrando uma transformação na maneira como as escolas encaravam a violência escolar, indisciplina e incivildade. Essa modificação também ocorreu pela influência do novo momento político que o Brasil atravessava depois da Ditadura Militar, com a Constituição de 1988 e o Estatuto da criança e do adolescente. (SPOSITO, 2001)

Considerações Finais

Como foi possível ver, a violência escolar não é um fenômeno novo, sempre existiu nas escolas. Para compreendê-la é preciso atinar para o fato de que a instituição de ensino é um local onde uma grande variedade de sujeitos estão presentes. Também, que a violência está ligada situações referentes a desigualdade social, falta de política pública, crise da autoridade e outros termos. (CHRISPINO, 2002; ZALUAR, 2003; CHARLOT; 2002; AQUINO, 1998)

No Brasil, essa questão começou a ser mais notada com a universalização do ensino, que trouxe um grande número de alunos que antes não tinham acesso a escola e que por isso não faziam parte do padrão de educando esperados pela mesma, não conheciam suas regras e acabavam por gerar conflitos de opiniões e modos de ver o mundo.

A escola estudada, “Joaquim Ribeiro” é uma das mais antigas e tradicionais de Rio Claro-SP, nela existem documentos muito importantes a respeito de sua vida social e do modo como se deu a educação no município.

Com esse trabalho, notou-se que casos de indisciplina, violência e incivildades sempre ocorreram dentro da escola estudada, em menor ou maior escala. Também que durante os anos as maneiras como a mesma lidava com o problema foi se transformando.

Também que os registros e as penalidades, foram se transformando com o passar dos anos. Na década de 60, as penalidades e o regimento eram mais severos, sempre enfocando o papel dos alunos e seus deveres, sem grande ênfase aos seus direitos e um espaço para discussão de regras e organização.

Nos anos 80 e 90, percebe-se mudanças com relação ao modo como a escola encarava a violência escolar e as maneiras de tratá-la. Nota-se que as penalidades foram se tornando mais brandas.

Outro fato importante é que apesar do número de registros ter crescido significativamente (de 75 em 1968 para 310 em 1999), eles são poucos perto do número de alunos existentes na escola, que em média eram 2.000 alunos por ano. Também que os casos registrados, estão geralmente ligados a acontecimentos que não poderiam ser considerados violentos, mas como incivildades e indisciplinas, ligadas ao desrespeito das regras escolares e das normas de convivência. É interessante notar, que até o começo dos anos 90, o termo “violência” não foi citado em nenhum caderno de ocorrência e não há registros de visitas da policia ou casos enviados a ela, mesmo entre 1990 a 1999.

Com relação as políticas públicas, até os anos 90 os decretos que regiam a escola previam punições para alunos que desrespeitassem as normas escolares estabelecidas e regras objetivas a serem seguidas, porém a partir dessa década houve uma mudança nos modos e nas relações entre os sujeitos dentro da escola, com a proposta de um espaço mais igualitário para alunos, professores e funcionários.

Por fim, com a análise dos cadernos de ocorrência foi possível perceber que ainda falta muito a se discutir a respeito da violência escolar, suas implicações para a convivência dos sujeitos e também sobre a visão da escola a respeito do tema, além de novas possibilidades de resolver conflitos.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, J.G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Cad. *CEDES*, Campinas, v.19, n. 47, p.7-19, Dec.1998.
- BLAYA, C. Elementos de reflexão a partir do comparativismo europeu. In: DEBARBIEUX, E. et al. *Desafios e alternativas: violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003. Cap 2. 37-56.
- BRASIL, Lei 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Disponível em: 14 de fev. 2011.
- BRASIL, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102368>>. Acesso em: 14 de fev. 2011.
- BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em: 14 de fev. 2011.
- BRESSER PEREIRA, L.C., "Da Administração Pública Burocrática à Gerencial", *Revista do Serviço Público*, ENAP, volume 120, n.1 jan/abr-1996.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Reforma do Estado dos Anos 90*. Brasília, Cadernos do Mare, nº1, Brasília, 1997.
- CAMARGO, M.A.J.G. *Coisas velhas: Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)*. São Paulo: UNESP, 2000.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, n.8, Dec. 2002.
- CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, v.15, n. 54, p.11-28, jan./mar.2007.
- CHRISPINO, A; CHRISPINO, R, S, P. A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, v.16, n. 58, p.9-30, jan./mar.2008.
- DEBARBIEUX, E. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Orgs.) *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO, p. 59 a 92, 2002.

DEBARBIEUX, E; DEUSPIENNE, K. R. Das estatísticas oficiais aos levantamentos sobre vitimização, delinqüência juvenil e violência na escola. In: DEBARBIEUX, E. et al. *Desafios e alternativas: violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003.

DOURADO, L.F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior nos anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 235-253, set. 2002.

EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, 1967. Arquivo da Escola.

LIVRO DE PENALIDADES APLICADAS A ALUNOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “JOAQUIM RIBEIRO”, 1968 A 1977. Arquivo da Escola.

LIVRO DE PENALIDADES, 1987-1990. Arquivo da Escola.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A., *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo. E.P.U., 1986.

MORO, N. de O. O “LIVRO PRETO” nas escolas da região dos Campos Gerais. *Anais da I Jornada do HISTEDBR*. Salvador 9-12 de jun, 2001. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada1/recorte2.html.

OCORRÊNCIAS, 1992- 1993. Arquivo da Escola

OCORRÊNCIAS, 1992-1999. Arquivo da Escola.

OCORRÊNCIAS, 1993-1997. Arquivo da Escola

OLIVEIRA, R. P. de e Adrião, T. O ensino fundamental. In Oliveira, R. P. de e Adrião, T. *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2007, 31-46.

ORTEGA, R. Programas Educacionais de prevenção da violência escolar na Espanha: o Modelo Sevilha Anti- Violência Escolar (SAVE). In: DEBARBIEUX, E. et al. *Desafios e alternativas: violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003. Cap 4. 79-110.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Revista Educação e Sociedade*, vol. 28, n.100 – Especial, p.763-785, out. 2007.

PINTO, J. M. R. O ensino Médio. In Oliveira, R. P. de e Adrião, T. *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2007, 47-72.

RELATÓRIO ANUAL 1971. Arquivo da Escola

RELATÓRIO ANUAL, 1973. Arquivo da Escola

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Introdução da História da Educação Brasileira > a organização escolar. 18ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

ROYER, E. Condutas agressivas na escola: pesquisas, práticas exemplares e formação de professores. In: DEBARBIEUX, E. et al. *Desafios e alternativas: violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003. Cap 3. 57-78.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 10.623, de 26 de outubro de 1977. Aprova as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino de 1º grau e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/211193/decreto-10623-77-sao-paulo-sp>> Acesso em: 14 de fev. 2011.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto nº 11.625*, de 23 de maio de 1978. Aprova as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/210019/decreto-11625-78-sao-paulo-sp>> Acesso em: 14 de fev. 2011.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto nº 47.404*, de 19 de Dezembro de 1966. Aprova as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e Normal. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/223937/decreto-47404-66-sao-paulo-sp>> Acesso em: 14 de fev. 2011.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, Dec. 2004 .

SOUZA, R.C. História das punições e da disciplina escolar: grupos escolares de Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educ Pesq*, São Paulo, v. 27, n. 1, Junho. 2001.

VELHO, GILBERTO. Violência, reciprocidade e desigualdade. In VELHO, GILBERTO. ALVITO, MARCOS (Orgs). *Cidadania e Violência*. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Editoras UFRJ/FGV, 2000. p. 11 - 25.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 16(45), 2001.